



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

JOSÉ PÉRICLES DINIZ BAHIA

**JORNAL NA ESCOLA:
ESTRATÉGIAS DE USO PARA A CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA**

Salvador
2005

JOSÉ PÉRICLES DINIZ BAHIA

**JORNAL NA ESCOLA:
ESTRATÉGIAS DE USO PARA A CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Educação na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, como requisito para colação do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Edivaldo M. Boaventura

Salvador
2005

A

Juciara, pelo exemplo, força e paciência.
Arthur, Iana, Igor, Pedro Victor e Violeta, por existirem.

AGRADECIMENTOS

Ao amigo, sempre mestre e orientador Edivaldo Boaventura, responsável em primeira e última instância por este trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, pela qualidade e simpatia dos seus professores, pesquisadores e funcionários.

Aos professores Nelson Pretto, Sara Dick e Verbena Rocha Cordeiro, que formaram uma banca examinadora de quilate acima da média.

A todos os professores, diretores e coordenadores pedagógicos que entrevistei, pela disposição e confiança ao prestar depoimentos de importância inestimável para a conclusão deste estudo, por tudo que sabem e ensinam.

Por uma fatalidade,
dessas que descem do além,
o século que viu Colombo
viu Gutenberg também.

Castro Alves

RESUMO

O tema central da presente dissertação é o jornal na escola, a sua utilização em sala de aula como instrumento de apoio didático, mas principalmente de incentivo à prática da leitura e, por consequência, de uma interpretação mais crítica da realidade por parte dos estudantes, favorecendo assim o seu processo de formação para a cidadania. Este estudo de caso parte da premissa de que o jornalismo impresso pode – e até mesmo deve – ser utilizado como recurso auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, desde que seus textos e todo seu conteúdo editorial sejam analisados criticamente. Para tanto, foram avaliados os diversos programas de jornal na educação desenvolvidos em todo o Brasil, abordando o uso do periódico impresso em sala de aula como instrumento de incentivo às práticas sociais de letramento. Iniciativas que, se por um lado visam à formação de novos leitores, também investem na consolidação de instrumentos de defesa da liberdade de expressão e uma interpretação mais rica e crítica da realidade. Como na Bahia apenas o jornal *A Tarde* mantém, desde 1996, um programa intitulado *A Tarde na Escola*, uma parcela maior dos esforços de pesquisa foi concentrada nesta experiência, na construção de um estudo de caso que permitiu compreender de que maneira experiências como esta têm contribuído para a formação de estudantes que sejam leitores mais criativos e mais críticos em relação ao contexto social em que vivem, desenvolvendo assim os mecanismos necessários à construção da cidadania plena. Com base no levantamento das técnicas e estratégias pedagógicas utilizadas pelos educadores que integram o programa do *A Tarde*, inclusive comparando-as ao que atualmente é feito por inúmeras outras empresas de comunicação social em todo o território nacional, foi possível construir um referencial com sugestões para corrigir, desenvolver e ampliar a sua atuação desse programa.

Palavras-chave: Letramento. Leitura. Jornal. Escola. Cidadania.

ABSTRACT

The central subject of this dissertation is the newspaper at school, its use in class as a resource of didactic support, but, mainly, as incentive to the practice of reading and, consequently, as a means for the critical interpretation of the reality by the students, favoring, this way, his/her process to the formation of the citizen hood. This study of case departs from the premise that the printed journalism can – and even must – be used as an auxiliary resource in the process of teaching-learning, once its texts and all its editorial content be critically analyzed. For that, it was evaluated the several programs of newspaper in education developed in Brazil, approaching the use of the printed periodic in class as instrument of incentive to literacy social practice. They are initiatives that, on a hand, aim the formation of new readers, and, on the other hand, invest on the consolidation of instruments of defense of the liberty of expression and a richer and more critical interpretation of the reality. As in Bahia just the *A Tarde* newspaper keeps, since 1996, a program entitled *A Tarde na Escola* – *A Tarde at School* – the major part of the research was concentrated on this experience, in the construction of a study of case that allowed to understand how experiences like these have contributed to the formation of students as more creative readers and more critical in relation to the social context to which they belong, developing, this way, the necessary mechanisms to the construction of the full citizen hood. Having as the basis the inventory of the pedagogic techniques and strategies used by the educators that participate of the *A Tarde* program, and also comparing them to what is done nowadays by several other enterprises of social communication in all country, it was possible to build one referential with suggestions to correct, develop and enlarge the actuation of this program.

Key-words: Literacy. Newspaper. School. Citizen hood.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	O JORNAL NA FORMAÇÃO DE CONSCIÊNCIA CRÍTICA	10
1.2	PROBLEMA	12
1.3	QUESTÕES DE PESQUISA	12
1.4	OBJETIVOS	13
1.5	JUSTIFICATIVA	14
1.6	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	15
2	FUNDAMENTOS TEÓRICOS	19
2.1	LEITURA E FORMAÇÃO DE CIDADANIA	20
2.1.1	O poder e a palavra	24
2.1.2	Sobre ler e escrever	27
2.1.3	Letramento	34
2.1.4	Gêneros de leitura	37
2.1.5	A leitura do mundo	42
2.1.6	Texto e tecnologia	47
2.1.7	A linguagem impressa	51
2.1.8	A prática social da leitura	55
2.2	DO FATO À NOTÍCIA	58
2.2.1	O jornal e o jornalista	61
2.2.2	O estilo jornalístico	62
2.2.3	A reportagem e os esquemas narrativos	64
2.2.4	A força de uma manchete	66
2.2.5	Lead, entrevista e suíte	68
2.2.6	A imprensa no Brasil	71
2.2.7	Lógica de mercado	75
2.3	O JORNAL EM SALA DE AULA	79
2.3.1	Os programas de jornal na educação	84
2.3.2	O professor no processo	90
2.3.3	Desenvolvendo habilidades	93
2.3.4	Sugestões para dentro e fora da sala de aula	95
2.3.5	Outras palavras	99
2.3.6	O jornal como fonte de pesquisa histórica	104
2.3.7	De objeto a instrumento	108
2.3.7.1	O jornal no ensino de História	108
2.3.7.2	No ensino de Geografia	110
2.3.7.3	No ensino de Português	110
2.3.7.4	No ensino de Educação Artística	112
2.3.7.5	No ensino de Ciências	113
2.3.7.6	No ensino de Matemática	114
2.3.7.7	No ensino de Física	114
2.3.7.8	No ensino de Línguas Estrangeiras	115

2.4	PANORAMA NACIONAL E MUNICIPAL	115
2.4.1	O diagnóstico da ANJ	116
2.4.2	A pesquisa da Prefeitura de Salvador	127
3	A ABORDAGEM METODOLÓGICA	131
3.1	O ESTUDO DE CASO EM UM PROBLEMA DE EDUCAÇÃO	133
3.2	A UNIDADE DE ANÁLISE	135
3.3	AS FASES	136
3.4	A ETAPA EXPLORATÓRIA	138
3.5	OS INSTRUMENTOS DE PESQUISA	139
3.6	MODELO DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	143
4	OS RESULTADOS DA PESQUISA	145
4.1	O PROGRAMA A TARDE NA ESCOLA	146
4.2	O TRABALHO COM O JORNAL	148
4.3	TRABALHO DE CAMPO	151
4.4	ENTREVISTANDO OS PROFESSORES	163
CONSIDERAÇÕES FINAIS		171
REFERÊNCIAS		178
APÊNDICES		183
ANEXOS		189

1 INTRODUÇÃO

1.1 O JORNAL NA FORMAÇÃO DE CONSCIÊNCIA CRÍTICA

O jornalismo pode - e deve - ser utilizado como recurso auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, a partir do momento em que os seus textos e seu conteúdo editorial sejam analisados criticamente. Mas como realmente tem sido utilizado o jornal impresso nos processos educacionais no Brasil? O tema central desta pesquisa é o jornal na escola, a sua utilização em sala de aula como instrumento de incentivo à prática da leitura e, por consequência, de uma interpretação mais rica e mais crítica da realidade, com vista à cidadania.

Em todo o mundo foram criados programas que envolvem a utilização do jornal na educação, com destaque para a França, Noruega, Dinamarca, Suécia, Estados Unidos e Argentina. No Brasil, iniciativas do gênero existem desde 1980, através do periódico Zero Hora, de Porto Alegre. Segundo a Associação Nacional de Jornais (ANJ)¹, 17.022 escolas haviam sido atendidas até o ano passado por intermédio de 48 programas mantidos por empresas jornalísticas a ela ligadas, envolvendo mais de 130 mil professores e 5,8 milhões de estudantes em todo o Brasil.

A iniciativa é interessante tanto para a empresa jornalística quanto para a própria escola, porque de um lado fomenta o gosto pela leitura (estimulando, assim, a formação de futuros assinantes) e ajuda na consolidação de uma boa imagem do jornal, mas também oferece aos professores um recurso de fácil acesso para dinamizar as aulas.

¹ Disponível em: <www.anj.org.br> . Acesso em : 24 maio 2005

Ainda que possam apresentar características específicas, em linhas gerais tais programas implicam no fornecimento gratuito às escolas de uma determinada quantidade regular de exemplares e a orientação aos professores quanto ao seu uso pedagógico, em alguns casos convocando-os a envolver os estudantes em acompanhar todo o processo de pesquisa, produção, edição e impressão do material noticioso. Alguns jornais também mantêm seções específicas ou cadernos semanais ou mensais que fazem o intercâmbio entre o programa e as escolas, além de registrar eventos e divulgar pesquisas, debates e publicações diversas sobre o tema.

Nossa pesquisa procurou levantar quantas e quais são as experiências do gênero planejadas e/ou executadas na Bahia e no Brasil, o que pode fornecer subsídios para o necessário delineamento de parâmetros históricos comparativos dos sucessos efetivos obtidos com este tipo de iniciativa. Na Bahia, apenas o jornal *A Tarde* mantém desde 1996 um programa, intitulado *A Tarde na Escola*, que tem como objetivo declarado estimular o desenvolvimento para uma educação interativa, observando as múltiplas linguagens da comunicação, com enfoque na formação social e integral do sujeito a partir do seu contexto, colaborando na aquisição de competências crítica e ética de alunos e professores.

O projeto envolve atualmente 76 instituições de ensino na Bahia, sendo 62 escolas públicas e 5 particulares, além de 9 ligadas a organizações não-governamentais, beneficiando um universo calculado em cerca de 63.000 mil estudantes e 2.000 professores. De acordo com os XLV Estudos Marplan², realizados no primeiro trimestre de 2003, na Região Metropolitana do Salvador, 20% dos leitores de *A Tarde* têm de 10 a 19 anos de idade e outros 29% estão na faixa

² Disponível em: <www.anj.org.br> . Acesso em : 24 maio 2005

entre 20 e 29 anos. Do total de entrevistados, 24% informaram ter concluído o ensino fundamental, 53% o médio, 20% o superior e 4% a pós-graduação.

1.2 PROBLEMA

A questão fundamental que permeia este estudo é a tentativa de compreender de que maneira experiências como o projeto *A Tarde na Escola* (que envolve crianças e adolescentes do ensino fundamental e médio, com idade escolar entre 11 e 18 anos) têm contribuído para a formação de novos leitores e, mais ainda, para a prática de uma leitura crítica e criativa do contexto escolar?

Pois o jornal impresso, como um dos mais influentes veículos de comunicação, pode ser considerado efetivamente um instrumento de estímulo à leitura. Por oferecer atualidade e contexto, tem potencial para ser usado em sala de aula como instrumento pedagógico, através de programas específicos ou não, contribuindo para a formação de leitores mais críticos e conscientes da realidade social e política que os cerca.

1.3 QUESTÕES DE PESQUISA

A partir da escolha do nosso tema e da definição do problema central a ser pesquisado, outras questões de pesquisa podem ser levantadas, tais como:

- Em que medida o jornal, enquanto instituição, realmente utiliza todo o seu potencial como ferramenta na formação de consciência crítica entre os leitores, principalmente quando se trata de alunos-leitores?
- Quais práticas pedagógicas estão contempladas no programa *A Tarde na Escola*?

- A leitura regular de jornal incentiva a formação de alunos mais conscientes, mais criativos, tolerantes com opiniões diversas e mais aptos a relacionar eventos a contextos?
- O jornal contribui para o sucesso escolar dos alunos envolvidos no programa?
- Que métodos, técnicas e práticas pedagógicas podem ser utilizados com melhores resultados neste processo?
- O jornal pode ser usado em todas as disciplinas do currículo escolar regular ou é mais adequado e eficiente como apoio didático apenas para algumas disciplinas? Se for o caso, quais delas?

1.4 OBJETIVOS

O objetivo geral do projeto que induziu esta investigação é avaliar se os alunos que participam do projeto *A Tarde na Escola* conseguiram desenvolver uma maior capacidade de leitura e compreensão de textos, com a consequente interpretação crítica da realidade, abordando questões que envolvem desde a freqüência de leitura de periódicos até o uso do veículo impresso como material didático.

Entre os objetivos específicos, podemos citar:

- levantar o material teórico disponível sobre a utilização do jornal em sala de aula como material didático;
- classificar quantas e quais são as experiências neste sentido postas em prática por jornais brasileiros, criando uma base comparativa em relação ao programa estudado;
- descrever e caracterizar o projeto *A Tarde na Escola*;

- situar a experiência no contexto sócio-pedagógico nacional;
- compreender a proposta do projeto, a partir de suas práticas pedagógicas;
- levantar a metodologia empregada no desenvolvimento do programa *A Tarde na Escola*;
- avaliar os resultados obtidos com os alunos atendidos por este programa;

1.5 JUSTIFICATIVA

Ao apontar, através da investigação proposta, quais perspectivas novas podem ser acrescentadas aos educadores, com base nas experiências com o uso do jornal em sala de aula, esta pesquisa procurou viabilizar mecanismos e instrumentos capazes de estimular a consciência crítica tanto de professores quanto de alunos. Buscou, ainda, propor métodos criativos e dinâmicos para o encaminhamento de pesquisas escolares em sala de aula, reforçando uma postura aberta e participativa diante dos desafios pedagógicos propostos pela nova ordem mundial.

Levantando a discussão do papel da escola como formadora de cidadania, de sujeitos ativos nos mecanismos de leitura e interpretação das engrenagens que regem as organizações sociais, esta linha de pesquisa coaduna com as tendências mais atuais em buscar uma educação que enxergue o todo em contraposição às correntes que defendem uma especialização cada vez maior dos processos educacionais e na formação profissional. Para tanto, o aprendizado deve ser multidisciplinar, não compartmentado, com currículos e programas flexíveis, abarcando conteúdos ligados à realidade concreta dos alunos.

1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Este trabalho foi estruturado em capítulos que buscam abranger aspectos específicos de cada questão relevante ao embasamento teórico que conduz a discussão do tema proposto, bem como – em seu momento apropriado – apresentar e analisar os resultados apurados durante as pesquisas documentais, os levantamentos e as entrevistas realizadas. Desta forma, apresenta quatro capítulos gerais, onde são contempladas as noções introdutórias ao estudo (entre definição de tema, estabelecimento do problema, das questões de pesquisa, os objetivos a serem alcançados e a justificativa para o projeto), a fundamentação teórica (esta, por sua vez, subdividida em abordagens sobre leitura, escrita e letramento; as características gerais do jornalismo impresso e sua linguagem específica e o debate teórico sobre o uso do jornal em sala de aula, incluindo a avaliação dos resultados obtidos através do diagnóstico realizado pela ANJ e o levantamento de opinião promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Salvador). Segue-se a descrição da abordagem metodológica adotada e a caracterização do programa *A Tarde na Escola*, balizada pela pesquisa documental e entrevistas conduzidas durante o trabalho de campo, além, evidentemente, das nossas considerações finais e recomendações para estudos futuros sobre o tema.

O primeiro capítulo introduz o tema do jornal impresso como instrumento auxiliar na formação de consciência crítica, para em seguida problematizá-lo, a partir do entendimento de que o periódico impresso, enquanto influente veículo de comunicação social, deve ser considerado como fonte de estímulo à leitura e utilizado como instrumento pedagógico, contribuindo para a formação de leitores

mais críticos e, portanto, aptos a trabalhar por sua plena cidadania. Definidas e apresentadas as questões que orientariam a pesquisa, o capítulo então coloca os objetivos a serem alcançados e justifica a sua importância para o contexto acadêmico ao qual se refere.

O capítulo que envolve a fundamentação teórica está dividido em quatro partes, iniciando por uma abordagem a respeito das práticas sociais de leitura e suas implicações no processo de formação de cidadania. O assunto é colocado a partir das discussões acerca das relações de poder implícitas nas práticas de leitura e escrita, das questões de letramento e gêneros de leitura, das abordagens das possíveis leituras do mundo, das relações entre texto e tecnologia e da linguagem impressa.

A segunda parte da fundamentação teórica é dedicada às características gerais e específicas da linguagem jornalística, sobretudo em seu formato impresso. Partindo das diferenças entre jornal e jornalismo, são contemplados temas como a estrutura e a dinâmica de funcionamento de uma redação, as relações profissionais e de poder entre veículo, comunidade e mercado, bem como as nuances e peculiaridades do estilo jornalístico, a reportagem e os diversos esquemas narrativos, a força de uma manchete, a técnica do lead e das várias formas de entrevistas. Acrescentamos uma breve história da imprensa brasileira e uma discussão sobre as tendências do mercado atual.

Este segundo capítulo contempla, ainda, uma análise dos programas de jornal na educação desenvolvidos em todo o mundo e especialmente no Brasil. Neste sentido, é discutido o papel do professor no planejamento, execução e desenvolvimento de tais programas, com a apresentação de sugestões de exercícios e atividades que podem ser promovidos em sala de aula e outros espaços escolares,

a utilização do jornal como fonte de pesquisa histórica e como instrumento de apoio didático em diversas disciplinas da grade curricular nacional.

Por fim, a fundamentação teórica apresenta os resultados de dois trabalhos de pesquisa que ajudam a compor um quadro geral a respeito do problema proposto pelo nosso estudo. Trata-se de um diagnóstico de âmbito nacional promovido pela ANJ junto a todos os seus afiliados, no ano de 2004, com a finalidade de traçar um quadro geral sobre os usos do jornal impresso na educação. O outro levantamento foi realizado também no ano passado, pela Secretaria Municipal de Educação de Salvador, envolvendo uma avaliação do programa *A Tarde na Escola* por parte dos próprios professores. Tais pesquisas serviram como eloquente base para a caracterização e comparação com os resultados levantados durante o nosso próprio trabalho de campo.

O processo metodológico adotado para a condução deste estudo está descrito e justificado no terceiro capítulo, onde são apresentadas as características mais relevantes do estudo de caso, suas unidades de análise, as fases e a etapa exploratória. Os instrumentos de pesquisa são enumerados e descritos, bem como os cuidados e procedimentos adotados na condução do trabalho de campo, a coleta, análise e interpretação dos dados.

O quarto capítulo é dedicado aos resultados da pesquisa, partindo de uma descrição detalhada do programa *A Tarde na Escola*, com a apresentação dos objetivos declarados, seu histórico e estrutura atual, os métodos e processos adotados, bem como a avaliação dos seus gestores e dos próprios educadores que participam da iniciativa. Utilizamos, para tanto, entrevistas individuais semi-estruturadas junto a um grupo de 15 professores, diretores e coordenadores pedagógicos selecionados em uma amostra representativa de todas as instituições

atendidas pelo programa, incluindo proporcionalmente as escolas municipais, estaduais, particulares e as mantidas por ONGs. Os resultados obtidos são apresentados nas considerações finais, ao lado de algumas recomendações para o aprofundamento das pesquisas.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

O péssimo desempenho dos estudantes brasileiros, exposto em diversos relatórios de estudos e sistemas de avaliação, tem aumentado a preocupação de educadores com as dificuldades de acesso aos mecanismos de desenvolvimento do senso crítico, tão necessário na formação de cidadãos conscientes e socialmente ativos. Esse quadro tem alimentado a discussão sobre as condições e instrumentos que se pode utilizar no incentivo à prática social da leitura. A partir dos novos paradigmas colocados aos educadores, tem sido possível incorporar conceitos como interdisciplinaridade e letramento, que apontam para leituras diversas do mundo contemporâneo.

Com base em tais pressupostos, nos propusemos a analisar que papel pode desempenhar o jornal impresso como instrumento pedagógico e recurso auxiliar no processo de ensino e aprendizagem. Também os educadores devem estar preparados para propor uma abordagem crítica e contextual do conteúdo editorial e dos gêneros de leitura peculiares aos periódicos impressos. Trata-se, portanto, não apenas de conseguir ler o mundo em suas dimensões políticas, socioeconômicas e multiculturais, mas igualmente apreender as engrenagens que levam um fato a tornar-se notícia a partir da lógica proposta pelo chamado universo midiático.

Para tanto, levaremos em consideração o pensamento de pesquisadores como Carlos Rodrigues Brandão, Octavio Ianni, Luiz Carlos Cagliari e Paulo Freire, a fim de investigar as questões de poder que envolvem o uso social da palavra escrita, bem como Eliana Yunes, Verbena Rocha Cordeiro, Ângela Kleiman, Magda Soares, Max Butlen, Paulo Afonso Caruso Ronca, Hercílio Quevedo, André Belo, Alcione Araújo e Joel Birman, entre outros, que tratam das habilidades específicas de ler e

escrever, gênero e letramento, texto e tecnologia, a leitura do mundo e as práticas sociais da leitura.

Num segundo momento, contaremos com o pensamento de Nilson Laje, Nelson Werneck Sodré, Daniel Herz, Sílvia Costa, Marisa Lajolo, Maria Alice Faria e Juvenal Zancheta, entre outros, para uma abordagem do universo da mídia impressa, investigando especificamente os caminhos que tomam os fatos cotidianos para tornarem-se (ou não) notícias de jornal, além de levantar o desenvolvimento histórico, as peculiaridades de linguagem e estilo, bem como as principais características do periódico impresso e dos programas de jornal na escola. A partir de então, trataremos da utilização do veículo impresso como instrumento de apoio didático, nas mais diversas disciplinas escolares.

2.1 LEITURA E FORMAÇÃO DE CIDADANIA

Produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão do Ministério da Educação, com base nas informações levantadas durante o censo 2000 da fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o chamado Mapa do Analfabetismo no Brasil mostra números preocupantes para o quadro atual da educação nacional, sobretudo em relação aos estados do Norte e Nordeste, onde há mais crianças analfabetas do que alunos fora da escola. Ou seja, de acordo com estudos como este, a criança pobre nordestina, em sua maioria, não aprende a ler, ainda que esteja matriculada na escola. A Bahia, em especial, figura como a unidade da federação que concentra o maior número absoluto de analfabetos: cerca de 2,3 milhões, certamente por reter a maior população rural, em termos absolutos.

Em todo o país, são aproximadamente 30 milhões de analfabetos, que representam 12,4 % da população com 15 anos ou mais. Para este total, a Bahia contribui com 23,1 % de uma população de 8.891.278 de jovens nesta faixa de idade. Tais números ainda colocam o Estado em melhor situação que outras unidades nordestinas (Alagoas, por exemplo, ostenta nada menos que 33,4 % de analfabetismo entre seus habitantes), mas figurando apenas em nono lugar em relação aos demais estados brasileiros. A título de comparação, o Sul e o Sudeste do país, onde se aplica a maior parte dos recursos e investimentos em educação, registram respectivamente 7,1 % e 7,5 % de analfabetismo.

Nas últimas décadas, o Brasil até conseguiu ampliar a quantidade de alunos nas salas de aula, mas ainda de maneira insuficiente para assegurar o ensino fundamental completo a uma camada mais significativa da população. Outro aspecto a ser destacado é o fato de que 35% dos analfabetos identificados já freqüentaram a escola, abandonando os estudos em razão da baixa qualidade do ensino, necessidade de trabalhar ou por mero despreparo das instituições para lidar com esta população. São números que colocam em questionamento as políticas definidas para a educação nacional, incluindo aí não somente a discussão sobre o montante de verbas destinado à área como a própria metodologia, técnicas e estratégias que envolvem a sua aplicação e eficácia.

Mais grave ainda, estes levantamentos, que utilizam também dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), mostraram que em 1.796 localidades brasileiras (ou seja, 32,6 % do universo pesquisado) a média de escolaridade não chega a quatro séries fundamentais concluídas, o que é reconhecido como analfabetismo funcional. São estimados em todo o país cerca de 30 milhões de analfabetos funcionais, aqueles que até reconhecem letras e

palavras, mas não chegam a elaborar interpretações, mesmo as mais modestas. Apesar de ficar até oito anos em salas de aula, não conseguem avançar além das quatro séries iniciais. Deste total, aproximadamente 16 milhões sequer conseguem ler uma placa, identificar o roteiro de um ônibus ou escrever um bilhete. São aqueles que, ao questionário do IBGE afirmam saber ler, mas em verdade logram apenas assinar o nome. A maior parte deste universo de analfabetos também está concentrada nas regiões Norte e Nordeste, inclusive Bahia. A condição de analfabeto funcional está intimamente relacionada às desigualdades sociais impostas por um regime de distribuição de renda injusto.

Outros números preocupantes foram divulgados pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA³), sobre o desempenho em leitura de alunos na faixa de 15 anos de idade em escolas públicas e privadas de 41 países industrializados. Os primeiros lugares couberam à Finlândia, Canadá e Nova Zelândia (leitura), além de Hong Kong, China, Japão e Coréia do Sul (matemática e ciências), enquanto o Brasil colocou-se em 37º em leitura e penúltimo em matemática e ciências no chamado Pisa Ampliado, que acrescentou aos resultados levantados em 2000 os das nações que aplicaram os testes depois⁴. Neste sentido, é importante destacar que o conceito de eficácia em leitura não está em ler seqüencialmente as palavras e frases de todas as páginas de um livro ou em memorizá-las mecanicamente, mas

³ O Estudo Internacional PISA 2000, patrocinado pela Unesco, foi realizado no ano de 2000 e divulgado em dezembro de 2001. Disponível em: <www.pisa.oecd.org>. Os comentários e avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em Educação (INEP) sobre o desempenho do Brasil estão disponíveis em <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news03_25.htm> .

⁴ Participaram do PISA 2000: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Coréia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Letônia, Liechtenstein, Luxemburgo, México, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Rússia, Suécia e Suíça. No ano seguinte, foram incorporados os testes realizados na Albânia, Argentina, Chile, Bulgária, Hong Kong /China, Indonésia, Israel, Macedônia, Peru e Tailândia, no chamado PISA ampliado.

sim em compreender os conceitos de que trata o texto, através da sua reflexão e crítica.

Os estudantes estão demonstrando incapacidade em entender o que lêem, com dificuldade para identificar as palavras-chave, hierarquizar as proposições e extrair a idéia central daquilo que está escrito. De um modo geral, 73% dos alunos brasileiros que saem da escola não conseguem interpretar um texto simples. Ou seja, a escola nacional não atinge seu objetivo mínimo: ensinar a ler. Este fato é comprovado por informações do Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB⁵), segundo as quais 60% dos alunos da 4^a série do ensino fundamental não conseguem entender as notícias publicadas em jornal, enquanto 64% das crianças do 1º ano do ensino fundamental nas escolas públicas ainda não lêem ou escrevem.

São tais índices que alimentam a chamada *cultura da repetência*, que mantém elevada a defasagem entre a idade e série, além de contribuir para a evasão escolar, criando um círculo vicioso onde quem não entende o que lê perde o interesse pelos estudos. A baixa escolaridade registrada nos coloca, por consequência, em 73^a posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da própria Unesco, abaixo de outras nações da América Latina. O que também explica o fato do nosso país ocupar o 38º lugar em número de exemplares de jornais vendidos diariamente, em média, por habitante. Segundo dados levantados por entidades como a Associação Nacional de Jornais (ANJ⁶) e a World Association of Newspapers (WAN⁷), são vendidos no Brasil apenas 45 exemplares para cada grupo

⁵ Este sistema de avaliação foi desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em Educação Anísio Teixeira (Inep), órgão do Ministério da Educação, com o objetivo de coletar dados sobre a qualidade da educação no Brasil. As avaliações são realizadas de dois em dois anos, desde 1990. A mais recente refere-se a novembro de 2003. Os relatórios completos podem ser acessados no site <www.inep.gov.br/basica/saeb>.

⁶ Disponível em: <www.anj.org.br> Acesso em: 24 maio 2005.

⁷ Disponível em: <www.wan-press.org> Acesso em: 24 maio 2005.

de mil habitantes, ao tempo em que na Noruega, por exemplo, esta relação chega a 598 exemplares por mil habitantes.

2.1.1 O poder e a palavra

O desenvolvimento da escrita é, certamente, um dos marcos do processo civilizatório, pois criou as condições necessárias ao controle e transmissão do saber que ia sendo produzido e acumulado. A partir de então, foram criados mecanismos e técnicas de registro e manipulação de dados cada vez mais sofisticados, consolidando o poder como privilégio de quem detinha o acesso a tais meios. Desde os primeiros signos talhados na argila, passando pelos hieróglifos nos papiros até as pioneiras experiências tipográficas, a produção e o manuseio dos registros escritos humanos mantêm estreita relação com o poder, enquanto determinante das funções e do prestígio social, assim como da própria divisão do trabalho. Dominar a leitura e a escrita é requisito para o sucesso social. É o que lembra Carlos Rodrigues Brandão (1995, p. 10), ao afirmar que

a palavra escrita parece ter surgido em sociedades-estados enriquecidas e com um poder muito centralizado, como entre os egípcios ou astecas. Ela teria aparecido primeiro sendo usada pelos escribas para fazer a contabilidade dos bens dos reis e faraós. Só mais tarde é que foi usada pelos poetas para contarem as coisas da aldeia e de sua gente.

A importância da palavra grafada para a nossa sociedade pode ser avaliada a partir da constatação de que a própria história da cultura moderna confunde-se com a prática da escrita. É próprio ao pensamento ocidental que atos, eventos e fatos importantes sejam legitimados através de papéis escritos, desde as certidões de nascimento à identificação das lápides, das escrituras de posse da propriedade aos

diplomas e certidões as mais diversas, dos documentos e contratos que dão validade aos acordos às declarações de guerra ou armistícios, das placas que identificam as ruas às patentes que asseguram a propriedade intelectual, tudo prescinde de escritura e assinatura apropriados. Sem falar no próprio registro da história, literatura, ciência e técnicas humanas. Explica Octávio Ianni (2001, p.10) que é também através do texto escrito que se estabelecem relações de hierarquia, desigualdades, distinções de classe, gênero, partido político, sindicato e até mesmo nações, que são expressas através de suas respectivas constituições. "Cada leitura, assim como cada escritura, pode ser, simultaneamente, tradução e recriação" (IANNI, 2001, p.12). Quem escreve, assim como quem lê, traduz e busca significados.

O pleno manuseio dos códigos escritos sempre foi, portanto, determinante nos processos de domínio social. Historicamente, a ampliação do acesso à escrita - e ao ensino de um modo geral - não se deu por motivos humanitários, mas somente para tentar acompanhar a crescente sofisticação dos saberes e das técnicas que a humanidade empreende em sua jornada civilizatória. As escolas públicas, por exemplo, são instituições muitíssimo recentes. São conquistas populares, decerto, mas resultam de um ambiente de concorrência "em que os donos do poder, para se manterem fortes, precisavam armar seus súditos com armas mais sofisticadas, mesmo sob o risco de verem essas mesmas armas um dia voltadas contra si próprios", conforme explica Luiz Carlos Cagliari (2001, p.10).

No período compreendido entre o final do século XVIII e início do XIX, quando os países europeus se viram empenhados com a afirmação de sua independência e o fortalecimento de uma identidade nacional, a leitura e a escrita passaram a ser consideradas como práticas sociais aceitáveis. Então, a necessidade de

consolidação dos ideais burgueses abriria espaço para a valorização de uma língua e uma literatura locais, o que levou à sofisticação crescente dos processos de produção gráfica. Neste contexto, o jornal impresso – como consequência direta do sistema de impressão em larga escala desenvolvida por Gutenberg – surge simultaneamente ao capitalismo e vai-se consolidando enquanto a burguesia impõe seus modos de produção baseados na concentração urbana, na industrialização, na especialização do trabalho e na abertura de novos mercados consumidores. A imprensa é, portanto, filha legítima e dileta do sistema capitalista. E fala a sua língua de forma fluente.

A distinção entre o que seja verdade a ser enunciada e fato a ser divulgado (publicado) passa então a depender das novas regras de mercado que vão, pouco a pouco, intermediando e tomando conta das relações sociais. Para trafegar entre o labirinto de signos e significações propostos pela palavra escrita, cabe recorrer aos conceitos do educador Paulo Freire (2003, p. 11), quando defende oportunamente que "a leitura do mundo precede a leitura da palavra", uma vez que "a compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto". Ele prossegue, afirmando que "a memorização mecânica da descrição do objeto não se constitui em conhecimento do objeto. Por isso é que a leitura de um texto, tomado como pura descrição de um objeto e feita no sentido de memorizá-la, nem é real leitura, nem dela portanto resulta o conhecimento do objeto de que o texto fala" (FREIRE, 2003, p.17). Ou seja, o ato de ler implica numa relação dialógica entre leitor e autor.

O analfabetismo é uma das mais degradantes formas de exclusão, pois tem a característica de perpetuar seus sujeitos em um perverso estado de inércia. Se a aceitação e até mesmo o incentivo das práticas sociais de leitura e escrita

favoreceram a consolidação da ideologia burguesa, a manutenção de índices tão altos de iletrados em países periféricos, como o Brasil, parece responder a uma estratégia distinta, mais adequada aos compromissos assumidos, desde a época da colônia até hoje, junto ao esquema imperialista internacional. O problema assume dimensões ainda mais graves quando consideramos os ritos e ritmos impostos pelo mundo contemporâneo, onde pensamento e linguagem operam segundo um esquema sintático e semântico absolutamente dominado pela escrita. Eliana Yunes (2003, p.16) afirma que “nossa própria oralidade responde ou não às expectativas de uma língua escrita: maior dificuldade de falar corresponde a menor capacidade de leitura”. A linguagem traduz e intermedia a relação do homem com o mundo, organizando o pensamento a partir de uma lógica gramatical. Neste sentido, pensamento e linguagem são interdependentes.

2.1.2 Sobre ler e escrever

Ainda que a princípio possa parecer contraditório, em se tratando de um país com índices de analfabetismo como o Brasil, o fato é que todo o nosso processo de ensino do português tem sido orientando precipuamente para a prática da escrita, chegando mesmo, de acordo com Cagliari (2001, p.96), “a se preocupar mais com a aparência da escrita do que com o que ela realmente faz e representa”. Mas isto explicaria apenas o valor social que é atribuído à escrita na esfera do discurso e da tradição cultural, onde saber ler e escrever é referência para pessoa inteligente e consequentemente poderosa, influente. Tal valorização não se reflete necessariamente na adoção de políticas públicas de incentivo à leitura, pois

tradicionalmente as elites se valem da estratégia de manter o povo iletrado, no máximo assinando nome, como forma de perpetuar a dominação e a exploração.

As contradições se refletem, igualmente, no ambiente escolar, onde todas as atividades de prestígio giram em torno da escrita. Ensinar a escrever sempre teve papel fundamental, embora pareça haver pouca preocupação, por exemplo, com a formatação das cartilhas, onde convivem diversas formas de representação gráfica e vários tipos de alfabeto (maiúsculas e minúsculas, por exemplo, onde o formato de um D não guarda absolutamente nenhuma relação visual com o d). A escola quase sempre se preocupa em ensinar a escrever, a partir da transmissão mecânica de regras gramaticais e normas ortográficas, mas sem ensinar o que é escrever, quais as suas implicações semânticas e significados sócio-políticos. Sem esquecer que também a forma pessoal, individual e muitas vezes idiossincrática que cada pessoa guarda em sua escrita cursiva implica em caracteres às vezes indecifráveis para muita gente. Prática que é até mesmo valorizada em certos segmentos culturais, a exemplo da categoria profissional dos médicos, que freqüentemente costuma gabar-se do esforço que provoca para a tradução dos seus garranchos ilegíveis. Houve um tempo em que a caligrafia era obrigatória na escola, mas esta já é outra questão.

No momento, interessa mais questionar se, de fato, ler implica necessariamente em escrever. A propósito, Cagliari (2001, p.101) lembra que “a escola é talvez o único lugar onde se escreve muitas vezes sem motivo”. Sobretudo nas classes mais baixas, a prática social da escrita é quase inexistente, o que termina passando a estas pessoas uma sensação de inutilidade, de perda de tempo, pois não haveria para eles um referencial na família, no trabalho ou nos locais onde convive, que a justificasse. Por outro lado, para quem cresceu em um ambiente cercado por instrumentos de leitura e escrita, onde estes hábitos são cultivados e

incentivados, então o processo de letramento foi quase automático, a prática passa ter uma referência concreta, é socialmente valorizada como forma individual de expressão e de arte. Ninguém escreve ou lê sem um motivo.

Então, o objetivo primordial da escrita seria permitir a leitura, a tradução dos símbolos gráficos, em fala. Alguns tipos de escrita se preocupariam com a expressão oral e outras apenas em transmitir significados específicos, a serem decifrados por quem está habilitado a tal. É o exemplo das placas de trânsito, que têm uma palavra-chave intrínseca que auxilia na decifração. Trata-se, neste caso, de escrita baseada em significado, que não necessita ter relação direta com a expressão sonora, mas sim com o valor semântico da mensagem. Por isso mesmo, pode ser usada internacionalmente. “Este tipo de escrita se baseia só no significado e não no significante dos signos lingüísticos” (CAGLIARI, 2001, p.104).

Seguindo o raciocínio do autor, é possível perceber que também pode ocorrer o inverso, a escrita representa o significante sem nada relacionar do significado. Um exemplo apontado é a transcrição fonética de uma língua desconhecida. O importante a destacar é que, em ambos os casos, a escrita vai permitir uma leitura, mas o seu valor como código lingüístico desaparece, pois não há mais signo lingüístico, mas apenas uma parte dele. Ou seja, só o significado ou só o significante. Além disso, destaca que um desenho não é necessariamente um tipo de escrita, já que para ser considerado como tal precisaria de um objetivo bem definido, que seria fornecer subsídios à tradução de quem o lê. Um desenho não precisa ser feito obrigatoriamente para ser lido. Evidentemente, pode-se ler um desenho, mas se a ele não for atribuído um significado, não poderá ser considerado parte de um sistema de escrita.

O ato de ler está automaticamente condicionado pelo exercício da escrita. Quando alguém lê o desenho colocado numa placa de trânsito, por exemplo, interpretando-o e relacionando expressões de fala às formas gráficas, ele pode ser considerado escrita. Quem interpreta, não o faz meramente por prazer, mas para atender ao que a escrita indica. Ou seja, há uma motivação concreta, que é a sua própria razão de ser. Decifrar é somente um aspecto mecânico do seu funcionamento. Dessa forma, concluímos que ler não é apenas somar e traduzir signos individuais (as letras, palavras etc), mas implica em contextualizar os significados de maneira intencional. Portanto, escrever não deve envolver somente a transcrição da linguagem oral, mas promover habilidades de reflexão e manipulação de conceitos.

Historicamente, Cagliari identifica três fases distintas no desenvolvimento da escrita: uma primeira que descreve como pictórica, que se manifesta através de desenhos ou pictogramas que não são associados a um som, mas à imagem daquilo que se deseja representar. Uma outra seria a ideográfica, que envolve ideogramas, convenções de escrita. E finalmente a alfabética, que se dá por meio de letras que guardam representação fonográfica. Os sistemas de escrita, por sua vez, seriam de dois tipos. Um, baseado no significado (escrita ideográfica), pictórico e motivado pelos significado que quer transmitir, depende dos conhecimentos culturais prévios de quem o opera, mas não de uma língua específica, pois é internacional. Os exemplos são as placas, números, logotipos, logomarcas, fórmulas, abreviações e siglas, entre outros. O outro tipo baseia-se no significante (escrita fonográfica), depende dos elementos sonoros de uma língua para ser decifrado.

Ainda sobre a importância da leitura, argumenta que “se um aluno não se sair muito bem nas outras atividades, mas for bom leitor, penso que a escola cumpriu em

grande parte sua tarefa" (CAGLIARI, 2001, p.148). Pensam assim todos aqueles que consideram ser a leitura uma atividade fundamental para a escola no processo de formação do aluno. Muitos dos problemas que ele geralmente encontra em seu trajeto da pré-escola à pós-graduação pode inclusive dever-se a deficiências ligadas à leitura. Neste sentido, tudo aquilo que se ensina e aprende na escola está de alguma forma ligado à leitura, depende dela para se realizar, para manter-se e desenvolver-se.

Todo processo de leitura envolve um esforço de decodificação, onde o leitor primeiro decifra a escrita para depois entender a linguagem que lhe serve como intermediária, para finalmente lograr refletir sobre o conteúdo que lhe foi transmitido. Ele o interioriza e passa a formar seu próprio conhecimento e opinião sobre o que leu. Se houver falha em alguma etapa deste processo, o resultado final ficará comprometido. Significado e significante estarão fora de sintonia. Por isso uma criança não lê como um adulto. Da mesma forma que pessoas com referências sociais, ideológicas e culturais distintas podem também ler um mesmo texto e produzir interpretações bastante diferentes. Para a professora Verbena Rocha Cordeiro (2004, p.97), a relação entre texto e leitor é concretizada através de "um diálogo que revivifica e atualiza seu sentido". Ou seja, é o próprio leitor quem confere significado ao que está escrito, filtrando-o através de um intrincado processo de construção de sentido que envolve um ritmo e uma forma de leitura próprios, que dependem de sua competência lingüística, conhecimento prévio do mundo e de outros textos.

Tal bagagem cultural lhe permite fazer previsões e levantar hipóteses sobre o texto, ativando sua estrutura cognitiva e sua imaginação para confirmar ou refutar as inferências que foram sendo processadas ao longo da leitura. Assim, as previsões e as hipóteses são recursos presentes na relação dialógica entre texto e leitor. (CORDEIRO, 2004, p.97).

Outro ponto a ser levantado é que, se escrever e ler e são atividades de alfabetização que deveriam acontecer simultaneamente, por que nas nossas escolas geralmente se dá mais atenção à escrita que à leitura? Talvez a questão esteja nos mecanismo de avaliação. É mais fácil mensurar os progressos obtidos com o ensino da escrita do que em relação à leitura, que envolveria uma gama maior e mais complexa de variantes e condicionantes - de ordem cultural, subjetiva - a ser observada e considerada. De qualquer forma, parece fazer parte de um pensamento consolidado entre o senso comum a idéia de que é mais importante ler do que escrever, no mundo contemporâneo.

Na esteira deste raciocínio, é necessário considerar que há muitas pessoas alfabetizadas que vivem praticamente sem escrever, mas não sem ler, enquanto que inúmeros analfabetos de escrita conseguem ler numa cidade grande, porque precisam desenvolver mecanismos que lhe permitam identificar placas de rua, letreiros de ônibus e metrô, números em cartazes e etiquetas, luminosos etc. Seria, então, possível aprender a ler sem aprender a escrever, como ocorre a uma criança que acompanha a leitura de uma história e aprende a decifrar os sons das letras em contextos diversos, apreendendo pequenos textos de cujo conteúdo tenha conhecimento prévio ou saiba de cor. Assim, teria uma visão mais real do funcionamento da escrita, o que lhe facilitaria o aprendizado da ortografia. Cagliari (2001, p.169) defende que tudo isso deveria bastar para justificar um lugar de maior prestígio para a leitura no processo de alfabetização e argumenta que “o objetivo da escrita é a leitura, mas quem vai escrever só é capaz de fazê-lo se souber ler o que escreve. Portanto, a leitura é uma habilidade que precede a própria escrita”. O que

remete, mais uma vez, à grande importância que tem a leitura para todo o processo ensino-aprendizagem.

A escola deveria promover, portanto, meios de fomento à leitura regular de revistas e periódicos de vários tipos, inclusive as fotonovelas e histórias em quadrinho, entre outras publicações do gênero. Propiciando o acesso a estas publicações sobretudo àqueles alunos que não podem tê-las em casa, os professores estarão motivando para a leitura, mostrando que ler é importante enquanto prática social, independentemente até de forma e conteúdo.

Reconhecendo o alcance limitado dos programas oficiais destinados a estimular a leitura dentro das escolas nas redes públicas e privadas do Brasil, Cordeiro (2004, p.97) lembra que a formação do cidadão leitor requer o contato, ao longo da vida, com práticas capazes de desenvolver o hábito e o gosto pela leitura, mas sem esquecer de que isso implica na realização de condições materiais de acesso aos livros.

O ensino formal tem-se preocupado, no máximo, em ensinar a estrutura e as regras gerais da gramática, mas pouco habilita o estudante a posicionar-se criticamente diante de um texto ou ainda a fazer uso consciente dos inúmeros recursos de que dispõe a linguagem escrita. Neste sentido, escrever nada mais é que fazer escolhas - a escolha do método, da estratégia e do estilo - para expressar o seu pensamento com clareza, organização e adequação aos padrões lingüísticos. O principal objetivo do ensino da língua deveria, pois, ser a formação de leitores críticos, capazes de ler os significados implícitos de um texto, ou seja, ler criticamente. Para tanto, é preciso buscar menos o normativo, as regras gramaticais, trabalhando mais a estrutura e a criação de significados.

A escola deve explicar os usos e funções da escrita enquanto prática social e suas relações de poder, pois não se consegue articular o pensamento apenas tomando conhecimento das regras lingüísticas. Cordeiro (2004, p. 97) defende, a propósito, que o professor assuma a responsabilidade de construir novas estratégias de leitura para seu aluno, levando em consideração a definição de objetivos que pretende alcançar e das estratégias de planejamento de ações e avaliação de resultados que vai utilizar. Num modelo de sociedade tão marcada pela força do signo escrito, como a nossa, dominar a prática social da leitura é requisito básico de sobrevivência econômica, política e cultural.

2.1.3 Letramento

Uma das mais eficientes medidas que pode o professor adotar na tentativa de superar as dificuldades de leitura dos seus alunos é incentivar firmemente práticas que levem ao um convívio natural e até mesmo prazeroso com os livros, inclusive os didáticos, assim como com os de literatura, de informação geral, jornais, revistas e outros periódicos. A pesquisadora Ângela Kleiman (2002, p.27) adverte, todavia, que há inúmeras estratégias possíveis de aproximação ao texto, o que exige "diversos graus de engajamento cognitivo por parte do leitor". O que vai variar em razão da capacidade de cada um. Portanto, se o professor optar por trabalhar apenas em desenvolver o interesse pela leitura usando atividades diversas, ainda não estará formando o leitor.

Somente quando se ensina ao aluno a perceber esse objeto que é o texto em toda sua beleza e complexidade, isto é, como ele está estruturado, como ele produz sentidos, quantos significados podem ser aí sucessivamente revelados, ou seja, somente quando são mostrados ao aluno modos de se envolver com esse objeto,

mobilizando os seus saberes, memórias, sentimentos para assim compreendê-lo, há ensino de leitura (KLEIMAN, 2002, p.28).

Em geral, se dá muita ênfase aos elementos estruturais da língua, quando mais interessante seria trabalhar os seus significados. Ao ler, a pessoa infere, antecipa, preenche lacunas e levanta hipóteses que vão complementando o sentido do texto. A palavra-chave em toda esta questão é significado. Para o aluno, aprender a ler precisa fazer sentido. Pois a leitura envolve necessariamente a interação entre autor e leitor, através de um roteiro de comunicação que sempre vai envolver problemas de decodificação, os ruídos ao pleno entendimento de significados. No ambiente escolar, cabe ao professor intermediar esta relação, tornando-a o mais fluida possível. Assim, partindo do pressuposto básico de que tanto o material escrito quanto os conhecimentos prévios do leitor vão interagir para que ele chegue à compreensão, a autora enumera três tipos de teorias relacionadas à leitura: as que adotam e desenvolvem os conceitos de gênero apresentados por Bakhtin e envolvem questões ligadas à lingüística textual e a análise do discurso; também as teorias sócio-cognitivas da compreensão, oriundas das ciências psicológicas, principalmente a psicologia cognitiva, que trata dos modelos de processamento da língua escrita; e finalmente os estudos do letramento, que aqui trataremos de aprofundar.

Para tanto, é necessário caracterizar os distintos graus de domínio da escrita, desde o conhecimento do alfabeto até o uso de textos para a aprendizagem de assuntos diversos. Ler um pouco e grafar o nome não são suficientes para inserir o cidadão nas práticas legitimadas e socialmente valorizadas do ato de escrever, ou seja, os usos da escrita referem-se intrinsecamente ao contexto, têm relação direta com cada situação. Aprender a ler vai implicar em distinguir como funcionam os textos nas diversas práticas e usos sociais que se lhe são conferidos.

Uma prática discursiva é determinada pelo local onde ela ocorre, se numa sala de aula, igreja, num ambiente de trabalho ou local público, mas também vai depender da instituição que a legitima, pois há uma fala própria escolar, religiosa, profissional, técnica, burocrata, popular. Todo discurso é marcado pelas relações sociais de poder, ele modela o que será definido como realidade, imputa sentido e significado, estabelecendo uma hierarquização entre as instituições e suas práticas. Por tal razão, defende Kleiman (2002, p.32), que "o ensino da leitura e da língua escrita deve estar adequadamente à realidade social do aluno e orientado para a ampliação dos usos da escrita nas comunidades mais tradicionais".

Todo o processo de aprendizagem da leitura e da escrita é facilitado quando se trata de crianças onde os ambientes escolar e doméstico já proporcionam contato com as várias práticas sociais de leitura, como o hábito dos bilhetes familiares, os livros de histórias infantis ou ainda o exemplo da leitura cotidiana de periódicos. O que dificilmente ocorre entre famílias com pouca ou nenhuma escolaridade. Onde a leitura é fonte de prazer e de identificação familiar, o material escrito - dos livros aos jornais e revistas - são vistos como instrumentos através dos quais se pode ampliar o conhecimento do mundo e de si próprios.

Assim a criança inicia a sua jornada de letramento, que deve ter prosseguimento através do contato com as diversas práticas sociais discursivas que são produzidas por instituições que lhe vão sendo apresentadas desde a escola e a igreja, ao clube social, as lojas do comércio, cinema, teatro, museus, a universidade, o ambiente de trabalho, as repartições públicas etc. Será preciso que a escola deixe de lado sua majoritária preocupação com os conteúdos curriculares, para passar a priorizar o contexto e a prática social na formação de cidadãos letrados. Não é tanto conhecer e dominar o conteúdo de um dicionário ou enciclopédia que vai habilitar o

jovem a tornar-se cidadão, mas sim compreender a importância de consultá-los, sabendo quando, onde e como fazê-lo.

2.1.4 Gêneros de leitura

Kleiman (2002) aborda, ao lado da noção de letramento, a de gêneros de leitura. Neste sentido, alinha as categorias distintivas de agrupamento dos textos por instituições por onde circulam, as formas que assumem e os temas de que tratam. Em verdade, a definição de gênero pode ser considerada polêmica, uma vez que a melhor maneira de abordar a noção seria através da experiência da própria prática de leitura. A pesquisadora lembra que, quando alguém pergunta ao leitor o que ele lê, uma resposta natural é responder com o gênero: um romance, um conto, uma notícia de jornal ou uma bula de remédio. E conclui:

A verdadeira batalha que o professor trava para seduzir o aluno para viver o mundo da leitura não será uma batalha já perdida se forem trazidas para as aulas mais práticas de letramento relevantes para a vida social, como a leitura dos diversos gêneros jornalísticos. Daí a importância dessa reflexão para o ensino. Para isso, faz-se necessária a reflexão mais aprofundada sobre as práticas de letramento e sobre os gêneros, bem como seus possíveis usos na escola, pelo professor (KLEIMAN, 2002, p.7).

Também a propósito de definir letramento, termo que teria começado a tornar-se popular a partir da segunda metade dos anos de 1980, a professora Magda Soares (2003, p.15-17) parte de conceitos como *analfabetismo*, que é descrito pelo Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa como “estado ou condição de analfabeto; falta de instrução, sobretudo da elementar (ler e escrever)”, enquanto que *analfabeto* seria, segundo a mesma fonte, “que ou aquele que desconhece o alfabeto; que ou aquele que não sabe ler ou escrever; que ou aquele que não tem instrução

primária". Para a autora, quase os todos dicionários definem *alfabetizar* como "ensinar a ler" e freqüentemente omitem a palavra *escrever*. O termo *letrado* costuma surgir como "versado em letras, erudito", embora dificilmente se possa encontrar definição para *letramento*. A partir destes argumentos, explica que o sentido que damos atualmente à expressão parte do termo inglês *literacy*, que vem do latim *littera* (ou seja, letra), com o sufixo (cy) que denota qualidade, estado de ser, apontando então a condição daquele que sabe ler e escrever.

Isto a leva a concluir que alfabetizar-se "tem consequências sobre o indivíduo, e alterar o seu *estado* ou *condição* em aspectos sociais, psíquicos, culturais, políticos, cognitivos, lingüísticos e até mesmo econômicos" (SOARES, 2003, p.18). Letramento seria, pois, o resultado da ação específica de ensinar ou de aprender a ler e a escrever, seria o estado ou ainda a condição que um indivíduo adquire por de ter-se apropriado dos mecanismos de leitura e de escrita. Até há bem pouco tempo, a falta de acesso às letras por parte de uma camada expressiva da população era um fato tão comum que bastava o termo analfabetismo, usado pelos governantes para eventualmente avaliar e medir as dimensões do fenômeno.

Mas em geral não era preciso o seu oposto, letramento. Este tipo de preocupação só viria surgir mais recentemente, quando as exigências de uma sociedade cada vez mais fabril e complexa determinaram que não mais bastava apenas saber ler e escrever, era preciso também "saber fazer uso do ler e do escrever, saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente" (SOARES, 2003, p.20).

Neste sentido, os próprios institutos responsáveis pela realização de censos passaram a alterar o modo de apurar os índices de alfabetização e, para ser considerado alfabetizado hoje não é mais suficiente saber ler e escrever o próprio

nome, como antes. É preciso pelo menos conseguir ler e escrever um bilhete com mensagem simples. Por outro lado, uma pessoa pode mesmo não saber ler e escrever, mas ser de certa forma letrado.

Assim, um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas, se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, se se interessa em *ouvir* a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros lêem para ele, se *dita* cartas para que um alfabetizado as escreva (...), se pede a alguém que leia avisos ou indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma, letrado, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita (SOARES, 2003, p.24).

Como se pode verificar, a questão está, justamente, nas práticas sociais de leitura. Ao enfatizar a maneira singular com que o jovem leitor absorve e usufrui da experiência de leitura, atribuindo a ela inclusive uma dimensão afetiva, sobretudo em relação às aventuras narradas nas obras literárias, Cordeiro (2004) avalia os processos de extrema ampliação e diversificação dos suportes de leitura. Reforça, neste sentido, que estas inúmeras práticas de leitura devem estar adequadas aos interesses de cada segmento de leitor, prevendo “diferentes estratégias de acesso à leitura face às diferentes tipologias e gêneros textuais” (CORDEIRO, 2004, p.99). E tal responsabilidade cabe, também, ao professor. Além disso, defende que o empenho em estimular e promover o ensino das práticas de leitura não fique restrito aos professores de português, mas se estenda igualmente a todas as demais disciplinas. Para ela, a leitura, em todas as suas formas e práticas, “porta uma voz e múltiplos sentidos que dialogam com a cultura e os esquemas dominantes de uma época” (CORDEIRO, 2004, p. 100).

Tanto ler quanto escrever são habilidades que envolvem um espectro muito amplo de níveis e graduações. Dependem tanto de habilidade, intimidade e prática semântica e interpretativa, quanto de domínio de vocabulário e capacidade de

contextualização. Dependem da riqueza de referências culturais, sociais e econômicas que estejam à disposição do sujeito, tanto quanto de suas peculiaridades de estilo e criatividade em reelaborar a realidade, o que envolve até mesmo aspectos psicológicos e afetivos. Enfim, suas definições são complexas, pois enquanto para uns é fácil e até mesmo prazeroso o ato de escrever, para outro tanto pode ser descrito como um martírio, uma tortura somente enfrentada por conta de alguma obrigação profissional, legal, burocrática ou acadêmica.

Para Soares (2003), outra dificuldade em definir com precisão letramento é que ele envolve dois processos fundamentalmente diferentes. Ler e escrever, embora complementares são dessemelhantes e guardam marcadamente suas peculiaridades. Uma pessoa pode ler fluentemente e ter dificuldade para escrever, enquanto outra pode produzir ótimos textos de forma fluente e todavia não gostar de ler.

A leitura envolve tanto relacionar símbolos escritos a unidades de som quanto interpretar textos, neste último caso implicando em decodificação, significação, uso de analogias, comparações e linguagem figurada. Já a escrita envolve habilidades lingüísticas e psicológicas fundamentalmente diferentes daquelas exigidas pela leitura, como registrar as unidades de som, transmitir significado, expressar idéias, habilidade motora em caligrafia e ortografia.

Através de uma perspectiva social, o letramento torna-se uma prática em que as pessoas manifestam e praticam suas habilidades de escrita e de leitura, de codificação e deciframento, dentro de um contexto político e cultural específico, que é imensamente influenciado a partir das necessidades, valores e práticas coletivamente pactuadas ou aceitas. Neste aspecto, é possível distinguir duas principais vertentes de interpretação desta dimensão social do fenômeno. Uma

primeira que resume o letramento em suas características e habilidades funcionais, conferindo-lhe uma abordagem mais técnica, mecanicista, e uma outra onde se busca ressaltar sua condição de prática social historicamente localizada e, portanto, responsável por reforçar ou questionar todo o conjunto de valores, tradições e modelos de distribuição de poder que lhe molda a realidade.

O fato de estarmos nos ocupando cada vez mais com os fenômenos ligados ao letramento, passando a incorporar este termo ao nosso vocabulário, significa que compreendemos que o problema não se resume em ensinar a ler e escrever, "mas é, também, e sobretudo, levar os indivíduos - crianças e adultos - a fazer uso da leitura e da escrita, envolver-se em práticas sociais de leitura e escrita" (SOARES, 2003, p.58). Para tanto, também nossos processos de formação escolar devem ir além da simples transmissão do código escrito; eles precisam estimular os alunos a fazerem uso da leitura e da escrita no cotidiano, legitimando sua função social. Em outras palavras, as escolas precisam letrar. A propósito, explica a pesquisadora:

À medida que o analfabetismo vai sendo superado, que um número cada vez maior de pessoas aprende a ler e a escrever, e à medida que, concomitantemente, a sociedade vai se tornando cada vez mais centrada na escrita (cada vez mais *grafocêntrica*), um novo fenômeno se evidencia: não basta apenas aprender a ler e a escrever. As pessoas se alfabetizam, aprendem a ler e a escrever, mas não necessariamente incorporam a prática da leitura e da escrita, não necessariamente adquirem competência para usar a leitura e a escrita, para envolver-se com as práticas sociais da escrita: não lêem livros, jornais, revistas, não sabem redigir um ofício, um requerimento, uma declaração, não sabem preencher um formulário, sentem dificuldade para escrever um simples telegrama, uma carta, não conseguem encontrar informações num catálogo telefônico, num contrato de trabalho, numa conta de luz, numa bula de remédio... (SOARES, 2003, p.45-46).

O conceito de letramento tem somado significações e ampliado os horizontes das questões ligadas aos mecanismos de alfabetização. Ele surge a partir do reconhecimento de que a idéia de alfabetizar, simplesmente, tornou-se insatisfatória.

A preocupação com o letramento tem ganhado espaço nos meios acadêmicos e nas próprias escolas, como resultado natural do aprofundamento das discussões sobre a reorganização do ensino e de suas práticas. Percebe-se então que, além de saber ler e escrever, a criança deve ser habilitada a reconhecer e dominar as variadas práticas sociais de leitura e de escrita.

2.1.5 A leitura do mundo

Dando prosseguimento ao assunto, Yunes (2003, p.16) acrescenta uma oportuna definição do conceito de letramento, que entende como “a cultura perpassada pela letra, pela ascendência da escrita”. O que não exclui - antes o contrário - o envolvimento de múltiplas outras linguagens no processo, a exemplo da televisão, do cinema ou da moda. Em contato com a cultura e seus processos, a soma das experiências sensíveis vai gerando um arsenal simbólico que habilita a transitar em universos interpretativos cada vez mais complexos. Ler pressupõe a construção de significado. Além disso, a prática da leitura vai ampliando simultaneamente o vocabulário e a capacidade de interpretar, associar e encadear eventos, tornando indissociáveis os processos de leitura do mundo e da palavra. É a linguagem que potencializa o pensamento. Através dela, utilizando mecanismos como a associação ou a comparação de idéias, é possível alcançar a intersubjetividade necessária à construção da própria identidade, o que demanda senso crítico e autonomia como requisitos indispensáveis.

Partindo da premissa de que ler é, realmente, compreender, Max Butlen (2003) conclui que restaria, então, saber qual é o objeto da atividade (ou seja, o que compreender) e quais são os procedimentos empregados na operação (como

compreender). Assim, reconhece que no processo de alfabetização o reconhecimento das palavras é automático, trata-se de uma aprendizagem fundamental que envolve tão somente a identificação dos componentes gráficos e seus correspondentes fonéticos. Todavia, o mero reconhecimento automatizado das palavras não é suficiente para a assegurar a compreensão, pois decodificar não é o mesmo que compreender. A propósito, afirma que “a capacidade de decodificar não se associa, automaticamente, às performances no campo da compreensão” (BUTLEN, 2003, p.61). Portanto, além de reconhecer as palavras é necessário saber como mantê-las na memória, combinando-as e relacionando-as a uma cadeia evolutiva de significações.

A compreensão literal é apenas o ponto de partida, de onde é possível desencadear processos de compreensão cada vez mais complexos e sofisticados. Para tanto, o leitor trabalha as informações obtidas através de artifícios de dedução e indução. Aprender a ler depende, portanto, desta capacidade de inferência, que surge em razão de uma situação em que haja problema concreto de leitura a ser enfrentado. Ao fazer isso, o leitor é desafiado a se posicionar em relação ao texto, ou seja, ele precisa interpretá-lo, interpellá-lo a partir de sua subjetividade. E passa a construir seu próprio ponto de vista, com base nos parâmetros colocados e nas questões propostas pelo texto. Butlen (2003, p.65) conclui seu raciocínio afirmando que, neste sentido, interpretação e compreensão passam a interagir de maneira dialética. O que reforça a importância do debate e do diálogo no processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, no desenvolvimento da capacidade de leitura crítica.

Pesquisadores como Paulo Afonso Caruso Ronca (2001, p.166-169) vão além e afirmam que "a habilidade da interpretação é uma dimensão particular da

habilidade da compreensão". A partir daí, argumenta que uma das mais fundamentais características do pensamento não seria tanto as noções de veracidade ou falsidade que mantém implícitas, pois elas podem ser freqüentemente relativas, circunstanciais ou temporárias. Neste caso, importam bem mais as justificativas, interpretações ou explicações que se lho possam imputar. Ou seja, ao pensamento vale mais a contextualização. Para ele ao compreendermos algo, estamos dando um significado próprio à realidade, ainda que sem distorcê-la ou desvirtuá-la, o que também não significa memorizá-la sem sentido ou sem contexto. Ao compreender algo, tornamos nosso aquilo que lemos, ouvimos, vimos ou sentimos, transformando e filtrando tudo isso de acordo com o referencial pessoal de que dispomos, com um variado grau de fidelidade de que somos capazes.

O autor adverte, contudo, que "a compreensão pressupõe a identificação de modelos que, muitas vezes, convertem-se em sólidos referenciais e bases para demanda do processo de ruptura e superação" (RONCA, 2001, p.172). Seria este, portanto, o caminho para a autonomia. Na medida em que compreender não seja visto como ato acabado ou mesmo objetivo final do pensamento, mas etapa de um processo que conduz a novas e mais complexas referências e interconexões, é possível tratá-lo como ponto inicial e desencadeador de outros processos de pensar e de fazer. Portanto, a fim de compreender é necessário explicar. Ou seja, alguém comprehende algo quando o relaciona a um conjunto de informações que é sempre e necessariamente amplo e dinâmico. Da mesma forma, alguém explica algo quando expõe tal conjunto de informações de forma lógica e coerente.

Dando prosseguimento a este raciocínio, podemos concluir que compreender uma ação é conhecer seus motivos e explicá-la é descrever tais motivos. Assim, compreender uma pessoa é colocar-se no lugar dela, ao passo em que explicar o

outro é identificar os movimentos internos que determinam o seu fazer e o seu pensar. Mas, ao compreender algo, o trazemos para dentro de nós, o tornamos nosso e, portanto, o modificamos na medida da intensidade de sua internalização e somos igualmente modificados por ele. Afirma ainda Ronca (2001, p.180) que a compreensão implica quase sempre numa modificação dos referenciais internos e na transformação das funções cognitivas e dos componentes perceptivos, sensitivos e corporais. O que implica em uma certa responsabilidade individual e social, de agir coletivamente. Trata-se de "uma petição interna do pensamento, que inspira e quase obriga promessas do humano pensante" (RONCA, 2001, p. 181).

Com base em pressupostos semelhantes, Hercílio F. Quevedo (2002, p.69) desenvolve seu raciocínio reconhecendo que em geral se considera leitor aquele que aprendeu o processo mecânico da leitura, o domínio dos signos lingüísticos escritos, mas lembra que desde o nascimento o homem passa a ler o mundo com seus diversos sentidos, captando a realidade à sua volta, estabelecendo interações e acumulando referências incontáveis. Para ele, "o conhecimento prévio do mundo, mesmo que fragmentado, constitui-se num dos pressupostos básicos ao processo de leitura" (QUEVEDO, 2002, p.70). Cita Ângela Kleiman (1995, p.13) e Marcuschi (1999, p.96) para afirmar que o sentido de um texto não produz compreensões definitivas, pois não reside *no* texto. Ele é o ponto de partida de onde o sentido vai sendo construído mediante a interação de conhecimentos lingüísticos, textuais e de mundo que possui o leitor. Ou seja, ler vai ser sempre um ato interativo e criativo, que exige descobrir novas realidades e maneiras inéditas de relacioná-las entre si, de acordo com o contexto.

Quevedo (2002, p-71-73) defende, a propósito, que a escola deveria buscar trabalhar vários tipos de textos: os formativos (livros técnicos e didáticos) e os

informativos (jornais, revistas), mas também os literários. De fato, o objetivo primordial não somente da escola, mas de toda instituição envolvida com os processos de letramento, deveria ser habilitar o aluno a desvendar o mundo, interagindo criticamente com ele através da leitura. Em geral, a escola preocupa-se em formar leitores, quando mais relevante ainda seria promover a leitura enquanto prática social, trabalhando a produção de sentidos, a análise crítica e a contextualização de conteúdos, pois ler implica em competência formal e política.

Entre as especificidades necessárias à leitura da palavra o autor enumera a concentração e o raciocínio, que permitiriam um *mergulho* nas possíveis significações do texto. Portanto, ler de maneira constante e sistemática textos escritos ajuda a ampliar as habilidades cognitivas e a agilizar o intelecto. Para Quevedo (2002, p.77-80), a leitura da palavra é, de fato, uma das mais complexas, pois sintetiza todas habilidades requeridas nos demais tipos de leitura. Tal característica provavelmente é uma das fontes que alimentam a crença comum de que o domínio da habilidade da leitura confere naturalmente um tal *status* aos indivíduos que mesmo aqueles que não lêem desejam se passar por leitores de livros. E freqüentemente o fazem. De qualquer maneira, conclui Quevedo (2002, p.81), “tornar-se leitor e auxiliar na formação de novos leitores parece ser um compromisso de cidadania para quem acredita que ler não é apenas decodificar signos, mas um ato que pode mudar o rumo da(s) vida(s)”. Cabe acrescentar a posição de Brandão (1995, p.9) ao advogar que “não há uma forma única nem um único modelo de educação: a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática e o professor profissional não é o seu único praticante”.

Ao lermos o mundo, estamos na verdade apresentando uma tradução dele, uma interpretação nossa, particular, que tem a ver com a reescrita que nossa prática, nossos valores e (pré)conceitos nos permitem oferecer. A educação, neste contexto, vai influenciar a produção das crenças e valores, das idéias e conceitos que norteiam as relações de troca de que moldam a sociedade. Cabe, mais uma vez, refletir sobre a afirmação de Freire (2003, p.20), quando explica que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma outra forma de “escrevê-lo” ou de “reescrevê-lo”, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente. Conseguir ler criticamente o ambiente que o cerca marca a distinção básica entre estar-no-mundo simplesmente e saber-se no mundo, conhecer a si próprio e o lugar que lhe cabe no esquema das coisas. Os números avassaladores dos chamados analfabetos funcionais não deixam dúvidas quanto à gravidade da questão ou ao tamanho do desafio a ser enfrentado no sentido de reverter tal quadro.

2.1.6 Texto e tecnologia

A importância da leitura enquanto prática social pode ser igualmente mensurada sob o prisma do seu relacionamento com a tecnologia. Partindo da constatação de que os alunos de uma maneira geral costumam interessar-se mais pelos veículos das novas mídias (tevê, videogame, computador pessoal, celulares) do que pelo texto escrito, Quevedo (2002) advoga o uso das tecnologias eletrônicas em sala de aula como suportes para gerar interesse pela leitura da palavra escrita. Para ele, a rapidez com que o fenômeno de digitalização de textos se impõe a todo o processo produtivo cultural e acadêmico exige respostas igualmente ágeis às

questões daí derivadas, desde as etapas da criação, em sua forma e conteúdo, estilo e linguagem, até a edição, distribuição e venda, entre outros fatores que vão interferir até mesmo no modo de se ler. Sem esquecer discussões importantíssimas, como a propriedade intelectual, democratização do acesso e preservação de culturas e modos de fazer originais.

Com a informatização, as etapas industriais de confecção foram enormemente agilizadas e barateadas, alterando os custos envolvidos na produção, embora este talvez não seja o ponto mais importante da equação. O que deve afetar de maneira mais significativa esta relação é mesmo o fato de não mais dependermos dos formatos impressos para ler um livro, uma revista ou um jornal. Agora, podemos fazê-lo através da tela de um computador, em CD-ROM, telefone celular ou qualquer um dos inúmeros aparelhos eletrônicos que têm sido desenvolvidos como plataformas digitais de leitura.

Sobre o uso das novas tecnologias, Quevedo (2002, p.75-77) destaca que entre as características únicas que o computador coloca à disposição do leitor do século XXI está o hipertexto, “um fenômeno pós-moderno que alterou de maneira definitiva as relações até então existentes entre os indivíduos e a informação”. Para ele, a leitura de um hipertexto leva à formulação de novos textos, utilizando-se para isso do próprio computador, que estaria assim formando novos leitores de maneira eficaz e totalmente diferente do que se fazia até então. Mas adverte que não se pode esperar que a informática transforme-se, por si só, em um instrumento de educação, já que o trabalho com a máquina não deve automatizar os pensamentos, mas antes fornecer-lhes elementos como a originalidade e a criatividade para a construção do indivíduo enquanto sujeito de sua história.

Autores como André Belo (2002, p.18), por sua vez, avaliam que um texto apresentado por intermédio destes novos veículos vão ser lidos inevitavelmente de maneira diferente, uma vez que "desaparecem os gestos e as sensações do leitor associados ao manuseio do livro impresso e muda a seqüência da leitura". Em lugar de uma ordem linear, que parte de uma capa para a folha de rosto, índices e páginas iniciais até o final, um produto digital não precisa seguir - e geralmente não o faz - nenhuma lógica formal entre as partes ou os capítulos, permitindo ao leitor elaborar e modificar trajetórias de leitura e navegação as mais diversas e originais. Tal característica, em certo sentido, está presente no formato do jornal impresso desde os seus primórdios, ao oferecer uma diagramação e uma paginação que permitem e até mesmo induzem o leitor identificar os temas e assuntos que mais o interessam, separados em editorias e cadernos específicos, selecionando o conteúdo que deseja ler.

Entre os veículos de comunicação tradicionais, apenas o impresso possui este nível de interatividade, já que até o advento da digitalização o rádio e a tevê limitavam-se a oferecer pacotes prontos de programação que deixavam ao ouvinte ou espectador somente a alternativa de mudar de canal ou desligar o aparelho. O máximo de ingerência possível acontecia por meio das pesquisas de audiência e opinião, cartas ou telefonemas com críticas e elogios à programação. No jornal impresso, mesmo sem interferir diretamente no conteúdo, o leitor sempre pode eleger por onde iniciar a leitura, o que deixar de lado, ao que dedicar mais atenção e o que apenas *dar uma olhada*, como ocorre - evidentemente que de maneira bastante ampliada e dinamizada - com os menus dos ambientes informáticos, onde a navegação requer uma edição crítica dos conteúdos disponibilizados. Neste

sentido, o hábito da leitura do jornal pode, inclusive, facilitar a familiarização dos novos usuários aos sistemas de informática.

Merece destaque, contudo, outras características muito específicas do texto digital apontada pelo autor:

Por outro lado, em vez de sublinhar e anotar a lápis ou caneta nas margens do texto impresso, o leitor pode intervir diretamente sobre um texto digital, adicionando-lhe comentários, alterando-o, copiando-o por meio de um simples comando para novos documentos, juntando-o, por exemplo, a outros textos sobre o mesmo assunto que foi arquivado no computador. Recurso extraordinário, a pesquisa por palavra permite ao leitor digital percorrer o interior de um livro em busca de uma mesma expressão a uma velocidade que nenhum leitor da era do impresso, por mais rápido que fosse, podia sequer imaginar (BELO, 2002, p.19).

Aspecto relevante desta discussão diz respeito ao temor de a generalização dos computadores pessoais leve ao desestímulo à prática de leitura de livros, jornais e periódicos. À parte o registro de que tal vaticínio seja já recorrente, sobretudo quando da popularização do rádio e, depois, da televisão, é importante salientar que a rede mundial de informação configurada através da internet tem sido constantemente abastecida com um volume gigantesco de textos os mais diversos, multiplicando a possibilidade de leitura (inclusive podendo-se imprimir os arquivos digitalizados) de obras exclusivas, raras, esgotadas ou inacessíveis até então.

Além disso, a facilidade em produzir, editar, publicar e até mesmo divulgar textos inéditos representa uma revolução em grande potencial para as práticas de leitura. E não somente em relação à produção literária, técnica ou acadêmica, mas principalmente no que diz respeito ao jornalismo, atividade que desde o início buscou guardar para si o monopólio da produção e distribuição de notícias. Os portais e páginas eletrônicas de veículos de imprensa tradicionais ou não, oficiais ou piratas, bem como o recente fenômeno dos blogs (sítios individuais facilmente

criados e mantidos com o objetivo de divulgar pessoas, grupos, entidades, ações, movimentos ou idéias, entre infinitas outras possibilidades), cada vez mais se apropriam, em forma e conteúdo, da socialização de fatos e informações, ou seja, das notícias.

2.1.7 A linguagem impressa

Se em suas origens a imprensa foi um instrumento de transformação cultural e social insubstituível, peça fundamental para a consolidação dos ideais humanistas, políticos, técnicos e científicos que moldaram o liberalismo moderno, com o tempo foi também responsável por introduzir alterações na maneira com que o ocidente conferia significado aos textos eruditos ou religiosos, considerados nobres ou sagrados. Ao massificá-los, tornou-os passíveis de crítica, de avaliação a partir de uma ótica individual ou mesmo de classe. Superando uma cultura baseada no manuscrito e na oralidade, a imprensa burguesa modificou as formas do discurso, introduzindo a prática da leitura individual, silenciosa e seletiva. No entanto, conforme adverte André Belo, se por um lado a imprensa altera fundamentalmente a técnica de reprodução dos textos, perde seu caráter revolucionário quando comparada com outras mudanças, a exemplo do aparecimento do livro, entre os séculos II e IV, quando era copiado a mão, em substituição ao formato dos pergaminhos. Lembra Belo (2002, p.25) que era "menos portátil do que os livros atuais, mas já um códice, isto é, um conjunto de cadernos costurados uns aos outros e encadernados". A propósito, comenta:

Na opinião de Chartier, o que permaneceu no livro depois de Gutenberg foi mais importante do que o que mudou: os sinais que facilitam a orientação do leitor no interior do livro (numeração de

páginas, de colunas ou de linhas) e no interior de cada página (títulos de capítulos e letras iniciais ornamentadas) nasceram no tempo do livro manuscrito, o mesmo acontecendo com os índices, alfabéticos ou por assunto. A imprensa não criou um objeto novo e não obrigou a novos gestos por parte do leitor, ao contrário do que aconteceu com o aparecimento do códice. (BELO, 2002, p.25).

O próprio formato do livro impresso teria sido responsável, portanto, por consolidar novos hábitos intelectuais e posturas corporais (liberdade no manuseio e facilidade para fazer apontamentos, poder folhear avançando ou recuando livremente e, assim permitindo comparações ágeis entre partes do texto). Para o autor, este novo formato deve implicar em modificações nos modos de escrever e ler, questionando ainda se não seriam as inovações técnicas responsáveis por transformações no modo de pensar, de ler e de conhecer ou, pelo contrário, "que são necessidades culturais e sociais que dão origem ao aparecimento de novas tecnologias de difusão do saber?" (BELO, 2002, p.28)

Cada veículo de comunicação, em seu desenvolvimento histórico, elabora, adota e legitima um estilo de linguagem que resulta peculiar, em razão do contexto sócio-cultural em que foi gerado e dos limites técnicos e estéticos que lhe são impostos ou sugeridos, o que é facilmente identificável. Isto permite, por exemplo, que falemos de uma linguagem do rádio, uma linguagem cinematográfica ou televisiva. No entanto, toda nova mídia em verdade vai aproveitar, ao se estabelecer, referências de algo anterior, que lhe serve de parâmetro para a criação de sua própria linguagem. Assim foi com a fotografia (melhor dizendo, com o daguerreótipo), ao basear-se na lógica da perspectiva renascentista utilizada pelas artes plásticas e, pouco depois, no cinematógrafo - as imagens fotográficas em movimento - que também se apropriaria de vários elementos do teatro. Igualmente das artes cênicas se valeu o rádio em seus primórdios, abrindo espaço para a televisão, que por sua vez nutriu-se não apenas do formato, da técnica e da

linguagem do rádio e do cinema, mas até mesmo dos profissionais que nele trabalhavam.

A propósito, o dramaturgo e roteirista de cinema e televisão Alcione Araújo (1994, p.129) estabelece diferenças de linguagem entre estes gêneros artísticos não apenas na fenomenologia de suas percepções, mas em sua própria gênese enquanto formas de expressão, afirmando que todas elas “guardam um elemento de similitude que leva afoitos a arrolá-las num mesmo bloco: têm em comum o uso da construção dramática”. Ou seja, todo o processo tenderia a evoluir da identificação de um protagonista que deseja algo, mas para atingir seu objetivo tem que superar obstáculos, que são os seus antagonistas. Daí, nasce toda a ação e conflito, com uma narrativa que inclui apresentação do problema, desenvolvimento e desfecho.

O teatro, o cinema e a televisão se apoiam nestes princípios de construção dramática, mas a partir de linguagens completamente distintas. Segundo ele, “o palco exige uma linguagem de síntese” (ARAÚJO, 1994, p.130), pois é totalmente artificial, numa situação tacitamente aceita pelo espectador, que não condena por exemplo estar um dançarino que foi morto a respirar. Mas o teatro precisa ser profundamente verdadeiro na essência do que narra. Já o cinema - e a tevê, por extensão - é profundamente realista em suas cenas e, por isso, pode ser artificial em sua montagem. Trata-se de duas formas de linguagem que impõem leituras intrinsecamente diferentes e que, portanto, não estão abertas a confusões.

Cada formato de linguagem constituiria um gênero e seria utilizado como estratégias de leitura, a fim de facilitar a identificação e recepção da mensagem. Então, copiar total ou parcialmente um formato estabelecido quando da introdução de uma nova mídia seria uma estratégia onde o reforço dos traços familiares facilitariam o aprendizado e a absorção das novas estratégias de leitura. Ao

alcançarmos o formato multidimensional dos mídias digitais, todavia, a questão fica mais complexa. Primeiro, porque ao fazerem uso de ingredientes emprestados de todos os demais veículos (não apenas o registro das imagens ou a dinâmica do movimento; ou os significados do texto e a textura dos grafismos; ou a narrativa musical, testemunhal e documental, mas tudo isso e muito mais), os multimídias mostram potencial não apenas para incorporar as linguagens dos formatos que os antecederam, mas modificá-las profundamente. Embora nem sempre isso aconteça com sucesso. Talvez porque ainda não tenhamos alcançado a lógica (ética e estética) digital que deve substituir o pensamento analógico construído pelas regras do existir industrial.

O que parece claro é que o potencial das mídias digitais tem sido subutilizado, ou seja, ainda usamos as novas tecnologias com a mesma lógica que balizou as antigas, deixando de perceber possíveis modificações de ordem ética, estética e até mesmo política na própria essência de todo o processo. Seriam mudanças profundas no modo de produzir e difundir saber, de fazer pesquisa e distribuir seus benefícios. Mudanças nas bases geopolíticas da liberdade de expressão e no poder representativo. Para tanto, é necessário perceber antecipadamente se a discussão será sobre o grau de acesso e utilização das novas tecnologias ou, na verdade, sobre as intenções de quem detém poder sobre os seus usos. A questão, então, não seria sobre a linguagem ou o meio que vão determinar as formas de lidar com elas, mas sobre as intenções que construirão as relações nela implícitas.

Quando, então, centramos a questão nos eixos da ética e da estética, certamente seremos remetidos a uma dimensão política. Porque a disposição em buscar uma nova ética e uma nova estética para a linguagem dos novos mídias tem obrigatoriamente de partir de um posicionamento político em relação aos usos

destes veículos: quem vai usar, como e para quê? Para mudar (ou manter) quais tipos de estruturas e relações sociais? Trata-se de entender que uma nova linguagem vai surgir da busca por uma nova forma de fazer, de usar a tecnologia digital. Para tanto, não funcionaria tentar utilizar os novos veículos digitais disponíveis com uma lógica gerada em um contexto que se vai ultrapassando, um contexto - diríamos - analógico. Assim, uma ética e uma estética inéditas vão ser possíveis a partir de uma nova maneira política de pensar.

A questão da manipulação da informação, por exemplo. Não cabe mais discutir se tal ou qual veículo específico (ou mesmo tal formato ou experiência de mídia) é mais ou menos democrático, mais ou menos conservador ou liberal, porque todo veículo está inserido em um mercado (entendido num sentido bem lato) e a ele deve referências. Está sujeito a todos os filtros internos (políticas da empresa, as preferências dos editores, a orientação redacional, o estilo dos repórteres etc) e externos (a linha editorial assumida, o relacionamento com a comunidade e com o poder estabelecido, as verbas publicitárias - ou falta dela) que regem a atividade.

2.1.8 A prática social da leitura

Analizando a dimensão social da leitura, Joel Birman (1994, p.104) procura definir o tipo de relação que se estabelece entre o sujeito e o texto, que se consubstanciaria em diferentes modelos históricos de leitura. Perpassa os diferentes modos de se relacionar com a leitura registrados através do tempo para revelar as distintas dimensões sociais e políticas da experiência da leitura, concluindo que “a produção do sentido implica a apropriação do texto pelo leitor, que imprime a sua singularidade na experiência da leitura”. E cita Sartre, quando afirmava que “um livro

começa a existir não quando um autor termina sua redação ou quando o editor o encaderna, mas quando o leitor fecha a sua última página" (SARTRE apud BIRMAN, 1994, p.104).

Adverte ainda o autor que, se a concepção de leitura se transformou ao longo da história, também os conceitos de sentido e verdade surgirão descontínuos ao longo da tradição do ocidente. Para ele, entender o leitor como intérprete foi uma contribuição tardia para a história ocidental. Neste sentido, afirma:

O campo do sentido é marcado essencialmente pela polissemia, admitindo então múltiplas formas de interpretação. E o leitor constitui o sentido na e pela leitura do texto, pois o sentido que forja como interpretação se inscreve numa polêmica com outras interpretações existentes e possíveis (BIRMAN, 1994, p.110).

Suas conclusões apontam para a dimensão essencialmente política que assumem as interpretações sempre conflitivas envolvidas neste processo, pois "intervirativamente no campo das interpretações implica necessariamente transformar relações de força e de investimentos" (BIRMAN, 1994, p.110). Ou seja, interpretar implica em relações de poder, o que desvela o caráter político da experiência da leitura. "Não é mais possível separar saber, poder e verdade, pois são dimensões diferentes da mesma problemática da modernidade, na medida em que a verdade é uma produção do intérprete que se inscreve num sistema de forças" (BIRMAN, 1994, p.111).

Nas últimas décadas, com a consolidação do processo de globalização das economias e das sociedades, não apenas os veículos de comunicação têm procurado repensar seu papel e seus processos, mas igualmente a educação tem buscado novos paradigmas, novos conceitos e métodos. O grande desafio em educar, atualmente, reside prioritariamente em ensinar a aprender e não somente

transmitir conteúdos. A escola certamente não pode mais se limitar a transmitir assuntos avaliados por testes, ela precisa estimular o raciocínio e a criatividade, precisa assumir a postura de auxiliar no processo de depurar e associar informações em quantidades e velocidades cada vez mais rápidas. Se assim não conseguir fazer, estará aumentando o distanciamento que já existe entre o conteúdo curricular e as necessidades reais que o estudante encontra ao sair da escola.

Ao tratar destas complexas questões ligadas às políticas de leitura, Yunes adverte que discutir ética é muito mais importante que a simples adoção de programas formais, oficiais, porque senão a leitura permaneceria sendo apenas manipulação de sentidos. Para ela, “a leitura não é panacéia para os males sociais, mas ajudaria bastante que cada um pudesse e soubesse ler por conta própria, sem tutelas” (YUNES, 2003, p.20)

Neste contexto, o diário impresso surge como recurso ideal para a apresentação de temas atuais e urgentes, como a violência urbana, as desigualdades sociais, os debates ecológicos, o desemprego, os direitos civis, os avanços tecnológicos, as questões econômicas, a intolerância religiosa, a ética e os preconceitos morais e sexuais. O imenso potencial que tem o jornal impresso como instrumento pedagógico ideal no sentido de aproximar a escola, a sala de aula, da vida real, é reconhecido pelas próprias diretrizes dos Parâmetros Curriculares, quando citam a necessidade dos professores utilizarem os “textos do mundo”. A leitura de jornal é uma prática social que deve ser trazida para dentro da sala de aula, incentivando uma postura que privilegie a inclusão (plural, multicultural, interdisciplinar) e não a ruptura, de distinguir o que é da vida e o que é da escola, como se fossem universos separados.

Para tanto, serão necessários mestres habilitados a transitar entre as várias esferas do fazer e do saber de uma maneira transversal, interativa e interdisciplinar. O professor do novo milênio estará desafiado a trabalhar questões como a relatividade física, social e cultural do tempo; a delicada equação entre quantidade e qualidade das informações; ou ainda a aparente contradição que surge com a valorização do regional num mundo que se globaliza. Ele terá de ser capaz de trabalhar com os fatos em tempo real, relacionando-os às diversas áreas do saber em que estiver transitando. Como o faz cotidianamente o jornalista em seu ofício. E, exatamente neste sentido, o educador e o comunicador estarão cada vez mais próximos.

2.2 DO FATO À NOTÍCIA

Para começarmos a entender um pouco os meandros da arte, técnica e ofício da atividade jornalística é preciso, antes de mais nada, situar o contexto em que ela surgiu e se desenvolveu. Logo, a primeira noção que devemos dominar é a de que o jornalismo é um produto da cultura de massa, assim entendida como um conjunto de artefatos e saberes próprios da atividade industrial. É, portanto, a partir do momento histórico em que surge, consolida e se expande o fazer industrial moderno e toda sua organização social, geopolítica e econômica, sobretudo, que podemos falar em imprensa, em jornalismo.

De um modo geral, cultura pode ser entendida como um emaranhado complexo de símbolos e representações, um fenômeno e processo social de múltiplas faces e manifestações. A cultura é, numa palavra, plural. Um aspecto relevante desta questão diz respeito à distinção entre o que seria cultura clássica e

popular, situadas a partir do entendimento mais freqüentemente atribuído ao senso comum em pólos extremos e opostos. A primeira seria própria das elites, dos grupos que detêm o poder em uma organização social, enquanto a outra diria respeito ao conjunto que forma a maioria da população. A clássica estaria composta por referências mais refinadas, sofisticadas, que denotariam maturação intelectual, enquanto que a popular faria uso de símbolos rústicos e menos elaborados.

Todavia, através da comunicação social, com o desenvolvimento e crescente sofisticação dos instrumentos de distribuição e difusão de informação, as barreiras entre as duas acepções culturais foram sendo rompidas e tornando menos nítidas as distinções entre faixa etária, classes, raças e crenças, formando uma nova cultura, a cultura de massa. No processo, foram envolvidos novos mecanismos de produção (industrialismo), nova divisão social do trabalho (ascensão da burguesia) e novo paradigma intelectual (o liberalismo).

Enquanto a cultura clássica e a popular se valem da produção artesanal, espontânea, rural, local ou regional, a cultura de massa, por sua vez, instala-se a partir de um fazer industrial, é urbana, cosmopolita e baseada em relações de consumo. Além disso, a cultura de massa absorve, recicla e multiplica aspectos tanto da cultura clássica quanto da popular. A notícia, portanto, deve ser tratada como uma informação, um fato transformado em relato jornalístico. Mas nem toda e qualquer informação merecerá ser transformada em notícia. Para tanto, precisará ser atual, de interesse público ou ganhar relevância social.

A notícia, então, se tornará o relato do fato, que certamente vai estar impregnado pelos condicionamentos subjetivos do repórter, do editor, do revisor - enfim, de toda a cadeia que gera o produto jornalístico. Pois um fato torna-se notícia quando recebe um sentido especial, conferido por e para um determinado segmento

de pessoas com afinidade geográfica, política, de classe social, profissional, histórica, cultural ou econômica. Ou seja, é a que mídia faz do fato, notícia. Os critérios de noticiabilidade que usa para isso podem ser padronizados, regulamentados e institucionalizados dentro das redações, mas não chegam a ser exclusivamente lógicos, pois envolvem questões de mercado, ética, política, responsabilidade social, cultura, ideologia, estilo, estética e até mesmo da tecnologia envolvida em sua produção.

Assim, para assegurar um mínimo de objetividade na seleção do que vai estar no noticiário de amanhã são adotados alguns parâmetros que tentam apreender o que seria de interesse público, como a atualidade (diziam os mais antigos que jornal velho só serve para embrulhar peixe), proximidade (um buraco em sua rua costuma ser mais importante que alguma crise política do outro lado do planeta), raridade (quanto mais difícil de acontecer ou de se encontrar mais curiosidade desperta) ou ainda o interesse humano, que com freqüência vem recheado com alguma rivalidade, conflito e paixão, continuidade, ruptura ou superação. São as tragédias e romances cotidianos, que sempre costumam chamar nossa atenção, sobretudo quando envolvem alguma celebridade. Igualmente instigantes são os temas que envolvem violência, emoção, sexo ou mistério. Por fim, o jornalismo também se vale das informações de utilidade pública e entretenimento, estabelecendo uma tendência baseada no tripé informação, serviço e lazer.

No trato com a notícia, o jornalismo busca se valer de alguns princípios gerais e entre eles destacamos a objetividade (ou seja, tentar relatar os fatos da maneira como foram observados, com o máximo de impessoalidade possível, contemplando todas as eventuais versões antagônicas envolvidas), a periodicidade (sem a qual não se pode falar de jornalismo, ou seja, de uma relação de cumplicidade

estabelecida num tempo predeterminado em que o veículo é publicado/exibido e o leitor/audiência o consome), a segmentação (uma realidade cada vez mais presente num mercado global de informações cada vez mais rápido e saturado) e a especialização (que surge e cresce em resposta a tal mercado global por tudo isso cada vez mais exigente).

2.2.1 O jornal e o jornalista

O jornalismo é exercido por alguns agentes específicos. Um deles é a chamada mídia, na verdade, os veículos de comunicação social, que devem ser vistos como organizações empresariais com estrutura e fluxograma definindo funções, responsabilidades e hierarquias como em qualquer outra empresa do mercado. Por mais romântica e imbuída de responsabilidade social que sejam, elas têm fluxo de caixa, folha de pagamento, margem de lucro e todos os demais mecanismos exigidos pelo exercício contábil das pessoas jurídicas. Suas ações são regidas por metas e estratégias de marketing estabelecidas pelo presidente, superintendente e corpo de acionistas, se for o caso.

Nestes veículos, trabalha o jornalista, profissional do qual se espera formação técnica acadêmica assentada sobre uma larga base humanista e cultural, ponteada por uma inequívoca vocação e habilidade para pesquisa, mas sobretudo perpassada por um rigor ético inegociável. Por fim, mas de fato o que realmente importa, o público, por vezes chamado leitor, ouvinte, telespectador ou internauta, mas sempre aquele com o poder de fechar as portas das empresas jornalísticas, desempregando seus profissionais, apenas mudando de canal ou deixando de comprar um jornal ou revista.

É importante lembrar que, entre o fato e o seu relato, ou seja, a notícia, sempre vão existir filtros determinando o que vai ser publicado, com que destaque e enfoque. Há dois tipos de filtros. Os internos são aqueles exercidos pela cadeia produtiva de uma redação, que vai do chefe de reportagem ao repórter, redator, revisor, editor e até mesmo o dono do jornal. Já os filtros externos são mesmo os leitores ou espectadores, mas também os anunciantes e suas agências de publicidade (que podem engordar ou não as receitas com propaganda, estas cada vez mais onipotentes nas planilhas das empresas da grande mídia), os acionistas da empresa e o próprio governo, que detém não só a fatia mais gorda das verbas publicitárias, mas inclusive as concessões públicas de freqüências para rádio e tevê, além de regulamentar as taxas de importação de papel e tinta para jornal. No entanto, em última análise, vai ser sempre o público quem, em uma economia de mercado, vai decidir a sobrevivência ou não de um título periódico, sítio eletrônico, programa de rádio ou tevê.

2.2.2 O estilo jornalístico

Em geral, a linguagem de que se vale o texto jornalístico é simples, descritiva e de fácil entendimento, lançando mão – consequentemente – de um vocabulário não muito extenso ou sofisticado. Em razão de seu estilo, adota algumas características próprias, como a maneira direta de narrar eventos, valendo-se principalmente de substantivos e verbos que expressam ações diretas, como fazer, ir e dizer. É também descritiva e, sempre que possível, numérica, buscando quantificar informações exatas, conferíveis. O texto jornalístico não fala de algumas pessoas a

fazer algo, apresenta a quantidade exata ou aproximada delas. As frases, redigidas quase sempre na terceira pessoa, são preferencialmente curtas, facilitando a leitura.

São, pois, características de estilo desejáveis em um texto que se pretenda interessante a ponto de prender a atenção do leitor a clareza (objetividade, simplicidade), síntese (condensar elementos, tornando-os mais intensos, mais diretos e objetivos), força (impacto, por omissão ou realce, de aspectos combinados para produzir o efeito desejado, aguçando a curiosidade de maneira emotiva ou racional), novidade (inédito, original e imprevisto, surpreende e apresenta novos ângulos e abordagens do já conhecido) e tensão (que cria o clima, mantém o suspense, atiça a curiosidade e conduz ao clímax).

De acordo com a intenção, uma notícia anuncia (relata, informa, registra, divulga, documenta), enuncia (narra, orienta, manifesta, esclarece, interpreta), pronuncia (emite opinião, forma valor) ou denuncia (protesta, reclama, fiscaliza), mas também diverte, educa ou orienta.

Um conceito importante em jornalismo é a pauta, que determina os assuntos a serem abordados. A depender de sua origem, ela pode ser interna (ou seja, produzida pelo chefe de reportagem, editores e repórteres, mas igualmente sugerida através do rastreamento sistemático de rádios, tevês e informativos on line) ou externa (provocadas pelas agências de notícia, assessorias de comunicação, releases, telefonemas, e-mails e cartas do leitor).

Quanto à definição de gênero jornalístico, podemos classificar um texto como informativo - quando tem tão somente a intenção de informar, através de uma nota ou notícia mais elaborada, uma entrevista ou perfil de personalidade – ou ainda opinativo - através do qual é transmitida opinião do veículo (editorial), dos seus

profissionais ou colaboradores (colunas, artigos, crônicas e resenhas) e do público de uma maneira geral (cartas à redação).

2.2.3 A reportagem e os esquemas narrativos

Contudo, podemos falar ainda de um terceiro gênero, o interpretativo, que engloba as grandes reportagens, geralmente assinadas pelo seu autor, reunindo informação ampliada e aprofundada sobre determinado tema, por vezes utilizando uma abordagem explicativa, investigativa ou de questionamento e denúncia. De um modo geral, podemos dizer que a informação jornalística é notícia quando trata da cobertura de um fato ou uma série de fatos e é reportagem quando levanta e aprofunda um assunto. Uma reportagem jornalística pode ser dissertativa (quando expõe, explica ou interpreta idéias), narrativa (expressa mudança, movimento, conflito, evolução) ou descriptiva (descreve um momento, uma situação, um panorama, um local).

Quanto ao estilo, pode ser objetiva, direta, ou ainda subjetiva, comentada. Neste sentido, como tem na literatura o seu próprio berço, não é de admirar que o jornalismo se aproprie de alguns termos de sua narrativa no momento de definir gêneros como a reportagem-conto (que envolve fatos reais, narrados diretamente ou através de testemunhos e podem ser narrativas, factuais, de ação ou documental, mas sempre têm personagens e apresenta conflitos), a reportagem-crônica (que descreve circunstâncias, ambientes e situações; traz narrativa opinativa, de crítica social, comportamento, cultural etc, mas não precisa envolver fatos reais, e sim desejos, aspirações) e o livro-reportagem (que deve envolver extenso e cuidadoso trabalho de pesquisa).

De todo modo, tanto nas notícias quanto para as reportagens, o jornalista lança mão de alguns esquemas narrativos, que são tradicionalmente descritos como a pirâmide invertida (os fatos são reportados por ordem de importância, primeiro os considerados mais relevantes, essenciais ao entendimento da notícia, seguindo-se os detalhes ou complementos), os blocos informativos (a seqüência de informações é apresentada em blocos, divididos por intertítulos, capítulos, boxes, matérias pequenas ou ainda links no material on line), cronológico (os fatos são apresentados por ordem de acontecimento, na seqüência em que ocorreram) ou dialético (utilizando um esquema argumentativo que apresenta uma tese e sua antítese, em busca de uma síntese).

Os modelos narrativos são o factual (que possui relato objetivo, direto) ou pessoal (tem estilo, inclui movimento e narrativa humanizada, onde o repórter participa, busca identificação com o público e às vezes envolve personagens).

O tipo de narrativa mais comum, a pirâmide invertida, tem como objetivo tornar mais rápida a leitura da notícia, que pode mesmo ser resumida aos primeiros parágrafos sem perder seu valor informativo, porque ali já estariam concentrados os fatos mais importantes da narrativa.

Tal disposição facilita o trabalho de edição, quando é preciso inserir o texto escrito no espaço gráfico disponibilizado pela diagramação. Basta cortar as últimas linhas, tantas quantas forem necessárias, perdendo-se apenas informações complementares referentes ao contexto, o histórico, repercussão ou consequências do fato.

2.2.4 A força de uma manchete

Um título guarda em si o desafio de chamar a atenção do leitor, de trazê-lo para a leitura da matéria, antecipando e resumindo o aspecto que o jornal considera mais importante ou interessante. De acordo com seu tamanho (em termos técnicos, o *corpo da letra*) e posição, denota o destaque a ele conferido na edição. De qualquer modo, deve ser atraente, original, preciso e capaz de resumir adequadamente a informação ou o fato a ser narrado.

Para produzir uma boa manchete, que nada mais é que o título colocado em destaque maior na página, o redator deve se valer de sua capacidade de síntese e, sempre que possível, usar termos em ordem direta (sujeito, verbo e complemento), algumas vezes até mesmo suprimindo artigos. É recomendável, ainda, que prefira os substantivos aos adjetivos, que são muito perigosos em jornalismo, já que sugerem valor, levantam suposições.

Os verbos, por sua vez, devem estar no presente, ajudando a conferir atualidade ao título. Questão que requer bastante cuidado é o emprego das manchetes sem verbo, que raramente logram soar adequadas à linguagem dos periódicos. Um destes casos é quando o assunto é já de domínio público, foi bastante explorado pela mídia em geral e pode ser reconhecido com facilidade, contando com o auxílio de uma foto ou subtítulo, por exemplo.

Uma frase de efeito, genérica porém criativa e pertinente ao tema, então, tem o mérito de enriquecer a reportagem. Em outras situações, no entanto, a falta de um verbo pode complicar o entendimento.

O lugar onde o título vai ser colocado também influencia em seu estilo. Acompanhando as chamadas de primeira página devem ser provocativos, instigantes, enquanto que nas páginas internas tendem a assumir uma característica mais informativa, explicativa ou interpretativa. De qualquer forma, vai incluir quase sempre as informações básicas sobre o *que* ocorreu a *quem*, elementos que podem ser considerados obrigatórios ao texto.

Já os complementos do tipo *quando*, *onde*, *como* e *por que* são geralmente opcionais e devem ser usados apenas quando relevantes, interessantes ou considerados curiosos, inusitados, justificando assim sua inclusão no título.

Outros itens auxiliam na diagramação característica das páginas de um jornal, a exemplo do *subtítulo*, uma frase em destaque, colocada logo abaixo do título (ou acima, a depender do estilo de cada veículo) com a intenção de complementar a informação, adicionando mais alguns outros dados sobre a notícia. Em geral, resume-se a uma única frase, duas no máximo.

Há, também, o *olho*, que oferece informações complementares colocadas logo após a manchete, um pouco mais extenso que o subtítulo. Pode ser usado igualmente para destacar frases ou depoimentos interessantes no corpo de uma matéria ou entrevista.

Por fim, vale a pena citar o *intertítulo*, artifício que utiliza geralmente uma única palavra em destaque para intercalar textos muito longos, com o objetivo de facilitar a leitura, tornando-a mais leve.

2.2.5 Lead, entrevista e suíte

Como na literatura, saber abrir um texto, iniciar a narrativa, é fundamental para prender a atenção do leitor e seduzi-lo em direção ao fecho da história. A técnica jornalística, contudo, impõe que tal desafio seja enfrentado respeitando-se os ditames do lead (conforme foi inicialmente incorporado a partir do vocabulário inglês), que nada mais é que a abertura de uma notícia. É portanto, a parte mais importante da notícia e deve ser provocativo, incisivo, mas claro, direto e simples o bastante para que qualquer pessoa possa comprehendê-lo. Lembram os manuais de jornalismo que ele deve ser original, pois tem a missão de atrair e prender a atenção do leitor, mas não pode deixar de ser adequado e indicar desde já a abordagem pretendida pelo texto.

O lead clássico tem o objetivo de responder a algumas perguntas que resumem a notícia. São elas, *quem* fez o *que*, *quando*, *onde* e *por que*. Se for possível e necessário, pode-se acrescentar um *como* à lista, contanto que em suas linhas ou parágrafos iniciais a notícia forneça toda a ação de forma resumida, ressaltando o fato principal, ou seja o aspecto mais relevante, interessante, significativo, atual ou fora do comum daquilo que se está narrando. Do jornalista, se espera sensibilidade e técnica suficientes para distinguir em que situação deverá abrir sua matéria com o *que* (em geral, é o que acontece com maior freqüência), *quem* (o que vai depender da biografia, da autoridade ou tipo de atividade, da quantidade ou do que a pessoa é ou representa para a situação narrada), *quando* (a ocasião em que um acontecimento ocorre raramente merece ser o destaque do texto, exceto em situações em que o inusitado justifica o interesse), *onde* (vale o mesmo que para o *quando*) ou *por que* (deve ser usado quando a resposta a esta indagação é o fato principal a ser esclarecido pela notícia). A justificativa para o

como é semelhante à do por que. Se, ao inserir as respostas mais importantes, percebemos que o parágrafo ficou muito grande, as outras devem ir para um sub-lead, em parágrafo subseqüente (até mais de um, se necessário) e sem intertítulo.

Com relação ao estilo, o lead pode ser resumido (quando bastante objetivo, resumindo a informação que se quer transmitir em poucas linhas), circunstancial (relativo tanto a acontecimentos inesperados quanto a fatos que dão prosseguimento a eventos anteriores), original (o que vai dependes do fato abordado, mas principalmente da criatividade e competência do jornalista ao narrá-lo), interrogativo (quando provoca curiosidade, apresenta interrogações e questiona determinado assunto), literário (o repórter usa recursos ficcionais de narrativa, técnica e linguagem), numérico (cobre fatos e eventos ligados a números, percentagens, estatísticas etc) e envolvente (tenta falar diretamente ao leitor, simulando intimidade).

Em todo caso, mas sobretudo para ser original, literário ou envolvente, é preciso bastante competência, senão o resultado pode sair desastroso. Ao tentar produzir aberturas criativas e que chamem a atenção do leitor, o jornalista também pode usar alguns artifícios de linguagem, como o impacto (usando frases fortes, diretas, fazendo uma denuncia – quando então apela à emoção), a descrição (a linguagem é fotográfica, cinematográfica – apelando à visão), a citação (que tem a forma de uma declaração, sempre aspeada, um depoimento ou frase de efeito, apelando à audição), a comparação ou contraste (que busca semelhanças ou diferenças entre situações ou propõe uma suposição, apelando à imaginação), o uso de personagens (quando o texto conta uma história, mostra exemplos ou traça perfil e, assim, apela ao pessoal), o clichê (envolve o uso de frases feitas, fórmulas e bordões, que apelam ao saber popular) e o trocadilho (que faz uso dos paradoxos,

contradições e anedotas, apelando ao humor e à curiosidade). Mais uma vez, ao usar tais elementos, é preciso critérios, sob o risco de produzir um texto pobre, de mal gosto ou inadequado.

Há, ainda, um formato bastante utilizado pelos veículos de comunicação, a entrevista, que deve ser empregada quando a figura do entrevistado, mais que o fato ou circunstância a ela ligados, justifique o destaque do seu depoimento. Quando não está inserida no corpo de uma notícia ou reportagem, como mera referência, explicação ou depoimento casual sobre o tema ou acontecimento abordado, mas é ela própria a razão de ser da matéria, então a entrevista se justifica a partir da própria pessoa ouvida. O que se dá, evidentemente, em razão de sua importância, celebidade, autoridade ou peculiaridade (nestes casos, alguém que – famoso ou não – fez, faz ou fará algo curioso, extraordinário, interessante, relevante). Em termos de narrativa, as opiniões do entrevistado podem ser relatadas de forma descriptiva no decorrer da entrevista ou assumirem a forma de perguntas e respostas, grafadas da maneira exata como foram produzidas, quando então são chamadas de *pingue-pongue*. Nos casos em que o texto (ou a narrativa, nos casos do rádio, tevê ou cinema) não diz respeito ao que a pessoa fez, pensa ou relata, mas sim ao que ela é, à história da sua vida ou obra, trata-se de um perfil, que inclusive pode estender-se a pessoas já falecidas, como em qualquer biografia.

Outro termo comum em jornalismo é a suíte, que define o texto que dá seqüência a uma matéria anterior, desdobrando e atualizando o assunto. Pode ser de autoria do mesmo repórter ou editoria que gerou a notícia original, mas pode também abordar novos ângulos, com tratamento diferenciado, por parte de outras editorias ou veículos diferentes, inclusive. Em geral, costuma-se acrescentar um

resumo, histórico ou ao menos referência ao fato original, a fim de esclarecer a quem toma conhecimento do assunto pela primeira vez.

Por fim, vale lembrar que todo o material jornalístico impresso possui elementos textuais, mas também gráficos (as fotos, ilustrações, diagramas ou infográficos), ao tempo em que os portais informativos da internet já nos contemplam com uma nova e ainda pouco estudada possibilidade, que são os hiperlinks, capazes de nos remeter a toda uma nova gama de material ilustrativo e de informações complementares à palavra escrita. Em geral, a diagramação de um periódico impresso tem a finalidade de compor um conjunto harmônico e agradável entre os elementos de texto, fotografia e ilustrações. A maneira como estes recursos são utilizados deve observar os objetivos primordiais de atrair a atenção e facilitar a leitura. Para tanto, usa os destaque nos títulos, as fotos coloridas e abertas, fios, boxes, mapas, tabelas, desenhos e infográficos, um recurso poderoso, que alia com criatividade elementos textuais, gráficos e ilustrativos. As possibilidades são inúmeras. Segundo Nilson Laje (2000, p.7), “se uma imagem pode conter informação que não cabe em mil palavras, uma palavra pode resumir o conhecimento de mil imagens”.

2.2.6 A imprensa no Brasil

O nascimento da atividade jornalística no Brasil está relacionando às circunstâncias que levaram a um movimento a favor da independência de Portugal, iniciativa que recebeu apoio de uma parte significativa da elite brasileira, mas também do próprio povo, em menor escala. A partir deste momento histórico, foram finalmente criadas as condições para o desenvolvimento da escrita e da leitura como

práticas sociais valorizadas e reconhecidas na colônia. Um sentimento de modernização política e cultural influenciado pela revolução francesa seria combustível para o nacionalismo, que encontraria terreno fértil justamente na imprensa, veículo fundamental na pavimentação dos caminhos institucionais que levariam à liberdade almejada.

Mas seria por meio da iniciativa oficial que a imprensa surgiria no Brasil, em 31 de maio de 1808, com assinatura de carta régia pelo príncipe regente Dom João. Para escapar da invasão francesa, ele foi obrigado a transferir para o Rio de Janeiro a administração real e, como precisava de uma estrutura mínima para publicar seus atos e proclamações, permitiu o uso de prelos no território da colônia. De acordo com Nelson Werneck Sodré (1977, p.22), o ato real deu início à Impressão Régia, instituição responsável exclusivamente pela produção de toda a legislação e papéis diplomáticos a serviço da corte. Este, portanto, pode ser considerado o marco tardio do início da imprensa no Brasil Colônia. A primeira edição da *Gazeta do Rio de Janeiro*, veículo impresso oficial, saiu das oficinas instaladas na Rua dos Barbonos, no Rio de Janeiro, no dia 10 de setembro de 1808. "Era um pobre papel impresso, preocupado quase que tão somente com o que se passava na Europa, de quatro páginas" (SODRÉ, 1977, p.23). O governo português manteve o monopólio sobre a atividade gráfica na colônia, onde a abertura de prelos ilegais foi combatida com vigor. Marisa Lajolo (1999, p.125) lembra que "fora da sede da Corte, apenas a Bahia pôde contar com uma tipografia, propriedade de Manuel Antônio da Silva Serva, que fundou sua oficina em 1811". Tal situação perduraria até 1821, quando uma Constituição negociada a partir da Revolução do Porto aboliu a censura e permitiu o funcionamento de outros prelos.

Todavia, a imprensa independente do poder real e com opinião própria, nacionalista, era feita no início do século XIX apenas por intermédio do Correio Braziliense, editado e impresso na Inglaterra por Hipólito José da Costa, a partir de 1º de junho de 1808, ou seja, três meses antes da Gazeta do Rio de Janeiro. Editado no exterior e geralmente contrabandeado para o Brasil, o jornal tinha um caráter eminentemente doutrinário e muito pouco noticioso, abordando as grandes questões nacionais sempre a partir de uma perspectiva européia.

A propósito de uma possível função formativa da imprensa no fim do período colonial, enquanto instrumento de universalização do pensamento burguês em sua fase liberal, pesquisa de Marcília Rosa Periotto (2004, pp.61-83) avalia a estreita vinculação que teria mantido o Correio Braziliense, entre os anos de 1808 e 1822, com o processo de independência e afirmação da idéia de nação. Ela lembra que, a partir do momento em que Dom João VI permitiu a instalação da imprensa em território do Brasil, dezenas de periódicos foram surgindo, sempre com o objetivo claro de participar do jogo político que se desenrolava. Não tinham estes jornais o objetivo de noticiar, mas sim de produzir e reverberar acontecimentos, de inflamar o debate político não apenas a partir de uma visão partidária, mas de difusão de ideais.

Ao tempo em que a ordem burguesa se consolidava na Europa, crescia nas colônias o anseio por liberdade, noção identificada com os princípios de igualdade, progresso e identidade nacional. Na carta de princípios publicada em seus primeiros números, o Correio Braziliense comprometia-se em preparar o povo para o regime liberal que se inaugurava, destacando que era a educação alavancas principais desta transformação social. Ideário que batia de frente com o papel absolutista representado pela coroa portuguesa.

Fundamentado na lógica positiva e racionalista da modernidade, o jornal de Hipólito da Costa passou a defender questões como o fim da escravidão, embora sem deixar de considerar as implicações de ordem econômica que isto representaria para a colônia, pugnando então pela necessidade de estabelecer um pacto de reordenamento do poder nacional. Ou seja, queria a reforma das instituições, mas sem a participação popular. Não clamava o fim da monarquia, mas do absolutismo, a partir da adoção de uma forma representativa de governo, a exemplo do que ocorrera na Inglaterra. Portanto, o fim do trabalho escravo deveria gradualmente levar à inserção de novos processos e agentes produtivo, capazes de gerar progresso social e econômico.

Ao longo desta trajetória editorial, o Correio Braziliense reforçava sua vocação pedagógica, inclusive traduzindo e publicando em capítulos as obras dos pensadores liberais que iam se destacando no Velho Continente ou ainda as cotações dos produtos agrícolas que exportávamos, as taxas cambiais e outros informes econômicos. Teria sido educativo, portanto, o principal papel histórico deste veículo impresso, a exemplo do que ocorria em maior ou menor grau com grande parte da imprensa no século XIX.

Marisa Lajolo e Regina Zilberman (1999) advertem, por sua vez, que além de muito defasada em relação à Europa, a atividade tipográfica não chegou ao Brasil acompanhada pela necessária e correlata difusão dos produtos impressos, a exemplo não só dos jornais, mas também dos livros e de toda a gama de instituições que existe em razão deles, entre escolas, bibliotecas, livrarias e editoras. A situação não melhoraria muito para o ambiente da cultura escrita até os anos de 1820, com a abolição da censura prévia, mas principalmente em 1821, quando acabou o monopólio estatal da imprensa. “Por essa época, multiplicam-se as tipografias e os

livreiros, muito embora nos pontos de venda os livros continuem disputando espaço com outras mercadorias" (LAJOLO, 2002, p.117). Obrigada a sobreviver a partir das regras do mercado, a imprensa nacional claudicou a mercê do conhecido - e ainda atual - problema da falta de leitores que justifiquem um investimento maior na atividade.

2.2.7 Lógica de mercado

Uma das queixas mais recorrentes contra a orientação neoliberal toma corpo nas culturas ocidentais desde a década de 1980 é a prioridade quase absoluta concedida ao capital sobre o trabalho. Toda a lógica do mercado passa a operar em benefício das aspirações de eficiência e produtividade a custos cada vez mais reduzidos, o que seria válido e aplicável para todas as áreas de interesse e atividades humanas. Como resultado visível, além e apesar dos gráficos coloridos e planilhas de resultados magnificamente administrados pelos novos condutores dos negócios mundiais, encorpa-se uma concentração de renda brutal e em escala mundial. Ou seja, há progressivamente menos ricos muitíssimos ricos contra pobres cada vez mais miseráveis não somente entre as distintas classes sociais mas igualmente no plano das nações, na chamada teia inevitável das relações internacionais, mundialização ou globalização, como queiram.

Como consequência direta e imediata, um número crescente de pessoas que vivem apenas para trabalhar, a fim de manter o (baixo) poder aquisitivo, que lhe concede a sobrevivência mas sequer aponta para a possibilidade de desenvolvimento intelectual ou cultural. Ou seja, é cronicamente desinformada, com pouco ou nenhum tempo disponível para pensar ou discutir seus problemas, enfim,

para exercer sua cidadania. O mais grave é que este perfil não descreve apenas uma eventual parcela rude de trabalhadores braçais, mas cabe como luva entre segmentos profissionais como professores ou jornalistas. Porque as escolas e os veículos de comunicação estão igualmente imersos nesta lógica neoliberal, tentando sobreviver sujeitos às mesmas regras de mercado que tudo regulam.

Neste ambiente, tanto a mídia quanto a própria indústria cultural encontram presas fáceis que acreditam cegamente em tudo que lhes é mostrado e dito como sendo verdade. O real passa a ser aquilo que é focalizado pelos órgãos de imprensa e entretenimento. A este propósito, lembra oportunamente Laurício Neumann (1991, p.27) que “quando, por exemplo, os noticiários não tocam mais num determinado fato ele deixa de ser realidade para a população”. Os fatos seguirão acontecendo cotidianamente, mas nem todos eles serão transformados em acontecimento, em notícia, pois estes serão os que ganharão sentido especial conferido por e para um determinado segmento de pessoas, de classe social ou de grupo que mantenha alguma relação de afinidade geográfica, política, histórica, cultural ou econômica.

É a mídia, o jornal, que torna o fato notícia. Os critérios que usa para isso, todavia, não se baseiam exclusivamente em argumentos lógicos, sendo permeados por questões de estilo ou mesmo políticas, do interesse do mercado ou de anunciantes. Tal potencial para a manipulação editorial da informação, bem como da apresentação de visões parciais e/ou distorcidas de realidades distintas do ponto de vista de quem escreve e de quem as lê, deve ser considerado ao avaliarmos o potencial do periódico impresso como instrumento de apoio pedagógico.

Sabemos que a leitura crítica de determinado fato tem a capacidade de expor seus mecanismos e, por consequência, apontar as contradições ideológicas das traduções mais simplistas da realidade. E a imprensa escrita, enquanto veículo

primordial do chamado universo midiático, pode ocupar lugar de destaque no aperfeiçoamento da formação profissional e intelectual do indivíduo. Neste sentido, Brandão (1995, p.82) defende que "tudo o que tem o poder de alterar a qualidade da consciência e do trabalho, tem o poder de participar de sua *práxis* e de ser parte dela".

Assim sendo, o exercício da leitura crítica e interpretativa cresce em importância numa sociedade em que os meios de comunicação social exercem uma influência tão significativa no sentido de pasteurizar e massificar a informação, tornando-a fácil, digerível, superficial. Negando-a o necessário esforço de concentração e de reflexão. Afastando-a dos procedimentos lógicos de análise, síntese, interpretação e juízo crítico. Ao considerar o papel privilegiado que desempenham os veículos de comunicação na organização política e econômica da sociedade moderna, Daniel Herz (1985, p.82) afirma que eles "não cumprem um simples papel ideológico na constituição da hegemonia burguesa, mas exercem uma função organizadora e constitutiva das relações políticas e mercantis da sociedade brasileira".

No Brasil, diferentemente do que ocorre com o rádio e a televisão, o jornal impresso não é uma concessão estatal e, portanto, não necessita de permissão especial, provisória e renovada periodicamente. A impressão de um jornal é amparada pelos preceitos constitucionais de liberdade de expressão e, por não depender de concessão estatal, pode ser feita a princípio por quem puder bancar os seus custos. Assim, podemos (ou deveríamos) encontrar uma gama bem mais variada de veículos de comunicação impressos, entre periódicos destinados aos mais variados segmentos de uma sociedade plural como a nossa. É claro, os baixos

índices de leitura e as limitações do próprio mercado de consumo vão naturalmente impor as regras de sobrevivência na selva multimídia.

Os jornais segmentados representam outro aspecto da mesma questão. Eles atendem aos interesses de um bairro ou uma etnia específica (que, na verdade, valem-se das mesmas regras editoriais e mercadológicas da chamada grande imprensa, apenas com endereço mais específico). Há, também, os *house organs* (que cuidam do relacionamento interno de empresas e instituições) e os veículos comunitários e sindicais (que fazem a defesa dos interesses e da política do grupo ao qual pretendem representar).

Neste sentido é que tratar das diversas maneiras em que pode ser baseado o relacionamento entre imprensa e educação é tão difícil quanto avaliar o que seria um possível *jornal educativo*. Se, por um lado, podemos falar de um periódico feito *para* alunos e/ou professores, questionamos também se o seu conteúdo deveria ser produzido por educadores em forma de artigos e estudos ou bastaria registrar novidades e abordar questões ligadas à área. Seria, então, mais uma publicação científica ou acabaria sucumbindo aos ditames de mercado, da cultura de massa? São questões distintas e complexas, mas que apontam para o mesmo princípio que faz com que um jornal - mesmo da grande imprensa - sinta-se comprometido em sua vocação pedagógica e busque ser participativo sem necessariamente render-se às demandas de mercado, criando alternativas que envolvam a comunidade acadêmica no exercício de fazer o jornal.

Todavia, é preciso lembrar que o objetivo desta dissertação é apurar junto aos educadores que participam de um programa de jornal na educação a sua eficácia enquanto instrumento de estímulo à leitura e o desenvolvimento de cidadania. Os pesquisadores envolvidos com o tema enfatizam que jornal não é livro didático e,

portanto, antes de ser introduzido em sala de aula requer professores preparados a trabalhar com este novo e versátil instrumento de auxílio pedagógico. Será preciso que eles compreendam a efetiva dimensão do jornal enquanto veículo processador e divulgador de informação. Somente assim serão capazes de estabelecer estratégias adequadas no sentido de despertar nos alunos o interesse pela leitura do periódico. A inserção de artigos, reportagens ou outros textos extraídos de jornais junto às apostilas ou nos livros didáticos pode ajudar muito nas estratégias didáticas de incentivo à leitura, principalmente se forem levadas em consideração e plenamente utilizadas as peculiaridades específicas da linguagem jornalística e sua extraordinária capacidade de contextualização.

2.3 O JORNAL EM SALA DE AULA

Ao usar o jornal como material de apoio didático, o professor estará aproximando a escola do mundo que a cerca. Apenas em praticar o manuseio típico de um leitor de jornal, o aluno está aprendendo a fazer escolhas críticas em relação ao que quer e quando quer ler. Ele elege a reportagem, seção ou coluna que mais desperta seu interesse naquele momento. E esta seleção, em si, já implica em posicionamento crítico, participativo, denotando liberdade democrática de escolha. Além disso, o livro didático não mantém a instantaneidade da notícia de um jornal, pois ele não é publicado no dia seguinte ao fato.

É igualmente importante atentar para a questão do aprender a ler em jornal, no sentido de habilitar-se a distinguir a representação do fato (a notícia) e o fato em si. Pois o chamado estilo jornalístico conferiria “naturalmente” ao texto o sentido de veracidade, da objetividade e atualidade tão buscadas por todos os veículos de

comunicação. Mas ele pode – e com que freqüência o faz – incorrer em erros, imprecisões e deturpações, intencionais ou não, embora o leitor pareça estar sempre disposto a aceitar que o seu jornal predileto seja atual e verdadeiro. Com relação a este aspecto, vale ressaltar que o jornal também inclui em suas páginas opiniões e juízos de valor sobre os mais variados assuntos, ainda que não explice isso aos leitores. Considerando que um dos maiores atrativos do veículo impresso como recurso pedagógico está em sua linguagem jornalística, dinâmica e sempre atual, um desafio para professores e pesquisadores interessados no tema é passar a definir, analisar, trabalhar e ampliar este conceito com seus alunos.

Ao propor o que define como pedagogia da informação, Maria Alice Faria (1999, p.13) esclarece que um dos seus objetivos primordiais seria “ensinar o aluno a se situar no caos desse excesso de informação” do mundo contemporâneo, que seria em parte determinado pelo ritmo de produção dos grandes veículos de comunicação social. Neste sentido, o aluno deve ser conduzido a identificar, selecionar, organizar, combinar, classificar e ordenar as informações, enquanto o jornal levaria ao desenvolvimento dos processos mentais de indução e dedução, construção de hipóteses, codificação e esquematização, conceituação e memorização.

Em sala de aula, o jornal ajuda no desenvolvimento dos processos de aprendizagem ao exercitar as capacidades de atenção, observação, síntese, associação, comparação e análise, aprimorando o poder de argumentação e estimulando o gosto pela pesquisa. Antes de tornar-se crítico, ele deve aprender a interpretar a realidade em que vive. Outras meta colocada aos programas deste tipo é incentivar o trabalho coletivo, superando as posturas excessivamente

individualistas insinuadas por um sistema de ensino competitivo e voltado quase que exclusivamente para o sucesso no funil do vestibular.

Entre as características específicas que podem ser apontadas na identificação do jornal como excelente ferramenta pedagógica estão o seu conteúdo diversificado e atualizado, sua natureza transdisciplinar e linguagem concisa (e portanto acessível) e direta (informativa e factual, o que incentiva a formulação de análises críticas da realidade), assim como a sua característica de documento, de registro histórico dos principais fatos de relevância social, nacionais e internacionais (e alguns outros nem tão importantes assim, do ponto de vista da coletividade). Neste sentido, Faria (1999, p.11), afirma que os jornais são “mediadores entre a escola e o mundo”. Não apenas enquanto fonte primária de informações, mas responsável por apresentar temáticas variadas e até mesmo controversas, contraditórias e conflitantes entre si, o que leva seus leitores a estabelecer contato com distintas posturas ideológicas frente a um fato, estimulando atitudes mais críticas diante do mundo, além de facilitar o reconhecimento da pluralidade de pontos de vista, que é a base de uma sociedade democrática.

Na esteira deste raciocínio, Sílvia Costa (1997, p.13) lembra que "antes, se dizia que a escola preparava o aluno para a vida futura. O jornal na educação possibilita à criança e ao jovem viver e participar do momento presente". A leitura do noticiário costuma despertar um sentimento de pertencimento à sociedade contemporânea, do cidadão ao seu tempo, ao que acontece à sua volta. O jornal aumenta a cultura geral e aprimora as qualidades intelectuais do aluno. Serve de ponte entre o currículo escolar teórico e a realidade prática, entre professores e alunos, pais e filhos. A natureza interdisciplinar do produto jornalístico é fator de atração para o estudante, na medida em que oferece conteúdo renovado com uma

dinâmica que os livros escolares – ou mesmo os de divulgação científica e os literários – não conseguem acompanhar, pois os veículos de comunicação não precisam seguir o ritmo ou a lógica impostos pela estrutura e rotina acadêmicas. O periódico impresso, desta forma, está apto a trabalhar com aspectos educativos nem sempre contemplados pela prática escolar. Entre eles, podemos citar as relações interpessoais, inclusive afetivas, a formação da auto-imagem, educação sexual, noções de cidadania e orientação vocacional.

O jornal também é um poderoso instrumento auxiliar na tomada de decisões, pois várias são as notícias do dia que vão afetar direta e imediatamente a vida de cada um, desde uma greve nos transportes públicos ao decreto de aumento de impostos ou o anúncio de um esquema especial de vacinação coletiva. Para alunos da rede pública, sobretudo, matérias sobre a merenda escolar, o vestibular ou a reforma do ensino serão certamente familiares. Como é um formador de opinião por excelência, conduz seus leitores ao debate e à prática da discussão crítica e da troca de idéias opostas. A leitura de jornal enriquece o vocabulário, amplia a compreensão de textos e reforça a capacidade de retenção de conhecimento, alarga a visão pessoal de mundo e estimula o interesse por temas atuais e assuntos locais, regionais ou globais. Traz, portanto, o pensamento nacional para a escola e provoca os alunos para questões próximas a eles, pois dizem respeito direta ou indiretamente às suas vidas, demandando posicionamento crítico, o que colabora para a formação cidadã. A competência em leitura é requisito imprescindível à consolidação da plena cidadania.

A propósito, acrescenta Costa (1997, p.16) que, “com a utilização do jornal, o foco se desloca do contexto curricular abstrato para a realidade palpável, nos seus múltiplos aspectos sociais, políticos, econômicos, ambientais etc”. Com o jornal, o

professor consegue mais facilmente ultrapassar a exposição de conteúdos curriculares, passando a vinculá-los à vida real, ou seja, vai da teoria à prática deslindando o contexto. Novos temas podem ser aprofundados em sala de aula, como de sexo e afetividade às relações internacionais, da política à economia, do esporte à ecologia. Os alunos têm, então, a oportunidade de irem descobrindo progressivamente como o mundo está organizado, de que forma ele funciona e - o mais importante - qual a melhor forma de agir nesta realidade que o cerca.

O veículo também faz uso de recursos para facilitar o entendimento do texto impresso, como as manchetes, as fotos, legendas, infográficos, mapas, tabelas etc. Todos estes elementos completam e facilitam o processo de leitura, tornando-o mais atraente, pois a leitura do jornal deve ser ágil, dinâmica e seletiva, sem cair na pasteurização que levaria à diluição dos conteúdos informados. Na medida em que conhece melhor a estrutura de um jornal, familiarizando-se com o seu modo de transmitir a informação, o futuro leitor passa a identificar mais rapidamente as referências que despertam seu interesse na leitura, tornando-a mais efetiva; mais prazerosa, até. O leitor habitual de jornal, quando o lê, avalia automaticamente a diagramação das páginas, as ilustrações e elementos gráficos apresentados, os diversos sinais (símbolos, siglas, logomarcas etc) e os textos em suas diferentes formas e conteúdos (notícias, reportagens, artigos, editoriais, publicidade etc). Faz isso em busca das notícias que mais lhe interessam, podendo até desprezar e ignorar outras completamente. Ou seja, ele edita sua leitura, faz escolhas e incorpora uma postura crítica e ativa diante do conteúdo informativo colocado à sua frente.

Finalmente, o jornal impresso também pode ser um instrumento eficiente no aprimoramento da oralidade, ao oferecer subsídios úteis para a análise, debate e

expressão de opinião sobre os mais variados temas da atualidade. Como advoga Lajolo (2003 p.6), “sem competência de leitura, certos graus de cidadania são hoje inatingíveis. Cidadania supõe acesso à informação, a diferentes pontos de vista, a formulações de ponta da ciência, das artes, da filosofia”.

2.3.1 Os programas de jornal na educação

Registros de utilização de periódicos impressos na educação têm sido colhidos praticamente desde que os processos industriais de produção de notícias começaram a se consolidar nas nações modernas, mas todos ainda de maneira desarticulada, sem uma estrutura mais formal. Foi o norte-americano The New York Times quem formalizou, no ano de 1932, o seu programa pioneiro de jornal na educação, hoje apontado como um marco deste tipo de iniciativa, que envolve principalmente a distribuição sistemática de sua edição nas escolas. De acordo com levantamento feito pelo suplemento educacional do jornal Folha de S. Paulo⁸, existem nos Estados Unidos cerca de 800 programas do gênero em atividade. Em países como a Suécia, Dinamarca e Noruega, todos os jornais da grande imprensa mantêm programas deste tipo.

Em várias partes do mundo surgiram entidades e organizações dedicadas a estimular e coordenar este tipo de programa, a exemplo do Centro de Ligação do Ensino e dos Meios de Informação (CLEMI), na França, e do Newspaper in Education (NIE), nos Estados Unidos. No Brasil, a principal organização empenhada nesta tarefa é a Associação Nacional de Jornais (ANJ), segundo a qual eram publicados em território nacional, até o ano passado, 3.004 periódicos, dos quais

⁸ Folha Educação, edição 21, maio/junho de 2003, p.8

532 de circulação diária⁹. A média registrada em 2004 foi de 6.522 exemplares ao dia. Os programas de jornal na educação registrados na entidade somavam 48, a maior parte concentrada na região sudeste, sobretudo no Estado de São Paulo. Todavia, o primeiro a implantar formalmente a iniciativa no Brasil foi o gaúcho Zero Hora, no ano de 1980.

Um típico programa de jornal na escola geralmente envolve, além da mera distribuição de exemplares e de encalhes (os jornais não vendidos, que são recolhidos junto às bancas de revistas), a produção de material de apoio, a criação de hemerotecas, a publicação de edições especiais dedicadas à educação e o treinamento de professores e demais profissionais afins para o desenvolvimento das práticas pedagógicas de uso do impresso nas salas de aula. As ações propostas para a sua implementação começam pela entrega regular de jornais às escolas (o que é feito mediante a cessão de assinaturas e a remessa semanal ou mensal de encalhes, além de acesso liberado às edições on line, se for o caso, aos estabelecimentos da rede pública), mas incluem também várias outras atividades.

Dentre as mais comuns, podemos citar a realização de encontros, seminários e palestras com profissionais das áreas de educação e comunicação social sobre temas ligados à cidadania, ética, pluralidade cultural, saúde, meio ambiente, sexualidade etc. Também podem ser realizadas oficinas com alunos e professores para mostrar a estrutura e funcionamento de um jornal diário, com visitas à redação e oficinas gráficas. É importante destacar que os exemplares devem ser encaminhados às escolas de forma integral, ou seja, da maneira como se encontram nas bancas de revistas, para que não sejam encarados como encalhe, ainda que se trate de edições de dias anteriores. Além disso, é imprescindível a participação de

⁹ Disponível em www.anj.org.br. Acesso em 24 maio 2005.

um coordenador pedagógico junto aos demais profissionais da empresa jornalística no planejamento e desenvolvimento destas atividades.

Um impulso significativo para este tipo de iniciativa pode ser conseguido através da criação de um espaço - uma página, coluna ou mesmo suplemento - dedicado à educação e que promova, entre outros conteúdos específicos, a cobertura e divulgação do próprio programa, mas inclusive incorporando a produção acadêmica, artigos, opiniões assinadas e os textos resultantes de atividades de laboratório de alunos, professores e gestores envolvidos nas atividades. O número de escolas participantes pode variar de acordo com a disponibilidade financeira, os recursos humanos e a capacidade logística da empresa jornalística, bem como o interesse da rede de escolas e o eventual apoio por parte dos órgãos oficiais do setor.

Os níveis de ensino a serem contemplados podem ir do pré-escolar à pós-graduação, entre classes regulares e especiais, de educação para jovens e adultos ou no ensino profissionalizante. Costa (1997, p. 26-27) apresenta uma fundamentação dos programas de jornal na educação para cada um dos níveis de ensino formal, defendendo que se observadas suas características próprias, tais programas podem ser aplicados em todos eles. Desde o fundamental, onde trabalharia na formação do hábito de leitura, passando pelo ensino médio, com a formação de cultura geral, desenvolvimento e informação vocacional, expansão da estrutura lingüística e aprimoramento da redação, até a universidade, quando envolveria a contextualização de conteúdos, aprimoramento e atualização profissional e estímulo à divulgação científica.

Embora pouco utilizado por intermédio de programas específicos, o jornal tem grande potencial e aceitação nas salas das faculdades, onde freqüentemente

contribuem para a ampliação dos conhecimentos sobre a sociedade, o mercado e o campo de atuação profissional de cada um. Neste sentido, Costa (1997, p.27) acredita que "o intercâmbio universidade/jornal facilitará a divulgação das pesquisas realizadas, permitindo assim à comunidade tomar conhecimento dos projetos que são desenvolvidos". De fato, é grande a carência que tem a universidade em relação a veículos de comunicação que possam fazer um trabalho adequado de divulgação científica que contemple não apenas o mundo acadêmico, mas a sociedade como um todo, o que também deve funcionar como fator de aproximação entre a grande mídia e as instituições de ensino superior.

Dando prosseguimento ao assunto, Costa (1997, p.12) observa que os programas de jornal na escola realizam três funções simultaneamente. Uma empresarial, ao formar novos leitores para a sua audiência; outra educativa, quando contribui para o enriquecimento dos processos pedagógicos; e ainda uma função social, permitindo o acesso de alunos de menor poder aquisitivo aos periódicos. Cada programa, todavia, estabelece e desenvolve seus próprios objetivos, que em geral costumam apresentar alguns pontos comuns, como formar o hábito de leitura; aproximar o leitor em potencial do jornal; estimular o aluno a discutir sua realidade, desenvolvendo o espírito crítico, o pensamento lógico e criativo; ampliar o horizonte de conhecimento destes estudantes e de professores; e propor o uso do veículo impresso como recurso de apoio didático em todas as disciplinas.

O comitê Jornal na Educação, criado pela ANJ para discutir e encaminhar as questões ligadas aos programas mantidos por suas associadas, produziu um documento intitulado Jornal na Educação - um conceito, assinado por sua presidente, a educadora Carmen Lozza, em 24 de novembro de 2004. Em termos gerais, define tais programas como uma iniciativa em prol da leitura, levada a efeito

por empresa jornalística associada à ANJ e que envolva necessariamente a distribuição de exemplares diários do veículo ao público leitor por ela selecionado, por um período nunca inferior a um semestre letivo; a capacitação dos agentes de leitura envolvidos, de maneira sistemática e permanente; e a avaliação, pelo menos bienal, do processo e dos resultados, para promover a consequente continuidade na formação de leitores qualificados. Tais leitores seriam aqueles que tenham ampliada a sua capacidade de serem autores de suas próprias idéias e formas de expressão, conquistando uma autonomia progressiva no seu modo de agir, pensar e ler; e leitores que ampliem a sua capacidade de serem cidadãos, capazes de compreenderem o seu contexto e participarem ativamente da vida em sociedade por um mundo melhor.

Algumas exigências foram apresentadas, como a obrigatoriedade de que tais programas signifiquem ação concreta no cumprimento da missão da ANJ e dos seus associados, quais sejam a defesa da liberdade de expressão, do pensamento e da propaganda, o funcionamento sem restrições da imprensa, observados os princípios de responsabilidade e a luta pela defesa dos direitos humanos, dos valores da democracia representativa e da livre iniciativa. É preciso, também, associar-se àqueles que educam em prol da humanização, da formação de leitores críticos e do desenvolvimento de práticas de cidadania; além de realizar de maneira sistemática a formação dos promotores de leitura inscritos no respectivo programa. Tal formação deverá ter um caráter teórico-prático, permitindo que se reflita sobre as práticas pedagógicas implementadas, pelo entendimento de que promotores de leitura ativos e que investiguem suas respectivas ações em prol da leitura estão mais aptos a formarem leitores, sujeitos do conhecimento e da leitura;

Diz, ainda, a ANJ que os programas de jornal na educação filiados a ela devem vincular a ampliação do prazer de ler jornais a um maior conhecimento do veículo por parte dos leitores envolvidos. Para tanto, precisam disponibilizar jornais inteiros para seus públicos específicos, além de comprometerem-se a associar a leitura de jornais a uma dimensão mais ampla, vinculada ao aperfeiçoamento da habilidade de leitura e ao estímulo ao prazer de ler literatura. No caso de escolas, voltar-se para a dinamização do currículo como um todo, pelo estabelecimento de uma estreita relação entre os conceitos desenvolvidos em sala de aula e nos demais espaços educativos, por quaisquer disciplinas ou áreas do conhecimento e os fatos do cotidiano que aparecem no jornal. Devem contar com um profissional da educação para compor a equipe, de modo a garantir a dimensão pedagógica do programa. Como tal, a iniciativa deve preferencialmente, manter-se independente de qualquer instância de governo, seja federal, estadual ou municipal; incluir instituições que dela participem por iniciativa própria, ou seja, que escolham livremente aderir ao programa de leitura desenvolvido pela empresa associada; e distribuir exemplares do dia às instituições participantes.

Por outro lado, diz o documento que para a iniciativa se desenvolva com sucesso é indiferente ter ou não empresas parceiras e/ou financiadoras para a realização da iniciativa; ter como metas associadas ao objetivo principal questões como qualificar positivamente a marca da empresa jornalística; dar expressão à responsabilidade social da mesma. Também não importam o nível de habilidade de leitura dos leitores envolvidos; o tipo de instituição escolhida pela empresa para participar do programa; ou a forma de administração escolhida pela empresa para implementar o seu projeto de leitura (no âmbito da própria empresa, terceirizada, mista ou outra), desde que não seja ferido o conceito geral.

Desta forma, concluiu o comitê da ANJ que uma iniciativa de Jornal na Educação não deve ser criada ou desenvolvida com objetivos meramente comerciais, de maneira associada à venda de exemplares ou assinaturas. Ressalta que nada impede que a empresa tenha ampliadas as suas vendas, a partir da realização do programa, desde que tal objetivo seja subordinado ao conceito de jornal na educação enunciado. Finalmente, recomenda que não deve ser dificultada a leitura de outros veículos por parte das instituições participantes dos programas.

2.3.2 O professor no processo

Aos professores, o veículo impresso oferece também a possibilidade de atualização cultural e metodológica. Todavia, será muito difícil para ele ensinar coisas que não vivencia pessoalmente. Ou seja, o educador não vai conseguir despertar entre os seus alunos o gosto pela leitura regular de jornais se ele mesmo não desenvolver esta prática. Principalmente porque a fim de promover uma análise crítica do conteúdo jornalístico, que em última análise é o nosso objetivo pedagógico, ele deve levar em consideração dois aspectos básicos, que são a necessidade de conhecer os sistemas e suportes do texto produzido pela imprensa em si, além de não se deixar levar pelo mito da objetividade construído em torno do relato jornalístico.

No primeiro caso, trata de identificar todo o trajeto que a informação percorre entre o fato original e a versão publicada ou veiculada na mídia. Já a mitificação da verdade transmitida através do texto escrito, está ligada às próprias origens do ato de escrever, que era praticado apenas por iniciados, que tratavam de guardar esta fonte de poder a fim de manter os privilégios conquistados. De todo modo, não há

sentido em falar de verdade jornalística, em neutralidade ou imparcialidade, uma vez que nem os jornalistas que produziram a versão do fato e nem os leitores, que selecionam o que querem ler e depois interpretam a notícia a partir de suas experiências individuais, seus objetivos e suas visões de mundo, são efetivamente neutros.

Os programas de jornal na escola podem oferecer atividades que proponham não somente a contextualização de conteúdos, mas também uma avaliação dos próprios critérios de noticiabilidade. Pode-se, por exemplo, propor que os mestres, individualmente ou em grupo, façam um levantamento dos temas colocados à discussão entre colegas, conhecidos e familiares em determinada semana ou mês, destacando as idéias com as quais concordaram ou discordaram. Depois, apresenta-se o desafio de cada um tentar identificar de onde recebeu as informações que o levaram a pensar o que pensou, achar o que achou, concordar com o que concordou. A discussão final pode levar a debates proveitosos sobre o tema da autonomia do pensamento e do poder de influência da mídia na opinião pública.

No trabalho com jornal em sala de aula, Costa (1997, p.33) aponta três etapas distintas, desde a familiarização até o entendimento e a crítica. O que pode acontecer com alunos de qualquer série, desde que o professor saiba adequar o nível de dificuldade, o modo de abordagem e a espécie de assunto escolhido. Para ela, ao apresentar o jornal em sala de aula, é preciso explorar inicialmente a sua estrutura editorial, os cadernos e suplementos, as seções diárias ou semanais, as páginas de serviços e os classificados. A partir de então, é recomendável mostrar o que é uma notícia curta, uma reportagem mais elaborada, os artigos, cartas do leitor e editorial, bem como a diferença entre o que é anúncio publicitário do conteúdo

jornalístico, entretenimento e de serviço. Também é possível, neste ponto, comparar a estrutura e o formato de dois periódicos distintos, melhor ainda se for o caso de mostrar um veículo da grande imprensa contra um outro menor, regional ou local. Uma das primeiras atividades a serem trabalhadas pode ser localizar um conteúdo desejado a partir dos índices e do formato específico dos jornais, destacando sua importância para futuras pesquisas.

Por sua vez, Faria (1999, p.19-21) traça um roteiro de planejamento pedagógico que envolve fases progressivas que devem ser iniciadas a partir dos primeiros contatos com o veículo, ou seja, conhecer um jornal, visitar o jornal e aprofundar a sua análise e prática. Neste sentido, aponta três níveis de abordagem, entre texto, imagem e diagramação, que devem estar presentes sempre no trabalho com o jornal em sala de aula. Em determinados momentos, a depender da turma, do curso, série, ou disciplina, apenas um dos elementos pode estar presente, mas é importante que não se perca de vista o contexto em que os alunos se encontram.

Com relação ao papel do professor neste processo, três pontos básicos devem ser observados. Primeiro, é preciso incitar os alunos a formular hipóteses sobre o trabalho a ser desenvolvido, lembrando que, no decorrer das atividades, elas podem ser verificadas. Depois, o professor deve sugerir perguntas que levem a uma análise aprofundada daquilo que vai sendo realizado, sempre com o cuidado de evitar conduzir as conclusões. E por fim, levar os alunos a buscar indícios que comprovem suas hipóteses ou evidenciem aquilo que estão procurando no jornal. Sobre a avaliação dos trabalhos, defende que seja contínua, compartilhada e extensiva às próprias estratégias didáticas utilizadas.

Para usar o periódico impressos como ferramenta pedagógica, é preciso levar em conta os objetivos pretendidos, o que vai variar em razão do curso ou da

disciplina com a qual se esteja trabalhando, bem como a idade dos alunos, o tipo de classe e o tempo disponível para as atividades. Neste aspecto, é necessário bastante cuidado para não cansar a turma ou torná-la dispersa e sem uma definição clara dos objetivos a serem alcançados.

Bem administradas, as atividades podem incluir até mesmo classes de séries iniciais, onde os alunos ainda não dominam a escrita. Nestes casos, o professor deve buscar que a turma levante e classifique informações, a fim de produzir conceitos básicos, tomando para si a tarefa de escrever e anotar estas idéias. Assim, estará promovendo o uso funcional da escrita, adequado e auxiliar ao processo de letramento. O que, portanto, vale igualmente para as turmas de adultos, onde a questão da contextualização dos conteúdos cresce em importância.

2.3.3 Desenvolvendo habilidades

No momento de verificar a eficácia do uso de jornal em sala de aula, é preciso questionar se a prática tem aumentado o interesse dos alunos pelos acontecimentos atuais, melhorado as habilidades cognitivas aplicadas às questões da vida prática, desenvolvido a capacidade de compreensão de texto, ampliado o vocabulário e a expressão oral e escrita. Além disso, é importante apurar também se os alunos se tornaram mais comunicativos e adquiriram uma visão mais global e crítica do cotidiano. Pois ao utilizar o veículo impresso, o professor estará acrescentando ao seu universo pedagógico um elemento típico da cultura de massa, a chamada grande imprensa, muitas vezes mitificada enquanto formadora de opinião e até mesmo chamada de quarto poder.

Isto vai ajudar, inevitavelmente, a aproximar a escola da vida real, o que tem sido uma queixa constante por parte dos estudantes. A seu favor, o periódico conta com um elenco de temas que dificilmente pode ser classificado como elitista, difícil, inacessível ou enfadonho. Ao contrário, os cadernos de cultura, tevê, esportes, turismo ou informática podem até mesmo ser considerados divertidos por parte dos jovens estudantes. O veículo impresso possui ainda o mérito de trazer para o ambiente escolar uma gama de conteúdo informal que vai desde os problemas do bairro aos grandes desafios nacionais, os programas de governo e a atuação dos governantes, as propostas dos legisladores e as decisões dos magistrados, mas também as demandas civis e os embates políticos. Tudo isso expõe os alunos à realidade concreta que o cerca, na exata medida em que a proximidade e a urgência do global reforçam o individual, o convívio com o internacional valoriza o regional.

Além disso, há a possibilidade de familiarização com outro tipo de leitura, capaz de desenvolver conhecimentos úteis na formação de cidadania, como sobre a tramitação e a publicação de leis, decretos, processos de concorrências e licitações, a cobrança de tributos, os editais de concursos e empregos etc. Conforme destaca Faria (1999, p.16), a importância do jornal em sala de aula “vai além da prática da leitura, do contato com a informação, do desenvolvimento de sua inteligência”, mas atua na formação da própria consciência cidadã.

Dando prosseguimento ao assunto, Costa (1997, p.37) lembra que há conceitos e siglas que pouco são abordados nos livros didáticos, mas que freqüentam abundantemente as páginas dos jornais, a exemplo da dívida externa, o Produto Interno Bruto (PIB), distribuição de renda, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), renda per capita, São expressões que conduzem a questões fundamentais para a formação de cidadania na sociedade contemporânea. Desta

forma, auxilia nos processos de tomada de decisão, ao trabalhar habilidades como a discriminação dos vários aspectos que envolvem um determinado conflito, a exploração de um problema através de vários ângulos, a percepção do ponto de vista alheio, ou ainda a identificação de variáveis e o levantamento de hipóteses para situações apresentadas. Ao analisar as circunstâncias em que os estudantes vão gradativamente despertando para a necessidade de passar a “se situar de modo crítico perante a vida”, Faria e Zanchetta (2002, p.45) defendem que é possível estimular tal processo de tomada de consciência a partir de exercícios simples, trabalhando com o jornal em sala de aula. Lembram que isto será muito útil ao aluno quando passar a trabalhar também com textos dissertativos, o que costuma ocorrer nas últimas séries do ensino fundamental. A partir de então, convocado a escrever seus próprios relatos, deve deixar de argumentar usando apenas os recursos da narrativa.

Quando interrogado sobre as razões que o levaram a brigar durante o intervalo, o aluno tende a contar a história do acontecido e não a se restringir aos motivos que o levaram à agressão. Ao deparar-se com textos dissertativos, o estudante recebe também todo o aparato próprio a esse tipo de texto: a delimitação do assunto, a definição de uma opinião, a escolha de argumentos capazes de sustentar tal opinião, a busca de conclusão. (FARIA; ZANCHETTA, 2002, p.45-46)

O texto jornalístico será de grande valia nestas situações, auxiliando na transição do discurso narrativo à construção de estruturas dissertativas mais abstratas, tanto ao oferecer amadurecimento crítico quanto no desenvolvimento de estratégias cada vez mais complexas de argumentação.

2.3.4 Sugestões para dentro e fora da sala de aula

Alguns exercícios podem ser sugeridos para desenvolvimento em sala de aula, a exemplo das leituras de notícias com interpretação dos fatos abordados; a

confecção dos jornais laboratórios da turma ou mesmo da escola; a seleção de reportagens atuais que despertem maior interesse (a turma deve, inclusive ser convidada a explicar os motivos da escolha) para ser reelaborada a partir de textos e conteúdos dos próprios alunos ou ainda a transformação de um texto didático do conteúdo formal das diversas disciplinas em notícia, aproveitando para mostrar que, em vários casos, a reportagem de hoje estará nos livros didáticos (principalmente de história) do futuro.

Tudo isso pode ser trabalhado pelo professor contando com o auxílio de um jornal que sequer precisa ser a edição do dia. O educador pode sugerir, por exemplo, que as notícias, em suas mais variadas formas e conteúdos, sejam analisadas criticamente, a partir do desafio de identificar os distintos lados envolvidos em uma questão qualquer. Os alunos podem, então, incorporar os papéis citados no texto, expor, explorar e até mesmo extrapolar as versões de cada um, a partir de argumentos lógicos e coerentes. É possível, também, identificar as fontes e origens (redação local, sucursais, correspondente, agência de notícias, release) de uma notícia apresentada em recorte e tentar responder a qual editoria pertence (cidade, interior, nacional, internacional, esporte, polícia, economia, política, informática etc). Pode localizar geograficamente o fato, verificar o grau de objetividade e isenção do seu autor, identificar opiniões ou possíveis julgamentos de valor emitidos no texto.

Um exercício interessante, destinado a estudantes um pouco mais velhos, consiste em levá-los a listar, individualmente ou em grupo, as coisas que compraram, os temas que debateram, as idéias com que concordaram ou discordaram na última semana. Tudo anotado, basta realizar uma pesquisa entre os principais jornais disponíveis para conseguir amplo material de discussão sobre a

autonomia que cada um acredita que possui em suas ações cotidianas, nas escolhas que faz, nos assuntos que elege para ocupar-se. O professor pode mostrar exemplares antigos e atuais de um mesmo jornal a fim de verificar as variações que ocorrem com a evolução da língua, a escolha – a pauta, em linguagem de redação – dos assuntos mostrando as prioridades políticas, os modismos, as preocupações e as preferências culturais de cada época, assim como a liberalização dos costumes ou ainda as variações de medidas e referências econômicas, tudo registrado a partir da constante sofisticação dos recursos gráficos e fotográficos.

Comparar uma mesma notícia (ou somente os títulos delas) publicada em jornais diferentes é um modo muito eficiente de exercitar a contextualização, a identificação e interpretação do posicionamento político dos veículos de comunicação, abrindo espaço para questões ligadas à ética, neutralidade e subjetividade. Assim também será possível destacar os possíveis usos das funções da linguagem (referencial, emotiva, explicativa, apelativa, poética, irônica, persuasiva etc) a partir das intenções, do tipo ou mesmo do estilo de cada veículo de comunicação. Nestes casos, poderá pedir que seus alunos reescrevam os títulos ou as matérias usando outras funções de linguagem ou ainda sugerir variações sobre o mesmo tema com a utilização de uma linguagem mais formal, mais coloquial e finalmente popular, bem como lançando mão de termos técnicos especializados, depois gírias, jargões e dialetos de grupos e segmentos sociais. É importante acrescentar, ao final de tais exercícios, uma discussão sobre a carga ideológica e de preconceitos embutida nos domínios da palavra, bem como os seus usos políticos e culturais.

Em outra atividade, o professor escolhe uma notícia de jornal com tema polêmico e pede aos estudantes que a refaçam sob o ponto de vista dos vários

lados envolvidos no assunto, estimulando-os a *advogar* em defesa de cada um, percebendo as mudanças no discurso a partir de determinada posição assumida. Pode também selecionar uma notícia, de preferência curta, destacando o título e pedindo à classe que escreva novos títulos para ela, que depois serão comparados ao original, a fim de perceber as intenções do jornal em contraposição ao que pensou cada aluno sobre o tema. Uma série de outros exercícios pode ser proposta, envolvendo a dramatização de notícias, produção de tabelas e infográficos, oficinas de serviços, desenvolvimento de pesquisas e jogos de ludicidade e leitura os mais variados, como jornal-teatro, vídeo-jornal, transformar notícia em poema ou música etc.

Por sua vez, os editoriais, artigos e colunas assinadas serão lidos e analisados com base nos fatos que lhe sustentam os argumentos. O estudante deve identificar o caráter do texto, se de motivação econômica, política, cultural, ecológica etc. O vocabulário utilizado denotará o emprego de determinada classe de palavras, os neologismos e jargões, as siglas e estrangeirismos que desnudam, por si próprios, um posicionamento. Será convidado, então, a responder se concorda ou não com o que está proposto. Nestes editoriais, bem como nos artigos, resenhas e colunas assinadas, é expressa a opinião do próprio veículo ou do profissional que produziu o texto, o que ocorre com uma freqüência em geral insuspeita, pois está muito presente em grande parte da atividade jornalística, inclusive na produção das reportagens. Ao escrevê-las, no esforço de selecionar, apurar, aprofundar, interpretar e explicar os fatos, o jornalista, por mais objetivo e profissional que seja, simplesmente não consegue desvincilar-se daquilo que ele é, do que pensa e acredita, ou seja, da sua opinião pessoal. Que acaba transposta ao noticiário, de maneira explícita ou não. Com as cartas dos leitores ocorre processo semelhante,

com o levantamento das opiniões manifestadas, das críticas ou elogios, reclamações, provocações e sugestões que costumam motivar tais mensagens. Trata-se de material fértil para instaurar e alimentar amplos debates em sala, oportunidade que terá o mestre para esclarecer sobre as regras cidadãs para o embate produtivo de idéias, inclusive com o possível encaminhamento de nova correspondência sobre o tema ao periódico, desta vez assinada pela própria turma.

A leitura e legitimação de todo este material opinativo veiculado diariamente pela grande imprensa depende, em última análise, da credibilidade que o leitor concede – ou melhor dizendo, *empresta* – ao veículo. O termo emprestar é melhor utilizado neste caso, já que o público tem a prerrogativa de tomá-la de volta assim que o desejar. É o exercício deste *poder* que o educador tem como ensinar desde cedo em sala de aula, esclarecendo aos seus alunos, por exemplo, que a própria maneira como um texto é redigido acaba sugerindo ao leitor uma determinada tomada de posição. O noticiário, em sua abordagem específica e continuada sobre qualquer tema, tem a capacidade de influenciar a opinião pública. Até mesmo colocando em pauta certos assuntos em detrimento de outros, talvez até mais urgentes para a comunidade em questão, mas pouco explorados ou mesmo ignorados porque não interessam e são, por conseguinte, esquecidos pela mídia. O professor, então, tem a oportunidade de explicar aos seus alunos que aquele que escreve o faz com a intenção de convencer o leitor sobre o seu ponto de vista.

2.3.5 Outras palavras

Um dos pontos mais fortes a favor do periódico impresso como recurso pedagógico está justamente nas peculiaridades da linguagem jornalística. A fim de

explorá-la produtivamente, o professor pode propor a transformação de outros escritos (poemas, letras de música, histórias em quadrinho, manuais de instruções de eletrodoméstico ou receitas de bolo) em reportagens e vice-versa. Pode desafiar a turma a produzir um texto jornalístico a partir somente de um determinado título (ou o contrário, de um título chegar à matéria, guardando a original para posterior comparação).

Entender como operam os mecanismos e processos de comunicação adotados pelos veículos da grande mídia deve ser, portanto, um dos primeiros objetivos para os professores envolvidos nos programas de jornal na educação. Pois os periódicos impressos oferecem tanto notícias quanto opinião, mas também outros tipos de leitura igualmente importantes na construção da cidadania, como os anúncios classificados, a propaganda, publicidade legal (leis, decretos, editais, atos administrativos etc), indicadores econômicos, entretenimento (das histórias em quadrinho às palavras cruzadas, horóscopos, roteiro da programação de cinema, tevê, peças de teatro, museus, exposições e eventos os mais diversos) e uma vasta gama de serviços públicos e particulares.

Os classificados com oferta e procura de produtos e serviços deslindam oportunidades comerciais e de empregos ou atividades produtivas de outra forma bem mais difíceis ou mesmo inacessíveis, bem como orientam sobre os mecanismos de formação de preço no mercado. Os alunos poderão descobrir que, com base dos valores médios cobrados para aluguel ou compra de imóveis, é possível dimensionar o perfil social de um bairro, do seu bairro. Nas páginas de emprego é possível perceber quais profissões ou atividades estão em alta ou emergentes, com maior procura e melhores salários (ou muito pelo contrário).

Os anúncios publicitários ou propagandas são outro capítulo, pois proporcionam a oportunidade de levar para a sala de aula a discussão desde os recursos criativos utilizados para chamar a atenção (informativos, apelativos, promocionais, de oportunidade, ofertas ou descontos, entre outros) até os conceitos de moda, hábitos culturais, direitos do consumidor ou princípios éticos envolvidos. Da mesma maneira, é possível abordar a linguagem e a força dos logotipos como formadores de imagem.

A publicidade legal envolve um extenso arsenal de gêneros textuais com vocabulário, estrutura e critérios de atribuição de valor tão específicos que somente está acessível à maior parte da população nas páginas dos jornais, onde inclusive é publicada por determinação legal, quase nunca por interesse dos seus autores ou destinatários. São leis, decretos, editais, atos administrativos e vários outros documentos que dão conta dos trâmites legislativos, jurídicos ou executivos que resultam em ações concretas e consequências diretas na vida das pessoas. Conhecê-las e deslindar seus usos, características e estratégias fazem parte, portanto, de qualquer planejamento pedagógico minimamente preocupado com a formação de cidadãos.

As tiras e quadrinhos que acompanham os suplementos suscitam igualmente exercícios para a identificação dos personagens em suas características pessoais, seus contextos históricos, sociais, culturais e mesmo psicológicos. Costumes, conceitos e crenças por trás das mensagens estarão assim à disposição, para análise. Os balões podem ser retirados para que novas falas recriem situações criativas, porém plausíveis. Da mesma forma, os cadernos ou suplementos de esportes, tevê, economia, informática, entre outros, fornecem amplo material a ser trabalhado com base nos mesmos princípios.

Por sua vez, os elementos gráficos, a exemplo das fotografias, infografias, ilustrações e as charges, que exercem - tanto quanto a parte escrita - funções informativas, interpretativas e opinativas, complementam e facilitam o processo de leitura. Eles podem ser trabalhados sobretudo buscando-se a identificação dos fatos que os motivaram. A partir da análise de uma foto publicada em jornal, mas retirada do seu contexto (título, legenda e a matéria que ilustrou), o professor deve solicitar que os alunos tentem identificar o *que* é mostrado, *onde* e *quando* aconteceu, *quem* participou e *como* se deu o fato (pressupor o *por que* nestas situações é extremamente complicado e pouco interessante para as discussões posteriores, por isso deve ser evitado). Depois, é possível checar as informações, exibindo a página da qual a foto foi extraída.

Pode-se, também, trabalhar na montagem de painéis fotográficos divididos por temas que contemplam, por exemplo, cidades, pontos turísticos, aspectos urbanos, tipos humanos, atividades profissionais, segmentos (trabalhadores, idosos, mulheres, adolescentes, indígenas) ou movimentos sociais (sem-terra, operários em greve, protestos e passeatas de servidores públicos). Em determinado momento, será possível promover um levantamento crítico da visão que cada jornal privilegia ao veicular tais segmentos. Algumas fotos podem ser analisadas levando em conta as técnicas e narrativas empregadas ou os aspectos formais utilizados. Assim, os alunos se familiarizariam com a linguagem fotográfica, identificando conceitos como ângulos, perspectivas, enquadramento, planos, profundidade de campo etc. Os exercícios podem sugerir que os alunos reescrevam seus objetivos ou produzam novos sentidos, o que será certamente motivo para que assuntos inéditos sejam abordados. Logo, estarão interessados e dispostos a produzir material para um jornal laboratório ou mural da turma, escola ou bairro.

Esta, inclusive, é outra boa oportunidade para aprender fazendo. Os jornais elaborados pela própria turma, grêmio mesmo a escola, são ideais para o encaminhamento de trabalho em grupo. A propósito, lembram Faria e Zanchetta (2002, p. 7) que, se para os periódicos da grande imprensa o que importa é a qualidade do produto final que chega às bancas, no jornal dos estudantes vale o fazer, o exercício de elaboração e a experiência coletiva. Nestes casos, não se trata de torná-los jornalistas, mas propiciar o contato com uma estratégia de letramento eficiente, pois construída a partir de uma ferramenta pedagógica que se vale, como poucas outras, dos recursos de linguagem, contextualização e construção de sentidos preconizados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Os autores propõem que o jornal escolar se apóie “não só no conhecimento da imprensa escrita, como em uma atitude crítica a seu respeito” (FARIA; ZANCHETTA, 2002, p.141). Ele deve ser instrumento de interdisciplinaridade e, portanto, não ficar restrito às classes de português ou redação, mas buscar envolver toda a estrutura escolar, inclusive abrindo um canal de comunicação com os pais, o bairro e a própria comunidade. Será a prática do trabalho em grupo que decidirá sobre questões como o nome e perfil editorial do periódico, seu conteúdo específico e os temas que contemplará, o estilo a ser adotado e o uso ou não de classificados ou publicidade para bancar os custos de edição.

Depois, deve-se definir a equipe, com alternância de funções e responsabilidades. Estabelece-se, então, um cronograma de trabalho que vai depender da periodicidade estabelecida. A supervisão de professores é recomendável, principalmente para orientar sobre os aspectos mais práticos, como a escolha do local para desenvolvimento dos trabalhos, equipamentos e levantamento de recursos para as despesas gerais de redação e impressão. O jornal escolar pode

ser impresso desde em mimeógrafo ou cópia xerográfica a computadores pessoais ou gráficas. Como foi dito, o fazer será sempre mais importante.

2.3.6 O jornal como fonte de pesquisa histórica

A depender do prisma que se queira eleger para conduzir o olhar, privilegiando uma dada abordagem em particular, distintos momentos da trajetória da humanidade podem ser apontados como marcos do processo civilizatório. Entre tais momentos históricos, considerados decisivos por terem moldado novos contornos ao pensamento ocidental, Eliane Lopes e Ana Maria Galvão (2001, p.60-61) apontam o surgimento da imprensa, a expansão da escola e o impacto dos meios eletrônicos nas relações das pessoas e destas com a escrita. A propósito dos processos de aquisição das práticas sociais de ler e escrever, defendem estas educadoras que a generalização da leitura parece ter sido anterior à da escrita, o que levaria a modificar a própria noção de alfabetização, passando a incorporar conceitos como o de letramento, para ter condições de compreender o papel social, os usos e as funções da escrita (LOPES; GALVÃO, 2001, p-54-55).

Contudo, em relação ao ensino de história, abordagem específica desta análise das funções formativas da imprensa, é necessário questionar inicialmente em que medida seria o veículo impresso instrumento adequado a ser utilizado tanto como fonte de pesquisa histórica quanto como instrumento didático na consulta em sala de aula. Para Lopes e Galvão (2001, p.52), “a história do ensino não tem se limitado à história das instituições escolares, do pensamento pedagógico ou de alguns movimentos educacionais, como era comum se fazer”. Na medida em que cresce o interesse pelas práticas pedagógicas alternativas, auxiliares e transversais,

os atuais pesquisadores tratam de reconstruir - para entendê-los plenamente - os métodos e técnicas de ensino, os materiais didáticos e as relações entre alunos e professores, os conteúdos específicos, as relações curriculares e os sistemas de avaliação utilizados nas escolas ao longo do tempo. Os historiadores tentam desvendar o cotidiano da escola do passado. Neste sentido, destacam Lopes e Galvão (2001, p.52) que “a prática escolar é aquilo que menos sofre mudanças na História da Educação”.

Desde suas origens, a pesquisa histórica tem privilegiado como fonte quase que exclusivamente os documentos escritos, que aqui podemos chamar de “oficiais”, quais sejam os atos administrativos, os decretos governamentais, os relatórios e legislação produzidos por determinado grupo social historicamente localizado. As autoras citam, a propósito, Lucien Febvre (apud LOPES; GALVÃO, 2001, p.80) para argumentar que se pode fazer história “com tudo o que, sendo do homem, depende do homem, serve para o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem”.

Este mesmo autor afirma que “no limite, todo documento é mentira, na medida em que só tomamos conhecimento daquilo que o passado quis que fosse memorável (FEBVRE apud LOPES; GALVÃO, 2001, p.80). Para exemplificar a questão, propõem as autoras que imaginemos as abordagens possíveis que um pesquisador poderia construir sobre determinado fato político contemporâneo daqui a cem anos, se forem utilizados como fontes apenas o Diário Oficial da União ou um jornal da grande mídia ou um de grande apelo popular. Lopes e Galvão (2001, p.80) questionam se “encontraria a mesma versão para a mesma história? Poderia confiar integralmente nos dados encontrados em tão díspares veículos?”

Entre as fontes não documentais, os jornais e revistas são os utilizados há mais tempo e os que gozam de maior prestígio. Em alguns locais menos desenvolvidos econômica e socialmente, eles muitas vezes são, na verdade, a única fonte de registro dos atos cotidianos que escapam à historiografia oficial ou burocrática. Para a história da educação, particularmente, interessam aqueles periódicos que circulavam especificamente junto a um público escolar ou mesmo os jornais feitos por estudantes e para o meio acadêmico, o que durante um certo período era rigorosamente a mesma coisa, sobretudo em países tardivamente desenvolvidos como o Brasil.

Cabe ressaltar, por fim, que o conteúdo de um jornal, expresso tanto nas reportagens, artigos e editoriais, mas igualmente através das ilustrações, gráficos e fotografias, dentre outros documentos que incorpora, nem sempre contempla de maneira ampla e eqüitativa os interesses e conflitos de toda a comunidade à qual o veículo afirma servir. Sujeito a regras de mercado e às inevitáveis - porque intrínsecas ao processo - orientações políticas, o veículo muitas vezes espelha apenas os pontos de vista de um grupo específico. Mas tal constatação não invalidaria necessariamente todo o seu conteúdo enquanto fonte de pesquisa.

As definições de fonte propostas por Lopes e Galvão (2001, p.77), destacam que “em sua inteireza e completude, o passado nunca será plenamente conhecido e compreendido; no limite, podemos entendê-lo em seus fragmentos, em suas incertezas”. Na verdade, vai ser o tipo de problema, do tema problematizado, que vai determinar quais fontes deve-se utilizar na pesquisa. Partindo desta premissa, questionam como viabilizar e tornar o menos contaminado possível este necessário acesso ao passado, propondo que “certamente através dos traços que foram deixados, dos vestígios não apagados que representam ou que dizem sobre a vida

de homens e mulheres das sociedades passadas" (LOPES; GALVÃO 2001, p.77). E o jornal, sem dúvida, é um dos mais eloquentes destes vestígios.

A questão, portanto, é estabelecer que grau de confiabilidade, de objetividade – uma vez que concordamos que a imparcialidade é simplesmente inexequível, tanto em jornalismo quanto em história – é possível conceder a determinado veículo da mídia impressa. Para tanto, é necessário identificar no conjunto da obra e dos vestígios materiais produzidos por uma determinada época, por certo grupo social ou por um indivíduo identificado, aquela fonte que dará sentido à pergunta que desencadeou e justificou a pesquisa. Se for possível identificar claramente qual a posição política do veículo responsável pelo material impresso pesquisado, não resultará impraticável contextualizar historicamente o seu conteúdo.

Além disso, cabe ressaltar que foi – e continua sendo, veículo de elite como de fato é – principalmente através das páginas dos diários impressos que a *inteligência* de uma nação tem preferido conduzir seus debates, expressar seus pontos de vistas e anunciar suas tomadas de posição. O jornal pode, portanto, ser relacionado junto a outras fontes escritas, como os documentos, a legislação e os atos dos poderes constituídos, os trabalhos acadêmicos e científicos, as correspondências e as obras literárias, entre outras. Mas não apenas, pois também em suas folhas lograremos encontrar fotografias, ilustrações, gráficos e informações estatísticas e pictóricas as mais diversas.

Fica claro, afinal, que tão importante quanto o registro histórico grafado nas páginas de um jornal do passado é o tipo de abordagem que o pesquisador elege para manipular (melhor dito, trabalhar, considerar, avaliar e compreender) as informações ali contidas. O confronto destas informações com as obtidas em outros tipos e formatos de fontes ajuda na tarefa difícil, mas inarredável, de contrabalançar

a subjetividade do pesquisador. A tradução mais aproximada da história real, do fato real, será aquela que exponha suas contradições, desvelando-lhe os mecanismos e processos intrínsecos.

2.3.7 De objeto a instrumento

O jornal tanto pode ser objeto de estudo, quando então é possível avaliar sua estrutura editorial, sua narrativa e conceituação gráfica, como também instrumento, no momento em que é utilizado como recurso didático e subsídio para as mais diversas disciplinas. A partir da experiência acumulada e transmitida por inúmeros educadores diretamente envolvidos no trabalho com o jornal em sala de aula, parte dela já registrada em livros, artigos e outras publicações acadêmicas, tem sido possível catalogar uma série de atividades especificamente destinadas a cada disciplina escolar. Esta dissertação apresenta apenas algumas delas, a título ilustrativo, ressaltando que as possibilidades são incontáveis, limitadas apenas pela criatividade e disponibilidade de cada professor em seu ofício. O leque de disciplinas também é bem maior, podendo estender-se ao ensino superior e à pós-graduação. Segue-se, portanto, algumas sugestões.

2.3.7.1 O jornal no ensino de História

O periódico impresso mostra as transformações sociais de uma maneira dinâmica, atual e participativa, dando ao professor a oportunidade de identificar para os seus alunos os fatos históricos enquanto acontecem, apontando a diferença entre um evento sem maior repercussão de outro com amplitude global e importância

transformadora. Pode acompanhar o desenvolvimento de guerras e conflitos regionais, aproveitando para explicar-lhes as raízes históricas, sócio-políticas, econômicas, culturais ou religiosas. Pode promover uma análise comparativa entre padrões de valores e comportamentos, usos da tecnologia e questões ambientais, entre outras. O desenvolvimento e a atuação dos blocos transnacionais e de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird), bem como o estabelecimento e evolução dos índices que regulam o câmbio, as bolsas de valores, as cotações de petróleo, ouro e produtos agropecuários. Disposto a promover a educação para a paz, o professor pode, enfim, destacar as diferenças, apontando caminhos para a tolerância e a convivência na diversidade.

É possível partir das indagações e desafios do presente, estampados nas manchetes do dia, para provocar uma criteriosa investigação do passado. O mestre pode, por exemplo, solicitar aos seus alunos que reproduzam como notícia de jornal um fato histórico registrado nos livros didáticos, dando-lhes a oportunidade de articular os conhecimentos do conteúdo curricular às peculiaridades da linguagem jornalística, destacadamente no que diz respeito às técnicas utilizadas para conferir veracidade, objetividade e atualidade à narrativa.

Por fim, cabe ressaltar que o jornal é registro histórico. Sobretudo nas pequenas e médias cidades do Norte e Nordeste brasileiros, onde a muito custo se encontram bibliotecas com acervo atualizado, são as coleções de jornais antigos ou eventuais recortes e colagens com notícias de jornais elaborados a partir de alguma tarefa escolar que ainda oferecem alguma documentação histórica da vida daquela comunidade esquecida pela grande mídia.

2.3.7.2 No ensino de Geografia

Orientado para a disciplina de geografia, o jornal será veículo para despertar a curiosidade do aluno sobre onde determinado fato ocorreu, quais as correlações que podem ser estabelecidas entre seus agentes e o local do ocorrido, a ação do homem sobre o espaço que ocupa, modifica, estrutura, reorganiza ou destrói. Um bom exercício neste sentido é buscar localizar no mapa ou no globo os fatos noticiados ou, ainda, identificar os conflitos motivados por divergências de território, de limites geográficos, a independência, o desmembramento e a criação de novos Estados. Os países podem ser destacados em razão de sua produção econômica, do turismo ou de uma situação política em particular. Outras vertentes são as relação entre a geografia e os boletins metereológicos, a tecnologia, a geologia, a economia, a política, a cultura e a ecologia, entre outros ramos da atividade humana, principalmente sob o prisma do acelerado fenômeno da mundialização. Utilizando o jornal, o educador terá condições de desenvolver uma estratégia de ensino da geografia menos classificatória, reprodutivista e excessivamente centrada no conteúdo dos livros didáticos, superando assim algumas das principais queixas dos alunos em relação à disciplina.

2.3.7.3 No ensino do Português

Na opinião de Costa (1997, p.70), o objetivo principal dos programas de jornal na educação é "despertar o interesse do aluno para a leitura do mundo e formar o hábito de ler jornais para o entretenimento, enriquecimento cultural, atualização de informações, participação na vida comunitária". Ao mesmo tempo, o veículo

impresso pode contribuir para a observação da dinâmica da língua e do fluxo de novas palavras incorporadas ao vocabulário, as gírias e os jargões, os sotaques regionais, os neologismos e a influência de outros idiomas, o poder de síntese, de construção de imagem, a dinâmica conotativa e a economia vocabular proposta pelas siglas e abreviações tão comuns nos títulos e legendas da imprensa.

Desta forma, é possível trabalhar com leitura, seja silenciosa, oral ou dinamizada, através de debates, círculos de leitura ou jornal narrado. Análise e interpretação de conteúdo podem ser propostas, com a distinção entre os gêneros informativos (notícia), interpretativos (reportagem) e opinativos (editorial, artigo), separando fato de opinião ou ainda a identificação dos elementos estruturais de uma narrativa. Podem ser abordadas as diferentes funções da linguagem, quando referenciais, emotivas ou conotativas, como também as questões de estilo, os vícios de linguagem, as dinâmicas do vocabulário, as novas tendências do vernáculo, as especificidades do linguajar popular, econômico, político, esportivo, tecnológico e de intermináveis profissões ou áreas do conhecimento.

Uma turma criativa pode até mesmo dedicar-se a compilar pequenos dicionários regionalizados, a partir das gírias, bordões e neologismos identificados na própria escola, no bairro ou cidade em que vivem. A freqüência e intensidade no uso dos barbarismos (estrangeirismos) podem ser medidas, assim como podem ser realizados interessantes jogos de caça aos erros de ortografia e gramaticais (há, sim, vários deles em qualquer edição diária, encontrados com uma regularidade acima do desejável) ou de observação dos variados usos de tempos verbais nos títulos. Textos podem ser produzidos a partir de fotos ou de manchetes isoladas, mas a turma pode também reescrever ou produzir um relatório sobre determinado noticiário. Pode-se, ainda, buscar no noticiário diário informações que inspirem a

produção de poemas, pequenos contos ou crônicas, a partir de situações concretas narradas.

2.3.7.4 No ensino de Educação Artística

O jornal impresso potencializa a discussão de temas ligados às artes e à cultura de uma maneira geral. Através de suas páginas, é possível identificar, classificar e comentar os artigos da crítica especializada de diversos segmentos, desde as obras literárias às exposições de pinturas, esculturas, fotografias e instalações, mas também as peças de teatro, os filmes de cinema e a programação televisiva. A turma pode analisar a crítica após assistir ao espetáculo, sendo levada naturalmente a concordar ou não com ela, apresentando argumentos baseados em sua própria observação.

Ou então o professor organiza uma visita a uma exposição de artes plásticas, com a recomendação de que cada detalhe das obras e da própria organização da mostra sejam anotados em registros individuais. De volta à sala de aula, ele apresenta as notícias e resenhas publicadas sobre o evento nos jornais, promovendo uma comparação entre as impressões dos alunos e da imprensa. Outra possibilidade é a avaliação crítica e estética de anúncios e outros elementos gráficos e de design contidos em um periódico impresso, como a diagramação de suas páginas.

2.3.7.5 No ensino de Ciências

Para esta área, o jornal disponibiliza um vasto espectro de informações sobre temas como saúde, hábitos alimentares e higiene, ecologia, agropecuária, informática, tecnologia e pesquisas as mais diversas. Será fácil, certamente, identificar nos periódicos temas ligados a questões contempladas pelos currículos escolares, mas a própria abordagem que a imprensa costuma conferir à divulgação científica já merece uma análise à parte.

Os estudantes podem ser convidados a pensar sobre os usos e necessidades da tecnologia, os aspectos éticos, econômicos e sócio-culturais com ela envolvidos, bem como uma possível espetacularização (ou seja, uma abordagem mais para o clima de filmes de aventura e ficção científica) que o noticiário da grande imprensa geralmente concede ao tema. A partir daí, sentir-se-ão estimulados a propor soluções para necessidades levantadas.

Trabalhos práticos poderão ser executados e testados a partir de idéias e soluções apresentadas em reportagens. Visitas técnicas poderão ser realizadas a locais relacionados a fatos discutidos em sala de aula após a leitura de uma matéria, que igualmente pode suscitar a participação da turma em feiras, encontros, congressos, palestras, exposições e eventos os mais variados.

Pesquisas de campo podem ser motivadas por questões apresentadas nos jornais, como os índices de preços e cotações de certos produtos, o respeito (ou falta dele) aos prazos de validade dos alimentos vendidos nos supermercados, os hábitos de alimentação ou as condições de saneamento que poderiam estar relacionados ao registro de enfermidades em dada comunidade, ou ainda as agressões ao meio ambiente resultantes de algum processo tecnológico ou

atividade econômica. Enfim, as possibilidades são múltiplas e dependem apenas da disposição e criatividade do professor.

2.3.7.6 No ensino da Matemática

Nesta disciplina, Costa (1997, p.75) sugere o uso em sala de aula dos textos jornalísticos que contenham referenciais quantitativos, desde o noticiário econômico aos anúncios classificados. Além disso, os alunos devem ser convidados a perceber as referências feitas em relação a porcentagens, ao uso dos gráficos e tabelas, os indicadores econômicos e sociais, cálculo e aplicação dos impostos e taxas. Mesmo os anúncios publicitários podem oferecer subsídios aos cálculos de preços à vista em contraposição aos planos de parcelamento a prazo, suas taxas de juros e descontos, assim como as escalas de peso, comprimento, tempo e volume apresentadas, sem esquecer as noções básicas de educação ao consumidor, a partir da observações dos seus direitos e responsabilidades.

2.3.7.7 No ensino da Física

As matérias de jornal podem servir como ponto de partida para a discussão em sala sobre várias questões ligadas à área, desde o anúncio de novidades tecnológicas ou avanços científicos até as grandes descobertas. O campo da astronomia, por exemplo, costuma atrair bastante a atenção do leitor, como ocorre com as discussões teóricas sobre o universo microcósmico da mecânica quântica. Além disso, soluções criativas e contextualizadas podem ser propostas para questões clássicas envolvendo os acidentes de trânsito (propriedades da matéria,

velocidade, inércia etc) ou roteiros turísticos de viagens (cálculos de distância, trajetória etc).

2.3.7.8 No ensino de Línguas Estrangeiras

É possível mensurar o nível de utilização dos barbarismos no texto jornalístico, inclusive a partir de um levantamento percentual, com o objetivo de balizar discussões sobre a sua necessidade e pertinência, sua relação com o significado e a identificação dos neologismos e termos técnicos já incorporados. A influência dos países de língua inglesa (sobretudo em relação aos Estados Unidos da América e à Inglaterra) sobre a nossa cultura pode ser avaliada a partir de um levantamento estatístico do uso dos anglicismos em comparação aos termos de origem ou influência espanhola, como os dos nossos vizinhos do Mercosul. Tendências e modismos a partir dos usos de termos alienistas também podem ser revelados com a observação crítica dos anúncios publicitários.

2.4 PANORAMA NACIONAL E MUNICIPAL

A fim de enriquecer e ampliar as bases para o entendimento da questão em um número ainda maior de variantes e implicações, podemos lançar mão da contribuição apresentada por dois outros estudos realizados em 2004 e de grande relevância para a contextualização do nosso problema. O primeiro é um diagnóstico patrocinado pela Associação Nacional de Jornais entre todos os seus associados sobre os programas de Jornal na Educação e o outro um levantamento realizado por uma equipe da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Salvador envolvendo

um grupo representativo de professores que fazem parte do programa *A Tarde na Escola*. Ambos fornecem informações complementares e comparativas para esta pesquisa. Embora identificando possíveis equívocos de ordem metodológica e na análise e avaliação destes diagnósticos, preferimos nesta parte da dissertação apenas descrever as conclusões publicadas pela ANJ e Prefeitura de Salvador. No momento e espaço adequados, as informações relatadas neste capítulo serão utilizadas como base de comparação com os resultados do nosso próprio trabalho de campo.

2.4.1 O diagnóstico da ANJ

Trata-se de um estudo encomendado pelo sub-comitê de Leitura do programa Jornal na Educação da ANJ à empresa de consultoria em educação Leitores e Leituras, intitulado *Os programas de Jornal na Educação Brasileiros: um diagnóstico*. Com o objetivo declarado de conhecer mais de perto quantos eram e como funcionavam os programas do gênero em desenvolvimento no Brasil, o levantamento foi realizado entre maio a agosto de 2004, identificando os programas em funcionamento, em vias de implantação e os que, por um ou outro motivo, foram interrompidos. Todos os 130 jornais associados foram inventariados e apenas 23 não se dispuseram a participar. O questionário aplicado trazia 40 questões no total, algumas abertas.

Os coordenadores do estudo esclareceram, a propósito, que o levantamento não teve como base nenhum modelo do que seria ou deveria ser um programa de jornal na educação, tentando verificar quais empresas possuíam iniciativas que se enquadrasssem nesse suposto formato ideal. Segundo eles, a intenção era saber

quem não desenvolvia programas e o motivo disso; bem como aqueles que os desenvolvia, dos quais buscaram saber como realizavam suas próprias atividades, fossem elas de que tipo fossem.

Foram incluídas no resultado final apenas as iniciativas que atendiam a um determinado perfil. Ou seja, que fossem programas que criassem suplementos ligados à Educação e oferecessem (ou não) orientação aos professores em sala de aula; que distribuíssem exemplares completos e do dia para as escolas, em períodos maiores ou menores, em dias seguidos ou intercalados, fazendo-os acompanhar (ou não) de uma orientação pedagógica específica; que distribuíssem exemplares completos do encalhe a escolas ou outras instituições, do mesmo modo, em dias seguidos ou não; e que distribuíssem exemplares do dia ou do encalhe em maior ou menor quantidade para os mais variados tipos de instituições.

Das 107 empresas jornalísticas que participaram da pesquisa, 48 mantinham programas de jornal na educação, contra 49 que não os tinham e 6 que os tinha interrompido, enquanto que 4 estavam com projetos em fase de implantação. Como se vê, o universo estudado praticamente se divide ao meio, pois enquanto 51% não têm programas ou os interrompeu, 49% os estão implantando ou já os têm em pleno funcionamento. Entre os maiores jornais brasileiros em circulação, três têm programas (Folha de S. Paulo, O Globo e O Dia), dois já tiveram (O Estado de São Paulo e Zero Hora) e os demais ainda não dispõem de programas do tipo.

O levantamento verificou que os 49 jornais ainda sem este tipo de programa são bastante diferenciados tanto em termos de sua localização - seja por região do país ou dentro de seus próprios estados - quanto no volume de circulação, já que há nesta situação veículos com cerca de 3.000 exemplares nos dias de semana e 5.000 nos domingos até outros cuja circulação atinge mais de 250.000 exemplares nos

dias úteis e mais de 350.000 aos domingos. Praticamente sem exceções, tais jornais manifestaram desejo não só de conhecer os programas brasileiros já implantados (apenas um não demonstrou tal interesse e outros quatro não se manifestaram a respeito) como de participar das reuniões que o sub-comitê de Jornal na Educação da ANJ vem promovendo para informar e coordenar ações que envolvam troca de experiências e apoio técnico a respeito do assunto.

Os motivos enumerados por essas empresas como determinantes para a não existência de programas de Jornal na Educação variaram desde aspectos financeiros (29% das respostas) ao fato de estar em estudo a possibilidade de implantação (20%), entre outros motivos variados (falta de oportunidade, a já existência de algumas ações na área da educação, nenhum motivo específico, problema de logística ou problema político, que somaram 9%) ou ainda o fato de não ser este o foco da empresa (como no caso do jornal popular, comercial ou segmentado, que foram 6%), motivo administrativo (6%) ou o tamanho do jornal (jornal pequeno, com 4%). Por fim, 8% não souberam ou não quiseram informar os motivos.

Seria, portanto, o aspecto financeiro o que representa quase um terço das justificativas para a interrupção. Os organizadores do estudo destacaram que mesmo esses jornais realizam ações, ainda que esporádicas, de caráter educativo. Dentre elas as doações de exemplares para escolas, bibliotecas ou alunos que solicitam; publicação de suplemento infantil com conselho editorial formado por alunos de escolas públicas; caderno voltado para o ensino médio; dicas para o vestibular ou páginas sobre educação; recepção de alunos em visitas ao jornal; orientação a escola pública na elaboração do jornal escolar; realização de concursos

ou cobertura de eventos em escolas; produção de anuários e realização de palestras em escolas e faculdades.

Dos seis jornais que interromperam seus programas, quatro apontaram o aspecto financeiro como decisivo para tal decisão. Todos eles informaram que ainda realizam algumas ações voltadas para a educação e, sem exceção, falaram da possibilidade de uma retomada, inclusive o pioneiro ZH em Sala de Aula (do Zero Hora), interrompido em 1999 e que está estudando o relançamento. A interrupção, em todos os casos, se deveu a motivos circunstanciais, sem que houvesse discordância dos responsáveis quanto à concepção que perpassa os programas de Jornal na Educação. De acordo com o estudo, também em relação a esse grupo há espaço – até mesmo uma certa expectativa – para que a Associação Nacional de Jornais interceda em favor da retomada de tais programas, por meio de uma orientação sistemática e estimuladora de parcerias que façam cruzar os aspectos educativo e de marketing que, segundo a entidade, devem caracterizar cada um deles.

Por sua vez, os quatro jornais que informaram à pesquisa estar implantando o programa tanto querem conhecer outras experiências como estão confiantes de que terão sucesso em suas iniciativas. Um deles chega a explicitar que o tipo de apoio que quer da ANJ são maiores subsídios para a implantação e sobre como oferecer orientação pedagógica aos professores envolvidos. Dois deles já escolheram os nomes para as suas ações de leitura, o Lendo e relendo com o Correio Lageano e o Pé na Escola.

Entre as unidades da Federação que contam com maior número de programas de Jornal na Educação estão São Paulo com 12, Paraná com 6, Rio Grande do Sul com 5 e Minas Gerais com 3, seguindo-se Santa Catarina, Rio

Grande do Norte, Pernambuco, Ceará, Rio de Janeiro, Goiás e Mato Grosso do Sul com 2. No entanto, se for estabelecida uma relação entre o número de programas e a população de cada Estado, será possível perceber que o quadro muda um pouco, pois é o Paraná quem concentra, em termos relativos, o maior contingente de programas (seis, para 9,5 milhões de habitantes, enquanto São Paulo tem 38 milhões de habitantes e 12 programas. Nesse tipo de lógica, então, o Paraná supera São Paulo.

O mais antigo deles ainda em atividade é o Quem Lê Jornal Sabe Mais, promovido pelo O Globo, que iniciou suas atividades em 1982. Depois dele, só surgiram novos programas a partir da década de 1990. Informa o levantamento da ANJ que, a partir de 1991, com o lançamento do segundo programa, o Almanaque Escola, do jornal O Popular, não teria havido nenhum ano em que pelo menos um novo programa não se acrescentasse aos já existentes, estabelecendo portanto uma tendência a um tipo de ampliação contínua e regular desde então.

O questionário solicitou que fossem escolhidos os objetivos que mais se aproximasse dos que as empresas pretendiam atingir com seus respectivos programas, entre investir na formação de novos leitores de jornal; melhorar a imagem da empresa jornalística perante os leitores; melhorar a imagem do Jornal perante os anunciantes; dar início a uma iniciativa que expresse a responsabilidade social da empresa; contribuir com as escolas da região; e favorecer o exercício da cidadania por parte dos jovens leitores. Deles, o que contou com maior adesão foi o último, com quase 25% da preferência do grupo. Trata-se justamente do objetivo que se volta mais especialmente para a questão da leitura de jornais como estimulador de práticas cidadãs.

Para a ANJ, o quadro levantado seria esclarecedor, pois ao tempo em que 6% não fizeram nenhuma opção, 24% optaram pelo objetivo de favorecer o exercício da cidadania por parte dos jovens; outros 20% escolheram investir na formação de novos leitores de jornal; 18% preferiram dar início a uma iniciativa que expresse a responsabilidade social da empresa; 17% marcaram contribuir com as escolas da região; 8% alegaram pretender melhorar a imagem da empresa jornalística perante os leitores; e 2% optaram pelo objetivo de melhorar a imagem do Jornal perante os anunciantes. Além dos objetivos já previstos no questionário, houve entrevistados que incluíram novos objetivos por eles buscados em seus respectivos trabalhos, com 2% apontando o objetivo de melhorar os índices de leitura no país; 1% em formar cidadãos éticos que saibam fazer escolhas; 1% em formar educadores para a melhoria do ensino; e 1% em formar alunos protagonistas.

Do ponto de vista educativo, quanto aos objetivos concretamente atingidos, a pesquisa apontou, pela ordem, aproximar a escola das questões do cotidiano; ensinar o aluno como é o jornal; incentivar a leitura de jornais; contribuir para que o aluno conheça melhor o mundo em que vive; e contribuir para o exercício da cidadania. Mas ao se considerar conjuntamente os objetivos considerados bastante atingidos e os atingidos de forma satisfatória, o quadro apresenta uma pequena alteração. Em primeiro lugar passa a aparecer incentivar a leitura de jornais; seguindo-se contribuir para o exercício da cidadania, aproximar a escola das questões do cotidiano; colaborar para a construção de um conhecimento mais amplo e multidisciplinar pelo aluno; e por fim ensinar o aluno como é o jornal. Com base em tais resultados, o levantamento conclui que ensinar como o jornal é e estimular a sua leitura, ao lado da contribuição para a cidadania e do auxílio à própria escola em suas tentativas de desvendar o mundo, seriam as maiores conquistas promovidas

pelos programas de Jornal na Educação. No entanto, adverte que algo precisa ser aprimorado para que objetivos de tamanha dimensão sejam alcançados com uma maior margem de sucesso. Programas de Jornal na Educação que tenham dificuldade de levar a novas leituras, que não permitam o debate sobre a própria imprensa e que não estejam ajudando, como poderiam, na formação de jornais escolares, precisam ser estimulados a caminhar mais nessas direções.

Quanto à sua forma de administração, verificou-se que os programas em desenvolvimento estão, em sua maioria, sob a responsabilidade da diretoria das empresas jornalísticas. Dos 42 que prestaram esta informação, 42% deles dizem estar sob a responsabilidade do órgão máximo do jornal. Os demais se dividem, com 14% afirmando estar sob a responsabilidade da circulação; outros 14% do marketing; 10% se subordinam à redação; 5% são realizados sob a responsabilidade de fundações ou institutos ligados à organização empresarial que mantém o jornal; e há também aqueles, em menor número, que se remetem aos setores de promoções e eventos; a todos os setores do jornal; ao planejamento comercial; à diretoria e à circulação, simultaneamente; à assessoria de comunicação empresarial; e à diretoria e ao marketing, também simultaneamente (2,5% cada).

Destaca o relatório final da pesquisa que a estrutura administrativa que se escolhe para administrar tais programas por certo reflete um tipo de concepção política e o que se encontrou traz situações inusitadas. Se, por um lado, o fato da maioria estar subordinada à diretoria e isto indicar um grau de prioridade ao desenvolvimento dos programas, há outros tipos de subordinação que podem revelar outro tipo de entendimento, como nos casos em que há vínculo direto com a circulação, que parece indicar o entendimento de que o programa é meramente uma estratégia de ampliação de leitores.

O vínculo com o marketing pode ser compreendido como um indício de que o programa incorpora uma estratégia de divulgação ou melhoria da imagem da empresa. Entendimento também esperado pelos representantes da ANJ. Ligar-se a fundações ou institutos também é previsível, numa possível atitude voltada para a descentralização ou desburocratização, reservando unicamente à empresa jornalística o trabalho que esteja ligado a sua atividade-fim, ou seja, fazer jornais. Mais raro, no entanto, seria o vínculo de alguns programas à redação e ao setor de promoções, no primeiro caso pela possível quebra de autonomia da redação em sua função de noticiar e, no segundo, pelo caráter efêmero que em geral caracteriza os eventos promovidos por esta área das empresas.

Com relação às categorias profissionais envolvidas com o desenvolvimento dos programas, o estudo mostrou que apesar da maioria dos integrantes das equipes serem educadores, em seu posto de comando máximo, mesmo que com uma pequena margem de vantagem, estão comunicadores sociais ou jornalistas. De todo modo, quase a metade das equipes, em seu conjunto, é formadas por profissionais da educação. (44%). E mesmo que residualmente existam outros profissionais envolvidos, a base das equipes é mesmo dividida entre educadores e profissionais de imprensa, havendo também que se destacar a presença de profissionais de marketing como coordenadores (17%).

Outra questão pedia que as empresas jornalísticas informassem sobre quem administra seus respectivos programa, se um ou vários funcionários do Jornal, uma empresa terceirizada ou uma equipe mista. Embora 15% deixassem o questionário em branco nesta questão, a maior parte das respostas foram de 44% para uma

equipe do jornal¹⁰, 20% para apenas um funcionário do jornal¹¹, 17% para uma equipe mista¹² e 4% para uma fundação¹³.

A pesquisa da ANJ verificou que tais programas de Jornal na Educação variam muito em relação à sua abrangência, pois enquanto alguns atendem somente a instituições da própria cidade-sede do jornal (10%) ou a sede e outros poucos municípios vizinhos (5%), outros atendem à região (37%) ou mesmo todo o Estado (31%), havendo até aqueles que ultrapassam as fronteiras da unidade federada (5%) e um que chega ao exterior (2%). Do total de entrevistados, 10% deixaram em branco esta questão. Há diferenças, também, quanto ao tipo de público a que atendem, partindo de alunos da educação infantil (16%), ao primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental (22%), terceiro e quarto ciclos do fundamental (25%), ensino médio (16%), superior (5%), educação de jovens e adultos (14%), educação especial e ensino profissionalizante (1% cada). Mas não foram apenas escolas as instituições a se inserirem nos programas, com respostas indicando também o desenvolvimento de atividades em bibliotecas públicas (23%), centros culturais (17%), organizações não-governamentais (8%), entidades que atendem portadores de necessidades especiais (7%), instituições para menores infratores (5%), bibliotecas particulares, hospitais e prisões (4% cada), entre outras.

Apenas 39 jornais informaram sobre o tipo de exemplares que mandam para as escolas e outras instituições. Destes, 43% responderam que enviam encalhes, 31% trabalham com exemplares do dia e 26% disseram que tanto enviam exemplares do dia como do encalhe. Sobre o tempo que dura essa distribuição, a maioria apontou um ano letivo (70%), contra 15% para um semestre. Em 9% dos

¹⁰ Dos que informaram quantos integrantes tem cada equipe, há um mínimo de dois funcionários e um máximo de quatro administrando os programas.

¹¹ Um dos jornais que está neste caso realiza o seu programa em parceria com uma universidade da sua região.

¹² Um dos jornais esclarece que a equipe mista conta com representantes da Secretaria de Educação.

¹³ Esta opção não estava incluída no questionário, mas apareceu como resposta.

casos, dura de acordo com o interesse da instituição participante e para 3% enquanto durar a ação. Para os restantes 3%, a distribuição é feita em lotes quinzenais.

Cerca da metade das empresas (51%) tem material informativo (boletim ou similar) destinado aos educadores, mas nem todas informaram com que periodicidade este material é elaborado. Entre as que o fizeram, predominam os mensais (31%), anuais (19%), trimestrais (12,5%), semanais (às vezes nas páginas do próprio Jornal, também com 12,5% das respostas) e os quinzenais (6%), além dos 19% que apontaram periodicidade variável. A propósito, os coordenadores da pesquisa ressaltaram o fato de que a outra quase metade dos jornais (49%) não ter material desse tipo, capaz de orientar os professores. Eles questionam se, acreditando-se que para os alunos lerem aqueles que os educam precisam ser preparados para ajudá-los a ler, por que praticamente a metade dos programas não tem materiais organizados com tal intenção? Para eles, a pergunta seguinte - se os programas oferecem uma orientação pedagógica sistemática aos professores - traria respostas mais esclarecedoras. Os índices não são bons, pois um terço dos programas reconhece não oferecer orientação pedagógica sistemática aos seus professores.

Aprofundando a análise, o estudo afirma que ao procurar identificar por quais meios tal orientação é levada a efeito, verifica-se o silêncio de 31% dos representantes dos programas quanto às estratégias utilizadas. Ou seja, cerca de um terço dos entrevistados não indica de que forma promove tal processo. Quando se compara as respostas de quem afirma que promove orientação com as respostas que estes mesmos entrevistados dão quanto aos meios empregados, revela-se um quadro onde 31% têm orientação e material pedagógico; outros 31% têm orientação

pedagógica, mas não material; enquanto 10,5% dispõem de material, mas não de orientação; e 12,5% não têm nenhum dos dois (15% deixaram em branco). Ou seja, 23% não oferecem nenhum tipo de orientação, seja por meio de textos impressos, seja por meio de outras atividades – visitas às escolas, reuniões, oficinas etc. Outros 62% a oferecem, por meio de boletins ou maneiras diversas, enquanto 15% não se manifestaram a respeito. Quanto às estratégias de orientação pedagógica mais utilizadas, a preferência foi por oficinas, com 28% de indicações, o que parece denotar, segundo os coordenadores do estudo, o caráter mais pragmático da orientação promovida. Para eles, a perspectiva mais teórica ou teórico-prática que poderia advir de cursos, palestras e seminários, juntas (12%), ficou bem aquém do nível daquele tipo de ação. A não ser que sob o rótulo de oficinas estejam abrigadas ações que também possam promover reflexões sobre as próprias atividades práticas.

A pesquisa da ANJ conclui que os programas de Jornal na Educação em desenvolvimento no Brasil, são, hoje, extremamente variados. Partem de uma base mais ou menos comum mas parecem ser originais quanto à sua forma concreta de desenvolvimento. Alguns se detêm mais nuns aspectos, outros mais em outros e, assim, cada qual vai construindo a sua própria trajetória, algumas com maior êxito, outras nem tanto, mas sempre com diferenças. Para a entidade, este estudo tem o mérito de ser o primeiro a reunir um pouco mais detalhadamente, senão a história mais completa desses programas, pelo menos a sua situação atual, numa visão de conjunto. Ressalta que novos estudos precisam ser realizados para detalhar ainda mais a questão.

Os responsáveis pelo levantamento sugeriram, em seu relatório final, que seja criada pela ANJ, através do seu comitê de Jornal na Educação, uma concepção

básica sobre o que significa um programa de Jornal na Educação que possa promover o avanço da cidadania, conciliando os interesses da empresa jornalística em sua intenção de formar o leitor do futuro e de qualificar positivamente a sua marca e a sua responsabilidade social à colaboração do jornal na escola para que cumpra a sua função social de formar brasileiros éticos. Para eles, esta concepção deve orientar a ação da entidade no sentido de que não que haja uma única forma de se implantar ou desenvolver programas do gênero, mas que a multiplicidade de ações levadas a efeito pelos vários associados venham a ter os seus objetivos comerciais, de curto, médio e longo prazo, atingidos em função da qualidade do trabalho em prol do conceito estabelecido em seus compromissos mais amplos.

Recomenda, ainda, que no desenvolvimento destes programas as empresas jornalísticas não devem desviar as suas redações de sua independência e do seu caráter noticioso. A administração dos programas, então, não deve interferir na natureza do jornal em sua estrutura e funcionamento, mas contribuir para qualificá-la. Por fim, diz que deve ser buscada alguma forma de parceria com universidades que já tenham grupos de pesquisa ligados à área de jornal na educação (ou afim), para que estudos mais sistemáticos possam ser direcionados aos programas em desenvolvimento no país, tentando aferir o nível de sua colaboração em relação aos fins a que se propõem.

2.4.2 A pesquisa da Prefeitura de Salvador

Outra pesquisa, desta vez mais circunscrita ao raio de ação do nosso próprio estudo, foi o levantamento de opinião sobre o trabalho desenvolvido pelo programa A Tarde na Escola, de responsabilidade da Secretaria Municipal da Educação e

Cultura de Salvador e divulgada em dezembro de 2004. Em sua apresentação, o relatório destaca que, partindo da premissa de que a uso do jornal em sala de aula pode aumentar o nível de interesse dos alunos pela leitura e melhorar a formação do professor, “uma vez que o contato diário com notícias diversas e atuais contribuirá para a atualização das informações deste profissional constantemente envolvido em assuntos do mundo globalizado” (2004, p.3), era necessário ouvir dos professores os reais benefícios que este trabalho teria trazido, bem como as contribuições que o jornal tem dado à prática pedagógica.

Para tanto, foi utilizado um questionário em que os professores avaliaram a importância do programa para a sua escola, verificando se a leitura do jornal vem estimulando o desenvolvimento de uma educação interativa para a formação social e integral do homem no seu contexto, melhorando a qualidade do ensino. Além disso, pretendeu verificar se o jornal vinha sendo utilizado como recurso pedagógico, despertando no aluno o desejo pela leitura através de dinâmica de produção de jornal mural, como também demonstrando a capacidade de análise crítica do fato, do contexto e da estrutura da notícia. Foi utilizado um questionário com 10 questões, sendo seis delas com opção de escolha de apenas uma resposta e quatro questões abertas, permitindo respostas livres. Eles foram respondidos por 15 professores de todas as 25 escolas da 5^a a 8^a séries envolvidas no projeto.

O conceito dos pesquisados a respeito do programa variou de bom (53%) a excelente (27%), enquanto que 20% não emitiram opinião. Do total de professores que participaram do levantamento, 20% lecionam nas séries iniciais (da 1^a à 4^a série), 13,3% lecionam Ciências, 6,6% Geografia e Cultura Baiana e 60% Língua Portuguesa. Destes últimos, que são maioria, 56% acham bom o projeto, 22% acham excelente e os outros 22% não opinaram. O jornal é visto como recurso

pedagógico por 100% dos professores. Neste contexto, 40% responderam que a iniciativa contribui de forma excelente para a inovação de sua prática docente, enquanto que 53,4% acham que é uma boa forma de contribuição e apenas 6,6% vê a contribuição de modo regular.

Outro aspecto considerado foi a afirmação por 26,6% dos professores de que a leitura do jornal é uma excelente contribuição para ampliar o número de alunos leitores nas escolas, enquanto 46,6% acreditam que a leitura do jornal traz boas contribuições e 26,6% acham a contribuição regular. Quanto ao nível de interesse que os conteúdos trabalhados despertam nos alunos, 33,3% dos professores afirmaram que estes despertam excelente interesse; 60% afirmaram despertar bom interesse e apenas 6,6% acham que o interesse despertado é regular. Além disso, 20% dos professores afirmaram ser excelente o nível de desenvolvimento de valores, formação de competência e construção de habilidades de leitura pelos alunos; 46,5% dos professores afirmaram ser bom e 33,5% regular.

Diversos temas noticiados por *A Tarde* foram trabalhados pelos professores em sala de aula, com destaque para a violência (14%), eleições, olimpíadas e meio ambiente (8% cada), o que provavelmente deve-se ao fato de terem sido assuntos de muita evidência na mídia nacional em 2004 e por isso foram envolvidos na prática pedagógica do professor como forma de orientar os alunos. As atividades mais realizadas a partir da leitura do jornal foram a interpretação e construção de texto (32% das indicações), confecção de cartazes, murais e painéis (21%) e a realização de seminários (em 8% dos casos).

Em relação à forma de utilização do *Caderno Dez*, 19% das respostas foram para a distribuição entre os alunos e a utilização no levantamento de discussões, enquanto que 13% responderam pesquisa em sala de aula. Quanto à forma de

utilização dos jornais da semana anterior (os encalhes), 20% das respostas foram também para a distribuição do jornal entre os alunos e utilizados como fonte de pesquisa, enquanto outros 15% responderam que usam como matéria prima nas aulas de artes e para recortes. A maior utilização dada à cortesia diária é a leitura pela comunidade escolar, que somou 60% das respostas. Conclui, portanto, o relatório da Secretaria de Educação pela relevância do projeto para os alunos, bem como para a comunidade escolar, impulsionando o conhecimento através das informações veiculadas no jornal e contribuindo para a melhoria da leitura e a formação da cidadania.

3 A ABORDAGEM METODOLÓGICA

No momento de delinear um processo de pesquisa, é preciso estabelecer critérios, o que se consegue a partir dos objetivos que se deseja alcançar. Considerando o que é próprio das ciências sociais, ao distinguir-se claramente do determinismo verificado no estudo do universo físico, podemos listar como características a serem consideradas neste tipo de estudo a imprevisibilidade, pois lidamos com entidades que não se prestam facilmente (ou de maneira alguma, em última análise) à quantificação. Portanto, na investigação social é preciso levar em consideração a influência dos valores pessoais, que certamente tendem a contaminar os resultados da pesquisa. Comparado ao método experimental da ciência, a quantidade de variáveis com que é preciso lidar nos fenômenos sociais é enormemente ampliada. Por tudo isso, conforme destaca a educadora Neusa Maria M. de Gusmão (2001, p.74), só há um único caminho para desvendar os meandros da pesquisa acadêmica, que é "fazendo pesquisa e refletindo com o próprio fazer".

Todavia, é voz corrente entre os pesquisadores que apesar de todas estas e outras dificuldades que se pode apontar ao estudo das ciências humanas, é possível e necessário que obtenhamos respostas com validade e segurança muito próximas das pretendidas pelas ciências naturais. Tem sido, portanto, crescente a contestação ao determinismo absoluto das chamadas ciências duras e hoje a influência das explicações probabilísticas já perpassam até mesmo a física quântica ou a genética. Ao tempo em que avançam e se consolidam as práticas e técnicas de quantificação estatística e de projeções percentuais, entre outras.

Neste sentido, ao observar que os problemas de ordem científica podem ser divididos em teóricos (que implicam em hipóteses e observações), técnicos (usam

instrumentos) ou de ação (envolvem considerações valorativas), Antônio Carlos Gil (2002, p.41) lembra que é possível classificar as pesquisas em três grandes grupos, as exploratórias, as descritivas e as explicativas. Para a proposta deste estudo, concentrarmo-nos no primeiro tipo, que envolve quase sempre uma pesquisa bibliográfica, entrevistas com pessoas ligadas ao objeto em estudo e a análise de exemplos que ajudem a deslindar o problema. Em seu planejamento, as pesquisas exploratórias privilegiam enquanto método o levantamento bibliográfico e documental e o estudo de caso. Assim, para traçar um modelo conceitual que operacionalizasse nossa pesquisa, seu desenvolvimento foi delineado a partir dos procedimentos técnicos de coleta e análise de dados, inicialmente destacando os que se utilizam das fontes de papel e digitais, os livros, periódicos, documentos e arquivos eletrônicos disponíveis sobre o objeto estudado. Listando as principais vantagens da pesquisa bibliográfica, Gil (2002, p.45) aponta a possibilidade de “permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Cada estratégia de pesquisa tem suas vantagens e desvantagens, a depender do tipo de questão a ser levantada, mas também do controle que o pesquisador possa exercer sobre os eventos comportamentais, históricos ou contemporâneos. Neste sentido, sugere o pesquisador Robert K. Yin (2001, p.19) que o estudo de caso é efetivamente o mais indicado para abranger questões do tipo *como* e *por que*, quando o investigador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco estiver em fenômenos contemporâneos inseridos em contextos da vida real. Dentre as situações que lista como indicadas ao estudo de caso, encontram-se os estudos organizacionais, como é a proposta deste trabalho. Também a propósito da escolha pelo método, Gil (2002, p.54) lembra que o estudo

de caso é modalidade bastante utilizada em ciências sociais, consistindo “no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos”. Afirmção que justifica a nossa escolha, que foi baseada no desejo de abordar em profundidade o projeto *A Tarde na Escola* a partir das experiências contemporâneas de utilização do jornal na educação.

3.1. O ESTUDO DE CASO EM UM PROBLEMA DE EDUCAÇÃO

Considerado durante muito tempo como procedimento pouco rigoroso, o estudo de caso serviria apenas para estudos exploratórios, mas hoje é um dos mais indicados para pesquisar um dado fenômeno dentro do seu contexto real, quando os limites entre um e outro não são claramente percebidos. Dificuldade bastante familiar entre os pesquisadores da área social. Explica Yin (2001, p.22) que os estudos de caso não são apenas exploratórios, mas podem ser também descritivos, quando tratam uma seqüência de eventos interpessoais ao longo do tempo, descrevendo uma subcultura que raramente foi tópico de estudos anteriores e descobrindo seus fenômenos-chave. Podem ainda ser descritos como explanatórios, uma vez que o objetivo do pesquisador seja “propor explanações concorrentes para o mesmo conjunto de eventos e indicar como estas explanações podem ser aplicadas a outras situações” (YIN, 2001, p.23).

Conforme lembra Edivaldo Boaventura (2004, p.117), o estudo de caso surgiu como “instrumento de adequação do ensino jurídico ao espírito indutivo do common law”, ganhando instrumentalidade didática no século XIX, por intermédio do então diretor da Faculdade de Direito de Harvard, nos Estados Unidos da América,

Christopher Columbus Langdell. Foi ele, portanto, o inventor do método do caso, que provocou grande impacto no meio universitário norte-americano por volta de 1870, levando ao âmbito do Direito a técnica do uso de uma seleção específica de casos para analisar a legislação dos contratos e, com isso, estreitando as lacunas existentes entre o teórico e o prático. De acordo com Boaventura (2004, p.119), o método do caso representava “considerável efeito prático, empírico e indutivo de pensar e praticar o ensino jurídico”.

Na medida em que apreendia os princípios gerais, os padrões e as soluções do Direito, a partir sobretudo da análise dos *case study*, o aluno desenvolvia o raciocínio na análise concreta, na sucessão das fases e na peculiaridade de cada um. O método de caso, por conseguinte, “é uma forma do modo empírico de estudar e aprender indutivamente a prática do Direito” (BOAVENTURA, 2004, p.120). A partir do universo jurídico, sua utilização como método de pesquisa se expandiu para as áreas das ciências da saúde e posteriormente para as humanidades de uma maneira geral, principalmente a Administração, Economia e Educação.

Miriam Goldenberg (1997, p. 33) descreve a influência da tradição de pesquisa médica sobre o estudo de caso ao descreve-lo como “uma análise detalhada de um caso individual que explica a dinâmica e a patologia de uma doença dada”. Tal método defende que é possível adquirir-se conhecimento aprofundado do fenômeno a partir da exploração intensa de um determinado caso estudado. Para tanto, trata de reunir um grande volume de informações detalhadas, por meio de variadas técnicas de pesquisa, a fim de buscar apreender e descrever toda a complexidade de um caso concreto. Não se propõe à neutralidade, na medida em que procura destacar as diferenças internas e os comportamentos desviantes de uma eventual média que possa ser aplicada.

Auxiliado pelas entrevistas em profundidade, o estudo de caso pretende revelar o significado de dada situação para os indivíduos nela envolvidos, que seria portanto mais amplo que o apurado através de questionários. Goldenberg (1997, pp.34-35) defende que "não é possível formular regras precisas sobre as técnicas utilizadas em um estudo de caso porque cada entrevista ou observação é única: depende do tema, do pesquisador e de seus pesquisados". Desse modo, o pesquisador deve esperar lidar com um volume muito grande de variáveis e descobertas inesperadas, sendo obrigado a dar novos sentidos e orientações ao seu estudo.

3.2 A UNIDADE DE ANÁLISE

Em nosso caso, procuramos aprofundar as situações que envolvem estudos descritivos e explanatórios, lembrando que cada estratégia implica em uma lógica e maneira diferentes de coletar dados e analisar provas empíricas, com suas próprias vantagens e armadilhas. O estudo de caso mais uma vez mostra-se mais adequado ao objeto em foco, que é permeado por relações operacionais que necessitam ser traçadas ao longo do tempo, em vez de serem encaradas como meras representações ou incidências. Como deve ser a avaliação crítica do processo de formação de novos leitores através do programa *A Tarde na Escola*.

Portanto, dentre os propósitos que nortearam nossa escolha para este tipo de método, estão: descrever o contexto efetivo em que se realizou a investigação, facilitando a formulação de hipóteses e a definição de questões norteadoras de pesquisa, além de explicar as variáveis causais do fenômeno em situações muito complexas para o mero uso de levantamentos ou experimentos. Sendo a

flexibilidade uma das principais características dos estudos de caso, era de se esperar que não seria possível estabelecer um roteiro muito rígido para o desenvolvimento da nossa pesquisa. Mas sempre podemos tomar como orientação as etapas mais comumente apontadas para este tipo de delineamento, desde a formulação do problema, definição da unidade-caso, coleta, avaliação e análise de tais dados, até a preparação do relatório final.

Ponto de partida para qualquer pesquisa, a formulação do problema em si já demanda um grande esforço de reflexão e aprofundamento a partir do tema eleito, que deve necessariamente ser passível de verificação por meio deste tipo de abordagem metodológica. De fato, o estudo de caso tem sido adequadamente utilizado para a abordagem de problemas de caráter exploratório, como é a intenção do nosso olhar sobre o programa *A Tarde na Escola*, também permitindo identificar e destacar os seus efeitos sobre o público ao qual é destinado, ou seja, os alunos, professores e coordenadores pedagógicos atendidos pela iniciativa. Nossa unidade de análise - está claro - é o projeto *A Tarde na Escola* dentro do seu contexto sócio-histórico e com um recorte temporal que contempla desde o seu período de implantação até o momento atual.

3.3 AS FASES

Formulado o problema e construídas as hipóteses, com a necessária operacionalização das variáveis implicadas, foram definidos os caminhos que levaram a uma abordagem que contempla as avaliações dos próprios sujeitos envolvidos, desde os gestores e coordenadores do programa *A Tarde na Escola* até os diretores, coordenadores pedagógicos e professores envolvidos na iniciativa,

usando ainda como parâmetros os levantamentos estatísticos com resultados e diagnósticos de responsáveis por programas do gênero em todo o Brasil, bem como de um grupo representativo de professores da rede municipal de ensino em Salvador.

A partir daí, tratou-se da coleta de dados e posterior análise e interpretação destas informações, feitas a partir de parâmetros preferencialmente qualitativos, mas sem desprezar o precioso suporte das análises estatísticas, até a apresentação final dos conclusões. Neste sentido, é de suma importância destacar a distinção apontada por Gusmão (2001, p.75) entre observar interagindo, como ocorre na esfera do senso comum, e observar com método, a fim de levantar dados para amparar uma construção teórica. Nestes casos, é necessário uma atitude específica, um olhar treinado, que não apenas descreve o que vê, mas tenta compreender os objetos estudados em sua singularidade e na relação com a realidade em que está inserido.

Não compreender tais aspectos "leva à incoerência metodológica e acarreta sérias consequências quanto ao que se observa, como e porque, fazendo com que entre o objetivo e o objeto se instaure uma confusão" (GUSMÃO, 2001, p.76). Em tais situações, ocorre de se confundir o tema da investigação, sua problemática e o objetivo da pesquisa. O objeto da pesquisa é uma construção intelectual que não existe como produto acabado da realidade, mas ganha sua existência no próprio percurso da pesquisa. A autora distingue três momentos da relação com o objeto pesquisado. Antes, quando ele é apenas uma idéia a ser formulada e organizada em relação a tudo o que já existe e lhe diz respeito. Durante o processo de observação, coleta, classificação e interpretação de dados, no trabalho de campo propriamente dito. E depois, já distante da realidade observada, quando é preciso relatar

objetivamente tudo aquilo que permeou a relação entre pesquisador e objeto de estudo. E completa, afirmando que "o eixo organizador de todos os momentos é, sem dúvida, o objetivo que se colocou no início da caminhada e a perspectiva teórica que o informa" (GUSMÃO, 2001, p.77).

Lembra a educadora que para se fazer pesquisa é preciso ter claro o olhar com que se olha, o modo como se olha e saber o lugar de onde se olha, pois cabe ao pesquisador "sempre ser um estrangeiro, ou seja, ser membro do grupo, estar próximo dele e, ao mesmo tempo, ser um outro" (GUSMÃO, 2001, p.81). Propõe, como desafio que molda o pesquisador, "desconfiar das verdades postas e relativizar constantemente nossas próprias descobertas" (GUSMÃO, 2001, p.86).

3.4 A ETAPA EXPLORATÓRIA

Neste tipo de pesquisa, o processo de coleta de dados para a construção de um estudo de caso deve envolver sempre mais de uma técnica, o que pode ser fundamental para garantir a qualidade dos dados apurados. Neste sentido, adverte Gil (2002, p.140) que "os resultados obtidos no estudo de caso devem ser provenientes da convergência ou da divergência das observações obtidas de diferentes procedimentos". Assim diminui-se a influência da subjetividade do pesquisador sobre a análise dos dados, ajudando a validá-los. Ao lançar mão das fontes de evidência, o estudo de caso busca conferir significado a seus resultados. Mais ainda, para o autor este é o delineamento mais completo em termos de coleta de dados, pois utiliza tanto dados numéricos, quantitativos, quanto "mediante análise de documentos, entrevistas, depoimentos pessoais, observação espontânea, observação participante e análise de artefatos físicos" (GIL, 2002, p.141). Em nossa

pesquisa, o estudo e interpretação dos dados envolveram modelos de análise os mais diversos, embora de natureza predominantemente qualitativos. Para o trabalho, nos valemos do concurso de diversos procedimentos, como a leitura e análise de documentos (planejamentos, relatórios, avaliações), a observação de eventos promovidos pelo programa (palestras, oficinas, seminários) e a entrevista direta.

Para o encaminhamento da pesquisa proposta, primeiro foi feita uma revisão de literatura a fim de aprofundar e atualizar questões como a importância do ato de ler no desenvolvimento da consciência crítica; os conceitos e estruturas pedagógicas disponíveis para o entendimento dos processos de ensino e aprendizagem da leitura e da interpretação de textos; o referencial teórico e histórico do uso do jornal como instrumento pedagógico e também os estudos realizados e as experiências promovidas com o jornal em sala de aula em várias cidades brasileiras. Foram pesquisados também os endereços eletrônicos de instituições ligadas tanto ao jornalismo (a exemplo da Associação Nacional de Jornais e da World Association of Newspapers, além de veículos de comunicação que desenvolvem programas educativos) quanto à área educacional (como o Ministério da Educação e a própria Unesco).

3.5 OS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Ao buscar estabelecer parâmetros de condução e avaliação dos dados a serem coletados, optamos por uma abordagem de aspectos qualitativos, mas buscando sempre o bom uso das informações quantitativas, evidenciando a postura de Boaventura (2004, p.56), quando lembra que “há quem não aceite a dicotomia quantitativo *versus* qualitativo”. Para ele, em ciências sociais, sobretudo em

educação, esta abordagem mais ampla facilita a obtenção direta de dados complexos, contextualizados em seu próprio ambiente natural. Neste tipo de pesquisa, “os investigadores, interessando-se mais pelo processo do que pelos resultados, examinam dados de maneira indutiva e privilegiam o significado”, conforme Robert Bogdan e Savi Biklen (apud BOAVENTURA, 2004, p.56).

Com relação ao controle sobre eventos comportamentais, Yin (2001, p.27) lembra que o estudo de caso “é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes”. Para tanto, dispõe de duas fontes de evidência que não podem ser usadas nas pesquisas históricas, que são a observação direta e as entrevistas. Recursos que buscamos utilizar em boa medida, a partir da larga experiência profissional adquirida no exercício do jornalismo diário. Neste sentido, lembramos que as entrevistas realmente costumam envolver relações sociais bem mais amplas que a técnica costuma abarcar, mostrando-se – contudo – adequadas e úteis no levantamento dos conhecimentos, memórias e expectativas, bem como dos sentimentos, desejos e convicções de cada indivíduo pesquisado, mas igualmente a propósito de suas razões, explicações, justificativas e pareceres sobre o tema proposto.

A pesquisa em educação vale-se com freqüência do diálogo multidisciplinar na solução de vários dos seus problemas em relação a referências e instrumentos como os de pesquisa de campo. Em geral, utiliza para isso as entrevistas e os questionários. Antes mesmo de optar por um destes instrumentos, é necessário levar em consideração que não faz sentido contrapor métodos quantitativos com qualitativos, pois a questão está realmente em selecionar os meios mais adequados ao problema que se deseja investigar, até mesmo buscando combinar abordagens

distintas para o mesmo objeto, valendo-se das características mais apropriadas em cada uma delas.

O recurso da entrevista foi escolhido, portanto, por adequar-se melhor ao perfil dos pesquisados, abrindo mão da maior rapidez e facilidade de aplicação dos questionários, em troca de uma condução mais personalizada, que inclusive não exigia anonimato, distanciamento ou maior qualificação nas respostas. As perguntas, por seu turno, procuraram limitar-se a fatos, mesmo quando abordaram as avaliações individuais sobre os eventuais sucessos e avanços obtidos com o projeto. Estas avaliações foram tratadas da maneira mais objetiva possível, buscando validar os relatos com a justificação técnica e a descrição dos procedimentos e critérios de classificação dos resultados. Foi possível, também, aplicar uma combinação específica de questões tanto para professores quanto para diretores ou coordenadores pedagógicos. Foram igualmente considerados aspectos como maior ou menor tempo, disposição e entusiasmo dedicados ao projeto. Tal flexibilidade seria muito difícil de viabilizar com o uso de questionários ou formulários. Com isso, foi possível manter o foco sobre o tema específico, conservando um perfil totalmente estruturado, ou seja, as entrevistas foram realizadas a partir de uma relação fixa de perguntas básicas (modelo em apêndice), aproveitando, neste caso, as melhores características da técnica de formulário.

O tipo de pergunta utilizado foi escolhido com a intenção de estabelecer relação entre o maior número possível de variáveis que interferem na definição do problema. Outros aspectos foram igualmente observados neste momento. As questões foram formuladas previamente, de maneira direta e limitando-se a aspectos estritamente relevantes ao assunto, adequadas aos conhecimentos e experiências dos entrevistados e com o cuidado de não sugerir respostas ou não

suscitar dubiedades, vaidades, resistências ou má interpretação. Neste sentido, foi de considerável valia a experiência de mais de 20 anos de jornalismo diário, na condução técnica de entrevistas pessoais. Uma pré-testagem também validou a eficácia dos instrumentos em relação aos objetivos propostos. O método que adotamos também se mostrou o mais indicado para lidar com questões contextuais, como sugere Yin (2001, p.34) ao afirmar que “certos trabalhos da área jornalística podem ser qualificados como estudo de caso”.

De maneira geral, um projeto de pesquisa exige o desenvolvimento de uma estrutura teórica que não apenas auxilie na definição do objeto a ser pesquisado e na coleta adequada de dados, mas, conforme destaca o autor (YIN, 2001, p.54), que possa também tornar-se o veículo principal para a generalização dos resultados. Para aumentar a validade do constructo, ele recomenda utilizar várias fontes de evidência, que devem ser encadeadas e submeter o rascunho do relatório à revisão por parte de informantes-chave. É preciso, ainda, certificar-se de que as descobertas realizadas são generalizáveis além do estudo imediato. O indicado, nestes casos, seria tentar generalizar as descobertas para uma teoria. Finalmente, o projeto deve ter confiabilidade, o que se consegue a partir de cuidados específicos com a documentação levantada e o desenvolvimento de um banco de dados (YIN, 2001, 57-60).

A coleta de evidências deveria, portanto, se valer de fontes distintas, entre documentos e artefatos, observações diretas e entrevistas. Com o cuidado de observar alguns princípios básicos, como buscar fontes de evidência diversas, encadeadas explicitamente a partir das questões apresentadas, dos dados coletados e das conclusões a que se chegou. Pois, conforme indica Yin (2001, p.180-185), um bom estudo de caso deve ser significativo, completo, considerar

perspectivas alternativas, apresentar evidências suficientes e ser elaborado de maneira atraente. Por conta disso, também na elaboração dos relatórios de estudos de caso é possível encontrarmos um grau de formalidade pouco menor que em outras modalidades de pesquisa. A tendência atual indica o sentido de formatar a apresentação dos resultados do estudo de forma semelhante a dos demais relatórios de pesquisa, com a apresentação do problema, metodologia utilizada, resultados verificados e conclusões alcançadas. “É uma forma de demonstrar que o estudo de caso constitui procedimento científico e não tem propósitos literários” (GIL, 2002, p.142).

3.6 MODELO DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Precisávamos, então, definir um modelo para a análise e interpretação dos dados levantados. Ao contrário do que ocorre em outros delineamentos de pesquisa, estas etapas não são muito fáceis de estabelecer em estudos de caso. Em geral, algumas pesquisas são finalizadas com a simples apresentação dos dados coletados ou então seguem diretamente para a interpretação, buscando os significados mais amplos possíveis de se conseguir. Por isso é tão importante neste tipo de trabalho a preparação de um plano de análise que leve em consideração a qualidade da amostra escolhida. Como o nosso objetivo era verificar se o programa *A Tarde na Escola* efetivamente levou ao desenvolvimento e aprofundamento de consciência crítica entre os estudantes contemplados, foi preciso definir como evidenciar tal fato.

A escolha seguiu no sentido de ouvir os coordenadores do projeto, professores e demais profissionais envolvidos, identificando igualmente os

instrumentos e procedimentos por eles utilizados no desenvolvimento do programa. Neste sentido, buscamos questioná-los sobre os resultados que pretendiam atingir e os efetivamente verificados, bem como sobre quais mecanismos foram utilizados nesta avaliação. Com relação aos estudantes, era preciso saber como foi feito para mensurar o nível de consciência crítica que traziam do seu passado escolar e quais foram os ganhos efetivos verificados com a adesão ao programa. Assim, na definição do grupo de educadores a ser pesquisado, optamos por uma amostragem por cotas, levando em consideração as propriedades que consideramos mais relevantes para o fenômeno a ser estudado, como o tempo de trabalho junto ao programa, o interesse demonstrado e o nível de engajamento realmente verificado, ao longo do tempo.

No momento de produzir o relatório, foi necessário descrever cuidadosamente os dados obtidos, transcrevendo o conteúdo dos documentos analisados e as observações registradas em entrevistas. Bem como indicar de maneira clara como tais informações foram coletadas. A análise e interpretação dos dados buscou estabelecer ligações entre os resultados obtidos e outras conclusões já conhecidas, a partir de estudos realizados antes, como a pesquisa promovida pela Secretaria Municipal de Educação de Salvador e o levantamento realizado pela ANJ, ambos no final do ano passado. Por fim, a codificação dos dados foi feita a partir de categorias previamente definidas e contempladas pelo roteiro de entrevistas. Foram elas, após o estabelecimento do perfil do entrevistado: as técnicas de uso do jornal em sala de aula mais utilizadas, o interesse dos alunos pela leitura, sua capacidade de compreensão de textos, de crítica, contextualização e criatividade, sucesso escolar e adequação do programa, além do levantamento de sugestões no sentido de aprimorá-lo.

4 OS RESULTADOS DA PESQUISA

Tomando como ponto de partida a fundamentação das bases teóricas propostas para orientar nosso estudo, validadas inclusive pelos levantamentos promovidos pela ANJ e Prefeitura de Salvador, foi possível realizar uma abordagem ampla e aprofundada do programa *A Tarde na Escola*. Neste sentido, documentos foram analisados e comparados com a filosofia, a estrutura e a própria dinâmica do seu funcionamento; entrevistas foram feitas com os assessores pedagógicos e outros funcionários do jornal de alguma maneira envolvidos com a iniciativa; mas também foi utilizada uma intensa observação participante, com a troca de experiência entre pesquisador e vários dos professores, diretores e coordenadores pedagógicos durante a realização de oficinas, palestras e outras atividades do programa.

Neste capítulo, estão os relatos descritivos e analíticos das características e do funcionamento de *A Tarde na Escola*, assim como do trabalho de campo, contendo os resultados da investigação. Para a análise de conteúdo, foram levados em consideração os pressupostos básicos da técnica, que implica na descrição do conteúdo manifesto e latente das comunicações. Para tanto, foram identificadas as três fases apontadas por Gil (2002, p.89) ao tratar do tema, que são a pré-análise, envolvendo a escolha dos documentos e a definição da estrutura básica do roteiro para as entrevistas; a exploração do material, incluindo as fases de definição das unidades de análise, enumeração e classificação; e o tratamento e interpretação dos resultados. Lembrando, mais uma vez, que a análise de conteúdo pode ser – como efetivamente o foi – tanto qualitativa quanto quantitativa, com um pressuposto orientando, balizando e legitimando o outro.

4.1 O PROGRAMA A TARDE NA ESCOLA

Criado em março de 1996, o programa, *A Tarde na Escola* iniciou a experiência com apenas três unidades escolares, a partir do objetivo declarado de estimular o desenvolvimento para uma educação interativa, observando as múltiplas linguagens da comunicação, com enfoque na formação social e integral do sujeito a partir do seu contexto, colaborando na aquisição de competências crítica e ética, através do uso sistemático do jornal em sala de aula.

Atende, em 2005, a 76 instituições de ensino na Bahia, sendo 62 escolas públicas e 14 particulares ou ligadas a organizações não-governamentais, nas cidades de Salvador, Catu, São Sebastião do Passe, Vera Cruz e Itaparica. Embora não haja como precisar a quantia exata, estima-se que mais de 3.000 alunos de escolas particulares e de 60.000 das redes públicas estadual e municipal são atendidos por algumas das atividades desenvolvidas pelo programa, que trabalha essencialmente com crianças e adolescentes do ensino fundamental e médio, com idade escolar entre 11 e 18 anos, além de professores, diretores, orientadores e coordenadores pedagógicos.

Não há jornalistas diretamente envolvidos na iniciativa, os trabalhos são geridos e conduzidos por dois assessores pedagógicos ligados à área de projetos especiais da empresa. Diariamente, um exemplar do jornal é entregues às escolas municipais, estaduais ou ligadas a organizações não-governamentais que integram o programa. Além disso, todas as quartas-feiras são distribuídos 1.850 exemplares do suplemento semanal Caderno 10 e mais 3.206 encalhes. Regularmente, são realizadas visitas de estudantes à redação e oficinas gráficas do jornal. No início de cada ano letivo, é promovido um encontro com os diretores, professores e

coordenadores pedagógicos envolvidos no projeto para o planejamento e realização de seminários, oficinas e outras atividades.

Ao apontar as justificativas gerais que orientam o programa, seus gestores, Walter Von Czékus Garrido e Etelvina Maria Moura Costa (2005), afirmam que “os veículos de comunicação trabalham com dados que são pressupostos fundamentais à formação escolar e profissional”. Para eles, a escola e o jornal estabelecem uma parceria fundamentada na “necessidade de criar processos que possibilitem a inserção de estudantes e professores na contemporaneidade sem perder de vista o sentido ético-político que norteia a construção da cidadania”.

O objetivo básico do programa é enunciado como o desenvolvimento de uma educação interativa, observando as múltiplas linguagens da comunicação, com enfoque na formação social e integral do sujeito, a partir do seu contexto, colaborando na aquisição de competência crítica e ética por parte de alunos e professores através do uso sistemático do jornal na sala de aula. Em relatório onde avalia e propõe ações a serem desenvolvidas pelo programa, Garrido (2005, p.1) informa:

O A Tarde na Escola funciona durante todo o ano letivo atuando nas escolas integradas com os professores representantes através de oficinas pedagógicas periódicas para análise e produção de textos, promoção de cursos sobre informação, comunicação e educação, além de seminários para troca de experiências entre os diversos níveis e segmentos de ensino em que nós atuamos. Os processos de aprendizagem estão voltados para a criação e desenvolvimento de ações norteadoras, focados no planejamento das práticas leitoras com jornal. Periodicamente são feitas visitas às escolas parceiras para avaliação dos resultados.

O público alvo definido pelo programa é formado principalmente por crianças e adolescentes do ensino fundamental e médio, com idade escolar entre 11 e 18 anos, além de professores, diretores, orientadores e coordenadores pedagógicos de

escolas municipais de Salvador, São Sebastião do Passé, Catu, Itaparica e Vera Cruz, bem como colégios estaduais, particulares e ligados a organizações não-governamentais da capital baiana. Para se filiar ao programa é necessário que a instituição de ensino tenha em seu projeto pedagógico ações interdisciplinares e atividades continuadas e de reforço à prática da leitura. Um termo de compromisso é assinado com o jornal, quando a escola se compromete em indicar um representante, no mínimo, para participar de todos os encontros e eventos promovidos.

4.2 O TRABALHO COM O JORNAL

A sistemática de atuação do programa *A Tarde na Escola* é marcada, principalmente, por encontros onde se realizam oficinas pedagógicas para análise e produção de textos com enfoque nos denominados temas transversais, como ética, pluralidade cultural, trabalho e consumo, sexualidade, saúde, meio ambiente e tecnologia, observando os princípios norteadores da educação nacional, a partir das especificidades e particularidades do entorno. Outras ações específicas realizadas são os cursos sobre comunicação e educação, seminários para a troca de experiências entre os diversos níveis e segmentos de ensino abarcados pelo programa, onde acontecem debates sobre educação e exercícios orientados com jornal. Também são feitas visitas às escolas para acompanhamento das atividades planejadas e desenvolvidas.

Para um melhor aproveitamento das atividades sugeridas pelo programa, são previamente definidas questões como a escolha de uma pessoa ou grupo, por turno, para ficar responsável pelo recebimento dos exemplares (cortesia diária, o Caderno

10 e encalhes semanais), bem como de espaço e condições de armazenamento dos jornais. Com relação ao trabalho com os diversos tipos de textos (noticiosos, reportagens, opiniões, fotos, ilustrações, classificados etc) sugerem critérios que envolvem reuniões periódicas com os professores para seleção do material, articulação entre os responsáveis pelas diversas áreas do conhecimento para a construção de uma rede de aprendizagem, escolha de local de fácil acesso para consultas e seleção de material.

Algumas das sugestões apresentadas aos professores são a criação de um momento de leitura do jornal em sala de aula; montagem de hemerotecas nas bibliotecas ou na própria sala de aula; comentários sobre as matérias, manchetes, reportagens, cartas do leitor e fotos do dia; exposição do material trabalhado durante as aulas através de painéis; interpretação oral e escrita de notícias com o preenchimento de fichas onde são listadas as características do material, assunto e opinião do aluno; leitura de matérias para debate com os colegas; elaboração de jornal semanal com a opinião da turma sobre os assuntos abordados; pesquisas escolares a partir de temas noticiados no jornal; oficinas para a dramatização ou criação de músicas (por exemplo, um rap, cujo ritmo facilita a assimilação) a partir de notícias selecionadas; ou ainda o levantamento dos temas tratados e a leitura comparativa entre jornais diferentes.

Em 2004, quando os coordenadores do programa escolheram como eixo transversal temático do ano a questão do lixo e cidadania, as ações desenvolvidas envolveram um seminário com o tema Meio Ambiente e Educação e a realização de encontros por segmento – ou seja, com um dia dedicado aos representantes de escolas municipais da capital, outro para as do interior, as estaduais e as particulares ou mantidas por ONGs – para a distribuição e explicitação da

sistemática de uso de um guia geral do programa. Também aconteceram oficinas de jornal mural; a promoção de sessões especiais de cinema, com uma série de atividades posteriores vinculadas à temática dos filmes assistidos; encontros para conversas com jornalistas e colunistas do jornal; oficinas sobre intertextualidade; produção de fanzines; seminário sobre multireferencialidade e troca de experiências sobre o uso do jornal em sala de aula.

Neste ano de 2005, os primeiros encontros aconteceram entre os dias 25 e 29 de abril, na sede do jornal, contando inclusive com a presença deste pesquisador, na qualidade de observador participante e interlocutor em debates sobre as especificidades da linguagem jornalística e a estrutura e funcionamento de uma empresa de comunicação social. Foram realizadas oficinas sobre como aproveitar os diversos textos que ele oferece, bem como avaliações e sugestões para o desenvolvimento futuro do projeto. O programa *A Tarde na Escola* teve, ainda, oficinas de orientação para a montagem de jornal mural, no período de 6 a 10 de junho de 2005.

O planejamento anual prevê para a semana de 15 a 19 de agosto de 2005 uma oficina sobre o desenvolvimento de linguagens a partir do texto jornalístico e o seminário intitulado *Jornal, currículo e epistemologia: uma discussão sobre o conhecimento*, marcado para o dia 26 de outubro de 2005, entre outras ações ainda em planejamento, como o Baú de Leitura, as Jornadas Ampliadas de Leitura, encontros para a formação de monitores, o Concurso Jovem Repórter, exibição de filmes de cinema nacionais e educativos e as visitas programadas ao jornal e à emissora de rádio do grupo de comunicação A Tarde.

Entre as questões levantadas durante as oficinas de avaliação do programa, das quais participei como observador e palestrante, a maioria dos professores e

educadores apontaram a necessidade de uma presença e acompanhamento mais efetivos de algum profissional do jornal junto às escolas no desenvolvimento das atividades cotidianas com o jornal em sala de aula e a reestruturação do Caderno 10 nos moldes originais ou criação de um outro suplemento, ainda que destinado exclusivamente à circulação entre as escolas, mas abrindo espaço à participação de alunos e professores, tanto no que diz respeito à cobertura quanto ao aproveitamento de textos e outras experimentações.

Neste sentido, cabe esclarecer que o suplemento semanal Caderno 10 foi criado em abril de 1996 e, até dezembro de 2000, era destinado à divulgação de eventos exclusivamente ligados à área escolar, artigos educacionais e produção das próprias escolas (educadores e estudantes) e outras instituições afins. A partir de então, a empresa tomou a decisão de adotar uma nova estratégia, passando a destinar a publicação ao público jovem, com outro perfil, menos comprometido com uma linha editorial dedicada a questões didáticas.

4.3 TRABALHO DE CAMPO

As entrevistas com os educadores ligados ao programa *A Tarde na Escola* foram realizadas no período entre 1 e 8 de junho de 2005. A pesquisa de campo envolveu entrevistas pessoais semi-estruturadas (ou seja, a partir de um roteiro prévio de perguntas elaboradas sob orientação das questões norteadoras deste estudo, conforme modelo anexo) com 15 professores que participam regularmente das atividades do programa *A Tarde na Escola*. Tal conjunto corresponde a uma amostra de aproximadamente 20% das 76 instituições de ensino atualmente cadastradas junto ao programa.

Observando o critério de proporcionalidade, foram ouvidos cinco professores de escolas públicas municipais (uma vez que 27 delas integram o programa) e dois de escolas estaduais localizadas em Salvador (que são em oito, no total), outros dois de escolas municipais da localidade de São Sebastião do Passe (para oito que participam do programa), um de Catu (são sete, no total), um de Itaparica (seis no programa) e um de Vera Cruz (também seis), além de um que leciona em colégio particular (para cinco representantes da rede privada) e outros dois ligados a organizações não-governamentais (que são em nove as inscritas no programa, conforme tabela abaixo).

Tabela 1 – Instituições de ensino

Instituições de ensino	Quantidades	Amostra de 20%
Municipais de Salvador	27	5
Estaduais de Salvador	8	2
Municipais de São Sebastião do Passé	8	2
Municipais de Catu	7	1
Municipais de Itaparica	6	1
Municipais de Vera Cruz	6	1
Particulares	5	1
ONGs	9	2
Totais:	76	15

O perfil médio apurado entre estes educadores indicou uma maioria de 73,3% de mulheres, contra 26,7% de docentes do sexo masculino, com idade de 43 anos. Quase todos os entrevistados têm nível superior completo, contra apenas um que concluiu o ensino médio.

Uma maioria igualmente significativa de 80% realizou pelo menos um curso de especialização em áreas como gestão educacional, metodologia do ensino ou psicopedagogia, entre outras. Igual proporção de 80% pertence à rede pública, enquanto que os 20% restantes se dividem entre instituições privadas e organizações não-governamentais.

Entre as funções e atividades exercidas, encontramos 53,3% de professores, 13,3% de diretores e 13,3% de vice-diretores, além de coordenador pedagógico, assistente de coordenação e bibliotecária, com uma indicação cada.

Os professores, por sua vez, são em sua maioria dedicados ao ensino de Língua Portuguesa (75%), seguindo-se as disciplinas de História (25%), Filosofia e Espanhol (12,5% cada).

É necessário observar que, neste item, o total dos resultados não soma exatamente 100% em razão de alguns entrevistados trabalharem com mais de uma disciplina simultaneamente. Tais números são muito próximos do que foi revelado na pesquisa da Prefeitura de Salvador, onde uma maioria de 60% informou também dedicar-se a ensinar Português. Este, inclusive, foi o único ponto coincidente, conforme podemos conferir na próxima tabela:

Tabela 2 – Disciplinas ensinadas

Disciplina	Entrevistas	levantamento da Prefeitura
Português	75%	60%
História	25%	-
Filosofia	12,5%	-
Espanhol	12,5%	-
Séries Iniciais	-	20%
Ciências	-	13,3%
Geografia e Cultura Baiana	-	6,6%

Os educadores ouvidos em nossa pesquisa de campo revelaram que estão, em média, há 9,7 anos no cargo e há cerca de 4,8 anos trabalhando com o programa *A Tarde na Escola*, sendo que os mais novos estavam iniciando a experiência somente a partir deste ano letivo, enquanto os mais antigos participam das atividades desde a sua implantação, há cerca de nove anos, acumulando experiência em relação ao programa.

A metodologia adotada mais freqüentemente por eles para o trabalho com jornal em sala de aula envolve, por ordem, os exercícios de leitura, interpretação e compreensão de texto (que mereceram 53,3% das respostas), a investigação da linguagem jornalística e sua tipologia textual (40%), a elaboração de jornal mural e como material de pesquisa (33,3% cada), a discussão em classe de temas noticiados (26,5%), a confecção de jornal escolar, análise do funcionamento e estrutura de uma empresa jornalística e os exercícios de recorte e colagem (que tiveram 13,3% de respostas, cada). Neste caso, é preciso observar que os

entrevistados também puderam apontar em suas respostas mais de um tipo de trabalho preferido.

Por sua vez, com relação às atividades mais realizadas com o jornal em sala de aula, os professores da rede municipal apontaram, no levantamento realizado pela Prefeitura do Salvador, em primeiro lugar a interpretação e construção de texto (32% das indicações), confecção de cartazes, murais e painéis (21%) e a realização de seminários (em 8% dos casos). Números que, mantidas as proporções médias, mais uma vez revelam correspondência com o que foi apurado durante nosso próprio trabalho de campo. Tal afirmação pode ser conferida na tabela comparativa que se segue:

Tabela 3 – Comparativo da metodologia mais utilizada em sala de aula

Metodologia	entrevistas	levantamento da Prefeitura
Leitura e interpretação de textos	53,3%	32%
A linguagem jornalística e tipologia textual	40%	
Confecção de jornal mural, cartazes etc	33,3%	21%
Como material para pesquisa	33,3%	
Discussão de matérias e reportagens	26,5%	
Confecção de jornal escolar	13,3%	
Análise do funcionamento e/ou estrutura de empresa jornalística	13,3%	
Exercícios de recorte e colagem	13,3%	
Realização de seminários		8%

A título de comparação, vale lembrar que o periódico impresso é visto como recurso pedagógico válido por todos os 15 professores municipais da 5^a à 8^a séries, entrevistados durante o levantamento da Prefeitura de Salvador, no ano passado. De acordo com o relatório que avalia os resultados deste trabalho, o jornal contribui para a inovação de sua prática docente de forma boa (53,4% das respostas) ou excelente (40%), com apenas 6,6% que vêem a contribuição de modo regular.

O roteiro de entrevista oferecido aos professores que compõem a amostra deste estudo incluiu, também, questionamentos sobre os projetos por eles desenvolvidos a partir da experiência com *A Tarde na Escola*, o eventual aumento de interesse dos alunos por leitura de uma maneira geral, o desenvolvimento de criatividade e da capacidade de compreensão de textos, a formação de alunos mais conscientes e críticos, o sucesso escola e o conteúdo noticioso do jornal *A Tarde* em relação às suas necessidades pedagógicas específicas, além de abrir espaço para sugestões destinadas a aprimorar a iniciativa. As respostas estão tabuladas abaixo:

Tabela 4 – Projetos e experiências com jornal em sala de aula

- Há alguma experiência relacionada ao programa que você gostaria de relatar?

Resposta	Percentual
Estímulo à leitura	26,6%
Jornal mural	20%
Debates em sala de aula a partir de matérias publicadas	6,7%
Produção de textos dissertativos	6,7%
Jornal falado	6,7%
Jornal e poesia	6,7%
<i>Não responderam</i>	26,6%

Como resposta a este item, cabe ressaltar que a predominância das experiências até então acumuladas com a utilização do periódico impresso em sala de aula concentra-se nas atividades de estímulo à leitura, podendo-se adicionar como exercícios correlatos ou dele decorrentes os debates sobre fatos, temas e eventos noticiados através das notícias publicadas e a produção de textos dissertativos.

É lógico supor que este fato decorre diretamente das próprias características de conteúdo e objetivos pedagógicos da disciplina de Língua Portuguesa, já identificada como maioria entre os professores que participam de iniciativas que envolvam o jornal em sala de aula. A eventual diversificação no leque de disciplinas curriculares trabalhadas pelo programa – que é sugerida e mesmo recomendada por pesquisadores e pelos coordenadores do sub-comitê de Jornal na Educação da ANJ - deve vir acompanhada por correspondente ampliação, em termos quantitativos e qualitativos, das atividades e experiências desenvolvidas.

Tabela 5 – Interesse pela leitura

- *O programa tem contribuído para aumentar o interesse dos seus alunos pela leitura?*

resposta	percentual
Sim	86,6%
Ainda não	6,7%
<i>Não respondeu</i>	6,7%

A expressiva margem de respostas positivas ao questionamento sobre aumento no interesse pela leitura, o que é corroborado pelos resultados obtidos pelo levantamento da Secretaria Municipal de Educação de Salvador (onde 26,6% dos professores pesquisados declararam que a leitura de jornal é uma excelente contribuição para aumentar o número de alunos leitores, somados aos 46,6% que consideram a contribuição boa e outros 26,6% regular), deixa evidente a opinião destes educadores. Assentados sobretudo a partir da vivência diária em sala de aula, quase todos os educadores entrevistados apontam o jornal como instrumento efetivo no estímulo, desenvolvimento e consolidação do hábito de ler entre estudantes.

Tabela 6 – Desenvolvimento de criatividade e capacidade de compreensão

- *Os alunos que participam do projeto têm conseguido desenvolver a criatividade e uma maior capacidade de compreensão de textos?*

Resposta	percentual
Sim	86,6%
Não, o trabalho com jornal em sala está apenas iniciando	6,7%
Não pode avaliar tal fato em curto prazo	6,7%

Também nesta questão a experiência prática dos professores confere ao periódico impresso uma ampla margem de confiança do tocante à capacidade de desenvolver a criatividade e capacidade de interpretação e compreensão de textos. É importante notar, a respeito, que entre as respostas negativas não há sequer uma única que rejeite *a priori* o veículo, mas justificam-se em razão dos trabalhos com o

jornal em sala estarem apenas começando ou ainda não terem condições de avaliar a questão em curto prazo. O que rigorosamente resultam em ser a mesma coisa. Comentário semelhante pode ser conferido à pergunta seguinte do roteiro de entrevistas, que aborda a formação de consciência crítica e capacidade de contextualização, onde os percentuais obtidos são ainda mais expressivos, conforme podemos conferir abaixo:

Tabela 7 – Formação de consciência crítica e capacidade de contextualização

- *A leitura regular de jornal incentiva a formação de alunos mais conscientes, mais críticos e aptos a relacionar eventos a contextos?*

resposta	percentual
Sim	93,3%
<i>Não respondeu</i>	6,7%

Tabela 8 – Critérios de avaliação

- *Como você verifica tal fato? (apenas para os que responderam sim à questão anterior):*

resposta	percentual
<i>Não souberam ou não quiseram responder</i>	57%
Avaliação processual e qualitativa, formação de lideranças, observação direta do comportamento dos alunos, produção em sala de aula etc	43%

Com relação à maneira como os professores avaliam o desenvolvimento de tais habilidades, embora a maioria tenha preferido ou não teve condições de responder, é possível constatar que os mecanismos adotados são essencialmente processuais, baseados na observação direta e continuada das turmas de alunos. O que se dá através de suas intervenções verbais e da realização dos trabalhos escolares, mas sugerindo inclusive a melhoria das notas obtidas em provas, como comprovam as respostas dadas à questão seguinte da entrevista, reproduzida a seguir:

Tabela 9 – Sucesso escolar

- *O jornal contribui para o sucesso escolar dos alunos envolvidos no programa?*

resposta	percentual
Sim	93,3%
<i>Não respondeu</i>	6,7%

A questão final da entrevista diz respeito ao conteúdo noticioso do jornal *A Tarde* e justifica-se em razão da necessidade de apurar os reflexos sobre o programa das recentes modificações editoriais e de estilo promovidas pelo veículo, incluindo as transformações sofridas pelo Caderno 10, que migrou radicalmente de público-alvo, linguagem, objetivos e formatação estética em relação ao produto inicial criado para atender ao programa *A Tarde na Escola*. Neste sentido, verificamos:

Tabela 10 – Conteúdo editorial

- *O conteúdo noticioso do jornal A Tarde é adequado às suas necessidades em sala de aula ou falta algum tipo específico de tema, assunto ou abordagem?*

resposta	percentual
Não, pois sentem falta de algum conteúdo específico	60%
Sim, o conteúdo editorial é plenamente adequado	33,3%
<i>Não respondeu</i>	6,7%

A maioria, portanto, apontou a necessidade de contar com novos temas, assuntos ou abordagens para auxiliar em seu trabalho em sala de aula. Em termos proporcionais, entre os 60% que assim responderam à pergunta, surgem por ordem a produção de textos e trabalhos elaborados pelos próprios alunos (33,4%), as temáticas adolescentes (22,2%), os assuntos ligados ao ensino fundamental, o conteúdo lúdico, temas transversais e textos específicos sobre educação (11,1% cada).

Por fim, o trabalho de campo buscou levantar entre os professores que já trabalham com jornal em educação sugestões e recomendações no sentido de aprimorar o programa. O que, em certa medida, mostrou relação direta com a última pergunta da entrevista, ou seja, as sugestões apresentadas concentram-se, em sua maioria, em atender à demanda identificada por maior espaço editorial destinado à produção acadêmica. O resultado está listado a seguir:

Tabela 11 -- Sugestões apresentadas

- *Quais sugestões você apresentaria para aperfeiçoar o programa A Tarde na Escola?*

resposta	percentual
Espaço no jornal destinado à publicação de material produzido por alunos e professores	40%
Mais oficinas para a troca de experiências entre as escolas	20%
Visitas mais freqüentes à redação e/ou à sede do jornal	6,7%
Acesso facilitado ao acervo de jornais antigos para pesquisa	6,7%
Concursos literários e/ou de redação	6,7%
Ampliação do programa às escolas do interior da Bahia	6,7%
<i>Não responderam</i>	13,2%

Neste sentido, foi possível identificar duas premissas básicas a orientar a avaliação que este percentual maior de professores ouvidos faz de suas atividades com o jornal em sala de aula e do próprio programa, enquanto parceiro e fomentador da iniciativa. Primeiro, que o jornal é, em si, o veículo apropriado e indicado para que a comunidade escolar divulgue, debata e encaminhe suas questões mais relevantes. Em outras palavras, que o periódico impresso – sobretudo o mantenedor do próprio programa de jornal na escola – disponibilize e garanta espaço para que a educação reflita sobre si mesma, seus princípios e suas práticas. De uma maneira geral, praticamente todo segmento social quer ver suas atividades registradas nas páginas de um veículo de comunicação social e o meio escolar não seria diferente.

A segunda premissa a ser levada em consideração diz respeito à orientação contemporaneamente aceita pelos educadores de que o processo de ensino e aprendizagem deve envolver, cada vez mais e sempre que possível, a construção de saberes a partir da *práxis* efetiva, do saber fazer preconizado pela Unesco como um dos paradigmas emergentes da educação no século XXI. Neste sentido, mais uma vez fundamenta-se o desejo expresso pela maioria dos entrevistados em dispor de condições práticas para elaborar, trabalhar e ver publicados os conteúdos desenvolvidos durante as oficinas e demais atividades pedagógicas do programa *A Tarde na Escola*.

Com o objetivo de reforçar tais conclusões e indicações, apuradas a partir do trabalho de quantificação das respostas ao roteiro de entrevistas previamente estabelecido, enriquecemos esta análise com o depoimento pessoal de vários dos educadores ouvidos durante o trabalho de campo. As declarações colhidas ilustram convenientemente cada uma das questões estudadas, acrescentando profundidade ao estudo na medida em que reflete – ainda que através dos filtros inevitáveis da experiência pessoal – a opinião de uma maioria verificável da amostra delimitada. Pois a partir do exemplo, fica facilitada a tarefa de generalização dos resultados obtidos.

4.4 ENTREVISTANDO OS PROFESSORES

De início, é necessário lembrar, mais uma vez, os objetivos específicos que foram propostos para balizar este estudo. Por seu intermédio, foi realizado o levantamento de amplo material teórico sobre o uso do jornal em sala de aula e identificadas quantas e quais experiências do gênero foram ou ainda são bancadas por empresas jornalísticas nacionais, ajudando a criar uma base comparativa para

os resultados apurados durante a nossa pesquisa. Também foi possível descrever e caracterizar o projeto *A Tarde na Escola*, situando-o em relação ao contexto sócio-pedagógico nacional e compreendendo sua proposta a partir das práticas pedagógicas desenvolvidas, além de levantar a metodologia empregada por este conjunto de professores.

Partindo da constatação de que, em geral, as práticas pedagógicas contempladas em *A Tarde na Escola* não diferem muito do que é realizado pelos demais programas no Brasil, foi possível detectar a possibilidade de explorar mais efetiva e criativamente todo potencial do jornal impresso como instrumento de apoio didático. Uma exceção que ilustra eloquentemente tal afirmação está descrita no depoimento da professora Waldevina Costa Meireles, da Escola Municipal Joir Brasileiro, em Salvador, que trabalha com turmas de 5^a e 6^a séries:

Eu costumo dar uma aula sobre o jornal. Como é a primeira página, as sessões, os artigos. Falo pra eles da diferença de um texto assinado, um artigo assinado da opinião do jornal. Que cada jornal tem uma linha e que os repórteres escrevem e têm que seguir aquela linha, mais ou menos. E que, quem assina, aí pode botar uma opinião diferente do jornal, mas tem que assinar. Mostro todas as sessões, os cadernos. Faço eles observarem a primeira página. A gente analisa toda a primeira página de um jornal, depois faço exercícios para eles identificarem notícias, encontrarem notícias em cada sessão do jornal, cada caderno. Aí, faço aquelas célebres perguntinhas - o que, quem, como, quando - pra eles identificarem na notícia. Depois eles partem para produzir notícias, que a gente faz um jornalzinho na escola, também.

No geral, entretanto, não chega a surpreender que nossa pesquisa de campo tenha apontado que os métodos mais utilizados para o trabalho com jornal em sala de aula são mesmo os exercícios de leitura, interpretação e compreensão de texto (53,3% das respostas) e o estudo da linguagem jornalística e sua tipologia gráfica ou textual (40% da preferência indicada). Depois, vieram a elaboração de jornal mural e

como material de pesquisa (33,3% cada) ou ainda a discussão a partir de notícias publicadas (que mereceu 26,6% das indicações), a confecção de jornal escolar, análise do funcionamento e da estrutura de uma empresa jornalística e exercícios de recortar e colar (que tiveram 13,3% das respostas, cada). Percentuais bem próximos dos verificados no levantamento da administração municipal, onde todos professores ouvidos identificaram o jornal como recurso pedagógico eficiente, até reconhecendo em sua maioria expressiva (40% responderam que de forma excelente e outros 53,4% como uma boa forma) que ele contribui para inovar a sua própria prática docente, embora 32% o façam através de exercícios de interpretação de textos e outros 21% para a confecção de jornal mural.

Não seria mero acaso, portanto, a constatação de que não somente em nossa pesquisa, mas de igual forma no levantamento patrocinado pela Secretaria Municipal de Educação, é expressiva a predominância de titulares da disciplina de Língua Portuguesa entre os professores que mais utilizam o jornal em sala de aula e, consequentemente, participam mais efetivamente do programa *A Tarde na Escola*. Os percentuais foram de 75% em nossas entrevistas e 60% no caso da prefeitura.

É recomendável lembrar, a propósito, que o trabalho com jornal pode ser ampliado para quaisquer das disciplinas dos currículos regulares do ensino fundamental, médio ou superior. O que de fato é preciso fazer, neste sentido, é divulgar mais efetivamente as vantagens na utilização do veículo impresso como instrumento de apoio didático para os professores de todas as disciplinas. Em algumas instituições tal prática já começa a ser implantada, conforme relatou em sua entrevista a vice-diretora da Escola Municipal Heloyna Barradas, em Salvador, professora Gisele Miranda Santos:

Nós fazemos trabalho interdisciplinar. É um suporte excelente para que desperte o desejo, a curiosidade dos meninos, porque hoje na escola, para que o aluno queira aprender, nós temos que seduzi-lo. E o jornal é uma forma para seduzir o nosso aluno, porque ele permeia o nosso mundo, nosso cotidiano.

Entre os projetos ou experiências desenvolvidos a partir da vivência e das oficinas com o programa *A Tarde na Escola*, os entrevistados preferiram citar as iniciativas de estímulo à leitura (que somou 26,6% das respostas) e o jornal mural (com 20% das indicações). Com uma resposta cada (o que representa 6,7% para a nossa pesquisa), vieram a seguir experiências com debates em sala de aula a partir de temas selecionados entre as matérias publicadas no dia ou na semana, produção de textos dissertativos, jornal falado e exercícios envolvendo jornal e poesia. Merecem registro, entre os depoimentos colhidos no trabalho de pesquisa de campo, a iniciativa intitulada *Salve Salvador*, posta em prática pela equipe do Colégio Batista Brasileiro, situado na capital baiana. De acordo com o relato da orientadora pedagógica Marilúcia Santana Lima de Jesus, o projeto utiliza um grande jornal mural para “pesquisar os problemas de Salvador, não só a parte de beleza, o turismo, mas o que a gente busca no jornal é levar as crianças a ter consciência da realidade de sua cidade”, concluiu. Quem também lançou mão do recurso do jornal mural e da pesquisa social nas páginas de *A Tarde* foi o educador Luciano de Melo Freaza, da organização civil Projeto Axé, que disse em seu depoimento:

Atualmente, a gente está trabalhando com o jornal mural dentro da história dos 15 anos do Projeto Axé. A gente resgatou todas as reportagens que falavam do projeto e com isso foi buscar algumas matérias de jornais antigos que falavam sobre crianças em situação de risco nas ruas, o investimento do governo na questão da educação... Com isso, os meninos começam a perceber a importância do jornal, da leitura do jornal.

Perguntados se acreditavam que o programa tem contribuído para aumentar o interesse dos alunos pela leitura, 86,6% responderam afirmativamente, contra apenas 13,3 que disseram ainda não poder afirmar tal fato ou preferiram não responder. Neste sentido, é bastante ilustrativo o depoimento da professora Raimunda Marta Gesteira de Souza, do Colégio Estadual Deputado Manoel Novaes, em Salvador, sobre as práticas de leitura de seus alunos:

Muitos não tinham o hábito da leitura, muitos alegavam que não liam porque não tinham o dinheiro para comprar o jornal, outros porque não achavam o jornal interessante. Interessante era ver televisão, onde a notícia era muito mais rápida e imediata. Hoje, eles estão percebendo a necessidade de ler, discutir e perceber que a leitura ajudou a melhorar a dissertação, o poder de argumentação. Eu faço sempre uma verificação para ver se está tendo retorno o que a gente está fazendo em sala. Por exemplo, quando a turma vem comigo desde o primeiro ano, no terceiro ano a gente pode dizer que tem, assim, 70 a 80% lendo. O que é muito bom. Quando eu pego a turma no terceiro ano, que são alunos desconhecidos, faço este levantamento durante o ano e, no final, eu consigo atingir um pouco mais de 50%.

Uma maioria consolidada em 86,6% dos educadores ouvidos afirmou acreditar que os alunos que participam do programa conseguem desenvolver a criatividade e uma maior capacidade de compreensão de textos. Somente 6,7% afirmaram não ter condições de avaliar tal fato em curto prazo, enquanto igual número respondeu que não, uma vez que os trabalhos com jornal em sala de aula estavam apenas iniciando em sua escola. Sobre esta questão, a professora Margareth Conceição Almeida de Araújo, da Escola Municipal Professor Jacelino José Nogueira, da cidade de Catu, sintetizou em sua entrevista que “lendo mais, consequentemente, você é mais questionador e mais argumentador, isto baseado no uso do jornal”.

Com relação ao incentivo que o programa traria na formação de alunos mais conscientes, mais críticos e aptos a relacionar eventos a contextos, um total bastante expressivo de 93,3% respondeu que sim, contra apenas um dos entrevistados (ou seja 6,7% das respostas, em termos percentuais) que preferiu não emitir opinião a respeito. A propósito, vale a pena destacar mais uma vez o testemunho da professora Raimunda Marta Gesteira de Souza, que leciona há mais de 12 anos e está há quatro participando de *A Tarde na Escola*:

Uma coisa que eu já percebi é que a formação das lideranças está muito ligada a esta situação, porque a maioria dos alunos que está querendo formar o grêmio da escola é de alunos que lêem, que buscam estas informações, que já estão buscando inclusive parâmetros. Eles lêem *A Tarde* e buscam outras informações, como uma forma de comparar situações. Politicamente, eles já estão começando a atuar dentro da escola para a formação dos grêmios.

Entre os que disseram acreditar que a leitura regular de jornal incentiva o desenvolvimento do senso crítico e a capacidade de contextualização, uma maioria de 57% não esclareceu a respeito de como fazia para avaliar tais avanços por parte dos seus alunos, ao tempo em que os 43% restantes informaram que procediam a avaliações processuais e qualitativas, ou ainda levando em conta a formação de lideranças entre as classes, a produção em sala de aula ou a partir da observação direta e acompanhada do comportamento do estudante. A este respeito, a professora Jaqueline da Silva Pereira Mangueira, da Escola Municipal Fazenda Coutos, garantiu em seu relato que:

O professor tem como avaliar, porque tem um registro que vai desde a nota que o aluno tinha no primeiro semestre e que tem no segundo, ou do parecer que ele tinha no primeiro e tem no segundo. Mostra que o trabalho desenvolvido está surtindo efeito.

O depoimento da professora Francisca Jorge dos Santos, da Escola Municipal João Paim, de São Sebastião do Passé, complementa a questão sobre como avaliar o desenvolvimento do senso crítico entre os estudantes:

Primeiro, pelo próprio comportamento do aluno e segundo pelas produções que eles executam na sala e também como eles conseguem fazer a interdisciplinaridade. Por exemplo, você trabalha um texto de economia dentro de Português e eles aceitam e até discutem. Na hora de produzir um texto, eles não têm nenhuma dificuldade.

Quanto ao sucesso escolar dos alunos envolvidos com a iniciativa, 93,3% das respostas indicaram também que sim, o programa contribui diretamente para a melhoria do desempenho discente, inclusive em relação às notas de cada unidade. Mais uma vez, um dos entrevistados (ou seja, 6,7%) preferiu não responder à questão.

Questionados sobre o conteúdo noticioso do jornal *A Tarde*, 33,3% dos educadores consideraram adequado às suas necessidades em sala de aula, mas a maior parte – cerca de 60% deles – afirmou que sente falta de algum tema, assunto ou abordagem específica, restando um percentual de 6,7% dos entrevistados sem responder à pergunta. O tipo de conteúdo que a maioria dos entrevistados quer ver nas páginas de *A Tarde* é, por ordem, a produção dos próprios alunos (que teve 33,4% das indicações), a temática adolescente (com 22,2% das respostas) ou ainda os assuntos ligados ao ensino fundamental, as matérias de conteúdo lúdico, temas transversais e textos específicos sobre Educação (que receberam 11,1% das citações, cada um).

Ao final das entrevistas, foram solicitadas sugestões no sentido de aperfeiçoar ou aprimorar o programa, ao que nem todos os entrevistados responderam, embora outros apresentassem mais de um item. A resposta mais citada foi a criação de um

espaço no jornal para a publicação regular de material produzido pelos próprios alunos e professores ligados ao programa (que mereceu 40% das indicações). A este respeito, o professor João Fernando Batista Gouveia, atual diretor da Escola Municipal Amélia Rodrigues, em Salvador, declarou durante sua entrevista:

O programa atende bem à escola, mas precisa ter um espaço onde a escola possa demonstrar a sua utilização do jornal em sala de aula e onde os alunos e professores que estão diretamente envolvidos com este projeto possam mostrar no próprio jornal que o seu desempenho vem melhorando em função dele.

A segunda proposição mais apresentada pelos entrevistados foi a realização de um número maior de oficinas para a troca de experiências entre as escolas (que teve 20% das respostas). Em seguida, com uma indicação cada, vieram o aumento na freqüência de visitas à redação e oficinas do jornal, a facilitação do acesso ao acervo de edições antigas para a pesquisa escolar, a realização de concursos literários e de redação entre os estudantes e a ampliação do programa às escolas do interior do estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema primordial a nortear este trabalho é a busca por explicar se os estudantes que participam do projeto *A Tarde na Escola* têm logrado, de fato, desenvolver uma maior capacidade de leitura e compreensão de textos, bem como uma interpretação crítica da realidade que o cerca (o que decerto favoreceria o seu processo de construção da plena cidadania), podemos constatar que os objetivos propostos foram plenamente alcançados. Os resultados da pesquisa indicam de maneira clara que o jornal impresso guarda um enorme potencial para ser utilizado de maneira efetiva como ferramenta pedagógica, inclusive no que diz respeito à formação de leitores críticos, criativos e habilitados a promover a contextualização dos conteúdos curriculares com a realidade concreta em que estão inseridos.

A partir das questões definidas para balizar nosso estudo, buscamos avaliar em que medida o periódico impresso realmente utiliza todo o seu potencial como ferramenta na formação de consciência crítica entre seus leitores, sobretudo entre os estudantes contemplados por iniciativas como *A Tarde na Escola*. Neste processo, foi necessário levantar quais práticas pedagógicas estão contempladas no programa, a fim de determinar se a leitura regular de jornal pode incentivar a formação de alunos mais conscientes ou mesmo tolerantes com opiniões diversas, mais criativos e aptos a relacionar eventos a contextos.

Mais que isso, se o jornal consegue, inclusive, contribuir para o sucesso escolar dos alunos envolvidos no programa. Para tanto, outras questões investigadas foram os métodos, técnicas e práticas pedagógicas utilizados com melhores resultados; se o impresso pode ser usado com eficácia em todas as

disciplinas do currículo escolar ou é mais adequado e eficiente como apoio didático apenas para algumas matérias.

A pesquisa evidencia, neste sentido, que todo o potencial oferecido pelo veículo impresso como instrumento pedagógico é bem mais eficazmente trabalhado através de um programa específico, estruturado de preferência (mas não exclusivamente) entre um veículo de comunicação social e as instituições escolares localizadas em seu raio de atuação ou influência. O que envolve não apenas a distribuição de exemplares diários ou cotas de encalhes, mas também e principalmente o necessário acompanhamento pedagógico, a realização de oficinas, palestras e o desenvolvimento de outros mecanismos de envolvimento e interação entre a comunidade escolar e o jornal.

Durante o nosso estudo, também foi possível responder aos objetivos específicos que foram propostos, como levantar o material teórico disponível sobre o uso do jornal em sala de aula (através tanto da bibliografia existente, quanto do acervo documental e eletrônico encontrado); classificar quantas e quais são as experiências do gênero bancadas por jornais brasileiros, criando uma base comparativa em relação ao programa estudado; descrever e caracterizar adequadamente o projeto *A Tarde na Escola*, situando a experiência no contexto sócio-pedagógico nacional e compreendendo sua proposta e filosofia a partir das práticas pedagógicas efetivamente desenvolvidas; levantar a metodologia empregada e avaliar os resultados obtidos junto aos alunos atendidos.

Desta forma, verificamos que em geral as práticas pedagógicas contempladas em *A Tarde na Escola* não diferem muito do que é realizado pela maioria deste tipo de iniciativa em território nacional. O programa também não tem apresentado nenhuma inovação no sentido de explorar mais profundamente o vasto potencial

criativo tanto do veículo impresso em si quanto dos professores e estudantes, alvo final de suas ações.

Lembrando que inúmeros pesquisadores que se dedicam ao assunto têm sugerido que o trabalho com o periódico impresso pode ser ampliado se possível para todas as disciplinas das grades curriculares desde o ensino fundamental até o superior, uma das primeiras recomendações deste trabalho aponta para a necessidade de divulgar de maneira mais efetiva as vantagens e possibilidades de uso do jornal entre os professores das demais cadeiras, além daquelas dedicadas à língua vernácula.

É importante relembrar outra importante recomendação derivada do presente estudo, que é a criação de um suplemento dedicado à educação que não somente noticie e acompanhe os temas e debates, os eventos e realizações ligados à área educacional, mas inclua a publicação de artigos e demais material produzido por professores e estudantes.

Ao cotejar as conclusões do nosso estudo com o que foi apresentado a partir do levantamento efetuado pela Associação Nacional de Jornais, assume grande relevo a característica que iniciativas como *A Tarde na Escola* apresentam no sentido de aproximar a escola das questões do cotidiano. Este foi apontado como o objetivo mais concretamente atingido, de acordo com a avaliação dos gestores dos programas nacionais investigados, contudo sem deixar de registrar um significativo espaço para a intenção de incentivar a leitura de jornais.

Por outro lado, mais uma vez em concordância com o que foi apurado através do questionário da Secretaria Municipal de Educação, nossas entrevistas concluíram que, segundo os professores envolvidos na iniciativa, *A Tarde na Escola* é relevante não apenas do ponto de vista educativo, ao promover o sucesso escolar entre seus

participantes, mas responsável também pelo incentivo concreto à prática social da leitura e pela formação de leitores mais conscientes ou, em última análise, pela formação de cidadania.

Tais conclusões apontam para a necessidade de que o programa busque ampliar o acesso a um número maior de alunos de escolas públicas, principalmente aquelas situadas entre as comunidades mais carentes, no interior da Bahia, já que é justamente nelas que se encontra o tipo de clientela que mais necessita deste tipo de ação. Nestes locais estão os alunos cujas famílias sequer possuem condições materiais para comprar um jornal diário, que - na verdade - deveria ser o veículo de inclusão cultural mais acessível, já que se trata de uma mídia relativamente barata e disponível, sobretudo se comparada aos livros (didáticos ou não), aos CDs de música ou programas multimídia, à tecnologia eletrônica e à informática e sua rede mundial de informação.

O jornal é também mais acessível em relação a espaços de produção e difusão cultural como o cinema ou teatro. Museus e bibliotecas, apesar de gratuitos, possuem estrutura inadequada ou muitas vezes inexistem nas pequenas e médias cidades baianas. A televisão não foi incluída nesta relação porque, apesar de bastante acessível, é sempre alvo de muita polêmica quando se trata de projetos educacionais, merecendo em verdade vários e diversos estudos à parte, principalmente no que diz respeito à sua natural vocação pedagógica. Por todas estas razões, é importante manter e até mesmo ampliar o material destinado à orientação aos professores que participam do projeto *A Tarde na Escola*, incrementando igualmente a realização das atividades regulares de oficinas, palestras e demais eventos.

Por fim, verificamos que o programa do jornal *A Tarde* tem registrado um número muito pequeno de iniciativas destinadas a incentivar entre professores, alunos e comunidade, a discussão sobre o papel e a responsabilidade da própria imprensa, enquanto instituição formadora de opinião. Este é um debate cada vez mais necessário e que deve envolver não apenas o núcleo que integra o programa de jornal na educação, seus assessores pedagógicos e os educadores que participam das atividades, mas sim procurar envolver amplamente jornal e escola, corpo redacional e comunidade acadêmica, jornalistas, professores, pais e alunos. Experiências deste tipo podem, inclusive, desaguar no estabelecimento de conselhos editoriais efetivamente participativos e empenhados em discutir e encaminhar um papel de responsabilidade social assumido na linha editorial e transscrito nas páginas diárias do jornal impresso.

Um outro aspecto desta mesma questão diz respeito à necessidade identificada durante a nossa pesquisa de que programas como o *A Tarde na Escola* estejam dispostos a estimular e criar as condições para que estudantes e professores possam planejar e produzir seus próprios jornais escolares, que podem ter o formato impresso tradicional, ser veiculado pela internet ou como mural, não importa, mas que seja fruto de uma disposição autêntica em produzir um instrumento de comunicação social legítimo e independente.

Somente a lição e o exemplo de tal entendimento já é base sólida para a construção de cidadania. Por conseguinte, uma das mais relevantes contribuições recolhidas durante as oficinas pedagógicas e o processo de entrevistas pessoais com os 15 professores das redes pública e privada, foi o interesse demonstrado quase que unanimemente na criação de um espaço regular – seja um caderno específico, editoria, página ou coluna – exclusivamente dedicado à educação,

sobretudo contemplando a publicação de material produzido por alunos e professores ligados ao programa.

A presente investigação sobre o programa *A Tarde na Escola* nos remete inexoravelmente à necessidade de uma abordagem explicativa, que permita, futuramente, identificar e destacar as variantes que interferem e condicionam o processo, o que será possível através de uma pesquisa quase-experimental e de corte longitudinal onde o pesquisador possa acompanhar de perto e ao longo de um tempo pré-determinado os efeitos concretos da utilização do jornal em sala de aula. Efeitos que foram identificados e caracterizados por esta dissertação. Para tanto, serão definidos dois grupos distintos de estudantes da rede pública municipal, na mesma faixa etária e cursando períodos semelhantes, se possível de uma mesma escola ou pelo menos num mesmo bairro, mas com apenas um deles atendido de forma regular e continuada pelo programa.

Tais consultas levarão em consideração: a) se os alunos possuíam o hábito de leitura de jornais diários, com que freqüência os lia e se já cultivavam o hábito antes ou ele foi desenvolvido a partir do ingresso no projeto; b) se os professores da sua escola utilizavam o jornal como instrumento pedagógico, com que freqüência e se com o objetivo de trabalhar aspectos meramente informativos ou também de conteúdo (análise crítica, contextualização, postura ética, influência ideológica etc); c) se os alunos conseguiam avaliar criticamente o conteúdo de uma reportagem ou artigo, ou seja, se conseguem interpretar uma notícia, identificar as várias abordagens possíveis de um texto noticioso, as manipulações editoriais de conteúdo e a distância que há entre o relato de um fato e o fato em si, bem como se logram

comparar e distinguir uma mesma notícia editada de maneira distinta por jornais diferentes.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Alcione. Leitura e Linguagens. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE LEITURA, 1994, Rio de Janeiro. *Leitura, saber e cidadania*. Rio de Janeiro: Centro Banco do Brasil, 1994. p. 129-133.
- BAHIA é campeã de analfabetismo. *A Tarde*, Salvador, 5 jun. 2003. p. 17.
- BELO, André. *História & Livro e leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- BIANCHIN, Neila. *Romance reportagem: onde a semelhança não é mera coincidência*. Florianópolis: UFSC, 1997.
- BIRMAN, Joel. Leituras Críticas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE LEITURA, 1994, Rio de Janeiro. *Leitura, saber e cidadania*. Rio de Janeiro: Centro Banco do Brasil, 1994. p. 103-112.
- BOAVENTURA, Edivaldo M. *Metodologia da Pesquisa*: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004.
- BOUGNOUX, D. *Introdução às ciências da informação e da comunicação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BUTLEN, Max. Ler, compreender e interpretar textos literários na escola. In: RÖSING, Tania M.K.; RETTENMEIER, Miguel (orgs.). *Questões de leitura*. Passo Fundo: UFP, 2003. p. 61-65.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetização e Lingüística*. São Paulo: Scipione, 2001.
- CAVALCANTI, Joana. *O jornal como proposta pedagógica*. São Paulo: Paulus, 2003.
- CHARTIER, Roger. A aventura do livro: do leitor ao navegador. São Paulo: Unesp, 1999.
- COIMBRA, Oswaldo. *O texto da reportagem impressa: um curso sobre sua estrutura*. São Paulo: Ática, 1993.
- COSTA, Sílvia. *Jornal na Educação: considerações pedagógicas e operacionais*. 2 ed. Santos: [s.m.], 1997.
- CORDEIRO, Verbena Maria Rocha. Itinerários de leitura no espaço escolar. *Educação & Contemporaneidade - Revista da Faeeba*, Salvador, v. 13, n. 21, p-95-101, jan/jun. 2004.
- CORREIA, Fernando. *O jornalista e as notícias*. Lisboa: Caminho, 1997.

- DADER, José Luís. *El periodista en el espacio publico*. Barcelona: Bosch, 1992.
- DIAS, V. *Como virar notícia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.
- DIMENSTEIN, Gilberto. *As armadilhas do poder: bastidores da imprensa*. São Paulo: Summus, 1990.
- _____. *Cidadão de Papel*. São Paulo: Ática, 1995.
- DIMENSTEIN, Gilberto; KOTSCHO, Ricardo. *A aventura da reportagem*. São Paulo: Summus, 1990.
- DINES, Alberto. *O papel do jornal*. São Paulo: Summus, 1996.
- FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. *Prática de texto*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- FARIA, Maria Alice. *Como usar o jornal na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1999.
- _____. *O jornal na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2001.
- FARIA, Maria Alice; ZANCHETTA, Juvenal. *Para ler e fazer o jornal na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 2001.
- GAIA, Rossana Viana. *Educomunicação & Mídias*. Maceió: Edufal, 2001.
- GARRIDO, Walter; COSTA, Etelvina. *Programa A Tarde na Escola*. Salvador, 2005.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- GOMIS, Lorenzo. *Teoría del periodismo*. Barcelona: Pardós, 1991.
- GUSMÃO, Neusa Maria M. de. *Projeto e pesquisa: caminhos, procedimentos, armadilhas*. In: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (org.). *Desafios da pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: CERU/USP, 2001. p. 73-87.
- HERR, Nicole. *Aprendendo a ler com o jornal*. 2 ed. Belo Horizonte: Dimensão, 2001.
- HERZ, Daniel. *Comunicação e Transição Democrática*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- HOHLFELDT, A. *Teoria da comunicação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

HULTENG, John. *Os desafios da comunicação: problemas éticos*. Florianópolis: UFSC, 1990.

IANNI, Octávio. Leitura, escrita e cultura. In: LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina (Orgs.). *O preço da leitura: leis e números por detrás das letras*. São Paulo: Ática, 2001. p. 9-12.

JORNAL, para ler (e fazer) na escola. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, maio/jun. 2003. Folha Educação, p. 1.

JORNAIS estimulam exercício da cidadania e hábitos de leitura. *Jornal ANJ*, Brasília, Out. 2004. p. 28.

KARAM, Francisco. *Jornalismo, ética e liberdade*. São Paulo: Summus, 1997.

KLEIMAN, Ângela. Contribuições teóricas para o desenvolvimento do leitor. In: RÖSING, Tânia; BECKER, Paulo (Orgs.). *Leitura e animação cultural*. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 27-35.

_____. Práticas letradas e gêneros na escola. *Correio Popular*, Campinas, 30 out. 2002. Correio Escola, p. 7.

_____. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. São Paulo: Pontes, 1995.

KUNSCH, M. *Universidade e comunicação na edificação da sociedade*. São Paulo: Loyola, 1992.

LAJE, Nilson. *A estrutura da notícia*. São Paulo: Ática, 1985.

_____. *Ideologia e técnica da notícia*. Florianópolis: Insular, 2001.

_____. *Linguagem jornalística*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *Técnica de reportagem e entrevista*. São Paulo: Record, 2001.

LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. São Paulo: Ática, 2000.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999.

_____. *A leitura rarefeita: leitura e livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

_____ Jornal, leitura, leitores e livros: uma equação a poucas incógnitas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, maio/jun. 2003. Folha Educação, p. 6-7.

LEVANTAMENTO de opinião sobre o trabalho desenvolvido pelo jornal A Tarde em parceria com a Secretaria Municipal da Educação e Cultura. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 2004.

LIMA, Lauro de Oliveira. *Mutações em educação segundo McLuhan*. Petrópolis: Vozes, 1987.

LOPES, Eliana M. Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Jornalismo fin-de-siècle*. São Paulo: Página Aberta, 1993.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. In: BARZOTTO, Valdir Heitor (Org.). *Estado de leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 1999.

MEDITISCH, Eduardo. *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis: UFSC, 1992.

NEUMANN, Laurício. *Educação e Comunicação Alternativa*. Petrópolis: Vozes, 1991.

O JORNAL como instrumento pedagógico. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, maio/jun. 2003. Folha Educação, p. 8.

OS PROGRAMAS de jornal na educação brasileiros: um diagnóstico. Brasília: Associação Nacional de Jornais, 2004.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. São Paulo: Unicamp, 1993.

PAÍS tem 24 milhões de analfabetos. *A Tarde*, Salvador, 3 dez. 2003. p.14

PAVANI, Cecília (Org.). *Jornal, (in) formação e ação*. Campinas: Papirus, 2002.

PERIOTTO, Marcília Rosa. O papel da imprensa no processo de construção da nação: a "vocação pedagógica" do Correio Braziliense. *Revista Histedbr*, Campinas, n.16. p.61-83, dez. 2004.

PESQUISA aponta fracasso do ensino. *A Tarde*, Salvador, 13 set. 2003. p.15.

PINTO, Milton José. *Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos*. São Paulo: Hacker, 1999.

PORTO, Sérgio D. *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

PROUST, Marcel. *Sobre a leitura*. Campinas: Pontes, 1991.

QUEVEDO, Hercílio F. Ler é nossa função essencial (ou não?) In: RÖSING, Tânia; BECKER, Paulo (Orgs.). *Leitura e animação cultural*. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 69-82.

REZENDE, Humberto. O jornal dentro da escola. *Correio Braziliense*, Brasília, 25 ago. 2000. Educação, p. 12.

RONCA, Paulo A. Caruso. *O pensamento parece uma coisa à toa*. São Paulo: Edesplan, 2001.

SOARES, Magda Becker. *Letramento, um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOUZA, Pedro Jorge. *As notícias e os seus efeitos*. Coimbra: Minerva, 2000.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. *Técnica de Reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

TRAQUINAS, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

YIN, Robert. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YUNES, Eliana. Políticas públicas de leitura - modos de fazer. In: RÖSING, Tania M.K.; RETTENMEIER, Miguel (orgs.) *Questões de leitura*. Passo Fundo: UFP, 2003. p. 15-20.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Endereços eletrônicos consultados

A Tarde - www.atarde.com.br
Ação Educativa - www.acaoeducativa.org
Associação Nacional de Jornais - www.anj.org.br -
Editora Segmento - www.editorasegmento.com.br
Escola Interativa - www.escoainterativa.com.br
Ibope - www.ibope.com.br
Instituto Paulo Montenegro - www.ipm.org.br
Jornal de Jundiaí - www.jj.com.br
O Dia - www.odia.ig.com.br
O Globo - www.oglobo.globo.com/oglobo/infoglobo/quemlesabe
Planeta Educação - www.planetaeducacao.com.br
Revista Educação - www.revistaeducacao.com.br
Usina de Letras - www.usinadeletras.com.br
Wikipedia - <http://pt.wikipedia.org>

APÊNDICE B - Roteiro para entrevista de professores, diretores e coordenadores pedagógicos

**Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação**

Nome:

Endereço e telefone:

Email:

1. Perfil do entrevistado:

Idade:

Sexo: () M () F

Escolaridade:

Ensino Médio Ensino Superior – curso

() Pós-graduação - especificar:.....

Formação complementar (cursos, especialização etc):

Onde trabalha:

Instituição: () pública () privada

Endereço e telefone:

Cargo que ocupa:

Funções/atividades que desempenha:

Há quanto tempo ocupa o cargo/funcão?:

Há quanto tempo trabalha com o programa A Tarde na Escola?:

2. Entrevista

- *Como o jornal impresso é trabalhado em sua escola / sala de aula?*

- Há algum projeto ou experiência relacionada ao programa que você gostaria de relatar?

- O programa tem contribuído para aumentar o interesse dos seus alunos pela leitura?

- Os alunos que participam do projeto A Tarde na Escola têm conseguido desenvolver a criatividade e uma maior capacidade de compreensão de textos? (Se positivo, como avaliar isso?)

- *A leitura regular de jornal incentiva a formação de alunos mais conscientes, mais críticos e aptos a relacionar eventos a contextos? Como avaliar tal resultado?*
- *O jornal contribui para o sucesso escolar dos alunos envolvidos no programa?*
- *O conteúdo noticioso do jornal A Tarde é adequado às suas necessidades em sala de aula? Falta algum tipo específico de tema, assunto ou abordagem?*
- *Quais sugestões você apresentaria para aperfeiçoar o programa?*

APÊNDICE C - Resumo da entrevista com o gestor do programa *A Tarde na Escola*, Walter Garrido, em 25 de novembro de 2004.

- *O programa A Tarde na Escola foi lançado em que ano?*

1996.

- *Tinha, então, quantas escolas cadastradas?*

Três escolas.

- *E atualmente, atende a quantas escolas?*

61, sendo 56 da rede pública e 5 da rede particular, atendidas até 2004.

- *Este total representa um universo aproximado de quantos alunos?*

São 3.000 alunos da rede particular e 51.600 da rede pública atendidos até 2004. Esta é uma quantidade estimada. Os professores foram 100 da rede particular e 1.585 da rede pública.

- *Há jornalistas envolvidos no programa?*

Não.

- *Quantos profissionais de A Tarde estão diretamente ligados ao programa?*

Dois.

- *Quais outros profissionais atuam com o projeto, direta ou indiretamente?*

Nádia Vladi, esporadicamente. Contamos também com a colaboração do departamento de Circulação e Marketing.

- *Quantos exemplares de jornal são distribuídos pelo programa, em média, como cortesias?*

São mais de 3.200 jornais, de segunda a domingo, distribuídos para 61 escolas em Salvador, Catu, São Sebastião do Passe, Vera Cruz e Itaparica. (ver tabela anexada)

- *Como é feita esta distribuição?*

Pelo setor de expedição e distribuição de jornais do Decir, todas as quartas-feiras, os encalhe; e as cortesias diariamente.

- Além da distribuição dos jornais, quais outras atividades são desenvolvidas regularmente, como por exemplo oficinas pedagógicas, visitas à redação, cursos e seminários? Se possível, discriminar quais e quando foram as mais recentes?

Visitas à redação são abertas a todas as escolas que nos procuram e são realizadas quase diariamente, durante o período letivo. Há um encontro de abertura todo início de ano. Em março de 2004, a apresentação sobre o programa A TARDE na Escola contou com um Seminário com o tema Lixo e Cidadania. As oficinas com professores foram, na cidade de Aramari em 26 de maio; na Ilha de Itaparica em 28 de maio; e em Catu e Passe no dia 25 de maio.

- Qual é a regularidades destas atividades?

Anual.

- Em que medida o Caderno 10 participa hoje das atividades do programa A Tarde na Escola?

Eventualmente, realizamos alguma atividade conjunta, como exemplo o Caderno do Dia das Crianças.

- O programa já teve um suplemento do gênero? Por que deixou de ser editado?

O Caderno 10, no seu formato anterior, voltado à publicação de artigos para a área escolar e educacional e produção das escolas e outras instituições, iniciou em abril de 1996 e perdurou até dezembro de 2000. A empresa tomou a decisão, dentro de nova estratégia editorial, de fazer um caderno para os jovens. Existem pesquisas sobre isso no marketing, com Hamilton. Seria interessante conversar com Nádia Vladi sobre essas mudanças realizadas à época. Atualmente, o Caderno 10 promove pontualmente algumas ações com o setor de projetos especiais.

- Quais as parcerias e apoios mantidos pelo programa?

Com a Secretaria Municipal de Educação. A ong Cipó e o Unicef, eventualmente.

- Quais são os projetos de expansão e/ou aperfeiçoamento planejados?

Todas as atividades já referidas precisam ser aperfeiçoadas e planejadas de acordo com tendências e demandas locais, políticas públicas e teorias pedagógicas que envolvem todo o processo dinâmico de transformação da educação pela comunicação.

- Em sua opinião, o programa pode (ou deve) ser estendido ao ensino superior?

Não é o foco do Programa *A TARDE na Escola*, mas no futuro próximo isso pode ocorrer.

ANEXOS

ANEXO A - Leitura de jornais no mundo

Leitura de Jornais no Mundo
(Circulação Média/População Adulta – Cópias por Mil Habitantes)

País	2000	2001	2002	2003
1. Islândia	249.6	393.2	339.4	705.9
2. Noruega	719.7	705.5	704.6	684.0
3. Japão	668.7	664.0	653.5	646.9
4. Suécia	541.1	543.4	508.7	590.0
5. Finlândia	545.2	543.9	531.8	524.2
6. Bulgária	203.0	203.0	203.0	472.7
7. Macau				448.9
8. Dinamarca	347.1	370.9	334.0	436.6
9. Suíça	453.7	444.2	432.5	419.6
10. Reino Unido	408.5	383.4	402.4	393.4
11. Áustria	374.3	363.1	365.0	377.5
12. Cingapura	365.8	330.6	339.6	339.6
13. Canadá	205.7	189.0	324.4	337.3
14. Alemanha	375.2	371.1	332.8	321.9
15. Países Baixos	345.9	363.5	328.9	318.9
16. Luxemburgo	351.6	339.0	326.9	316.4
17. Ilhas Caimã				303.0
18. Ucrânia	73.7	104.9	271.8	271.8
19. Hong Kong	263.1	267.5	261.6	261.6
20. Estados Unidos	263.6	274.1	269.2	263.2
21. Irlanda	191.0	233.0	196.3	249.8
22. Nova Zelândia	223.4	258.7	273.7	241.6
23. Eslovênia	215.0	214.4	211.4	211.4
24. Austrália	196.3	202.3	207.5	199.9
25. Estônia	237.3	233.7	227.5	204.2
26. Rep. Checa	198.6	205.9	195.6	193.6
27. Letônia	164.9	184.1	201.9	186.4
28. Malásia	130.0	209.1	185.2	187.0
29. Hungria	194.1	199.0	191.8	185.1
30. Bélgica	186.5	175.3	203.8	172.8
31. França	190.0	180.7	164.1	167.0
32. Itália	121.4	127.8	117.9	157.9
33. Sérvia-Montenegro			163.0	163.0
34. Ilhas Maurício				152.0
35. Equador				136.6
36. Croácia	154.2	127.8	162.1	138.1
37. Polônia	28.1	91.8	116.1	127.6
38. Bielo-Rússia				128.2
39. Espanha	129.4	120.1	126.7	122.2
40. Eslováquia	126.0	117.1	119.5	118.4
41. Brunei				119.0
42. Costa Rica	99.0	119.6	114.4	111.6
43. Macedônia		114.2	82.9	95.9
44. Turquia	94.9	130.8	131.8	97.7
45. Chipre	93.6	93.6	93.5	93.5
46. Líbano	95.7	96.0	93.5	93.5
47. China	53.5	130.5	87.5	91.2
48. Paquistão				76.9
49. Cuba				66.7
50. Portugal	82.7	91.2	82.7	65.6
51. Romênia		70.0	70.0	70.0
52. Grécia	77.5	81.5	71.4	67.1
53. El Salvador				61.4
54. Argentina	60.7	56.0	56.0	56.0
55. Brasil	60.6	64.2	56.8	52.3
56. Rep. Dominicana				39.7
57. Índia	49.8	47.7	50.3	44.1
58. África do Sul	40.3	40.3	38.4	42.1
59. Egito				42.1
60. Sri Lanka	38.1	35.3	34.7	34.7

61.	Colômbia	40.8	40.8	40.8	38.0
62.	Bósnia-Herzegóvina				32.4
63.	Indonésia	36.1	30.8	32.8	28.5
64.	Tunísia				24.9
65.	Mongólia	27.5	25.6	27.5	22.8
66.	Azerbaijão		24.4	24.4	24.4
67.	Moldávia			21.4	21.4
68.	Vanuatu				23.1
69.	Turquistão				14.9
70.	Marrocos				16.5
71.	Quênia	13.1	14.5	14.5	14.5
72.	Armênia			9.9	9.9
73.	Uruguai		13.3	13.3	10.5
74.	Geórgia				6.5
75.	Zâmbia				10.1
76.	Uganda		6.2		6.2
77.	Tanzânia			3.0	3.0
78.	Camarões	0.8	0.8	0.7	
79.	Filipinas	99.4	99.4		
80.	Peru	341.7	341.7	341.7	
81.	Quirgizia	12.9	12.6	12.3	
82.	Rússia	199.1			
83.	Tailândia	253.0	233.7	249.8	

Fonte: Associação Nacional de Jornais (ANJ)

ANEXO B - Jornais brasileiros que desenvolvem programas de jornal na educação, por cidade e estado

Quantitativo de jornais que estão neste caso	Percentual em relação ao total de jornais pesquisados	Região	Estados	Cidades
48	45%	Norte	AM RO RR PA	Manaus Porto Velho Boa Vista Belém
		Nordeste	BA RN PE CE MA	Salvador Natal Mossoró Recife (2) Fortaleza (2) São Luís
		Sudeste	ES SP MG RJ	Vitória São Paulo Santos Franca Suzano Santo André Bauru Jundiaí Piracicaba Campinas (2) Araçatuba Diadema Uberlândia Belo Horizonte (2) Rio de Janeiro (2)
		Centro-Oeste	DF MS GO	Brasília Campo Grande Dourados Goiânia (2)
		Sul	SC RS PR	Joinville Florianópolis Passo Fundo Cachoeira do Sul Ponta Grossa Caxias do Sul Nova Hamburgo São Leopoldo Apucarana Londrina Cascavel Curitiba Maringá

Fonte: ANJ

ANEXO C - Relação de periódicos brasileiros que desenvolvem programas de jornal na escola:

estado	jornal	projeto
Amazonas	A Crítica	A Crítica na Escola
Bahia	A Tarde	A Tarde na Escola
Ceará	Diário do Nordeste	Jornal na Sala de Aula
Distrito Federal	Correio Braziliense	Correio Escolas
	Gazeta Mercantil	Gazeta Mercantil na Universidade
Espírito Santo	A Gazeta	A Gazeta na Sala de Aula
Goiás	O Popular	Almanaque Escola
Minas Gerais	Correio	Correio Educação
	Estado de Minas	EM Vai às Aulas
Mato Grosso do Sul	Correio do Estado	Correio e Escola
	O Progresso	O progresso na Educação
Maranhão	O imparcial	
Pará	O Liberal	O Liberal na Escola
Pernambuco	Diário de Pernambuco	Leitor do Futuro
	Jornal do Commercio	JC nas Escolas
Piauí	O Dia	O Dia na Escola
Paraná	Folha de Londrina	Projeto Cidadania
	Folha do Paraná	
	Gazeta do Povo	Ler & Pensar
	Folha de Palotina	Fazendo Escola
	Diário dos Campos	
	O Diário do Norte do Paraná	O Diário na Escola
	Tribuna do Norte	
Rio de Janeiro	O Dia	O Dia na Sala de Aula
	O Globo	Quem Lê Jornal Sabe Mais
Rio Grande do Norte	Diário de Natal	Projeto Ler
Rio Grande do Sul	A Razão	A Razão de Ler
	Diário da Manhã	
	Jornal NH	NH na Escola
	Zero Hora	ZH na Sala de Aula
Santa Catarina	A Notícias	A Notícias na Escola
	Folha do Oeste	Jornal na Escola
São Paulo	A Tribuna	Jornal, Escola e Comunidade
	Correio Popular	Correio Escola
	Diário da Região	O Jornal na Educação
	Diário de Sorocaba	Diário Educação
	Diário de Suzano	DS Escola
	Diário do Grande ABC	
	Diário do Povo	Diário Educação
	Diário Popular	O Jornal na Sala de Aula
	Folha da Região	Folha da Região na Sala de Aula
	Folha de São Paulo	Folha Educação
	Jornal de Jundiaí	JJ na Educação
	Jornal de Piracicaba	JP na Escola

O Estado de São Paulo
Valeparaibano

Estadão na Escola

Fontes: Associação Nacional de Jornais (ANJ) e Associação Brasileira dos Jornais do Interior (ABRAJOR)